



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JOSÉ POLICE NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 09-11-15

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Declaro aberta a 31ª audiência pública. Esta é a quarta audiência temática. Quero agradecer a presença do Secretário de Governo Municipal, e sempre Vereador, Chico Macena, que será o primeiro a realizar a apresentação do orçamento oferecido pelo chefe do Executivo no PL 538/2015, para o exercício de 2016.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pela TV Câmara, no portal www.camara.sp.gov.br, no link *AuditoriosOnline*.

Quero lembrar também que a íntegra da transcrição estará disponível ao público também no site www.camara.sp.gov.br, no link *Atividades Legislativas – Audiência Pública – Registros Escritos*.

Convido para compor a Mesa o nosso Secretário Chico Macena, assim com a equipe que o acompanha.

Suspenderei os trabalhos para que possamos orientar o presidente da SPTurismo, Sr. Alcides Reis, assim como o nosso colega Ítalo Cardoso, que é o vice-presidente da entidade.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Gostaria de anunciar a presença do Secretário de Turismo, Sr. Salvador Zimbaldi, que foi deputado federal, uma grande liderança aqui do nosso estado, que também vem compor a Mesa.

Tem a palavra o Secretário Chico Macena.

O SR. CHICO MACENA – Bom dia a todos aqui presentes. Cumprimento o presidente da Comissão, o Vereador Police Neto. Gostaria também de agradecê-lo por ter adiado a minha vinda, que era para eu ter vindo na audiência passada, mas, por problemas de doença na família, não pude vir. Cumprimento também o Vereador Milton Leite, Relator da Comissão; os demais secretários aqui presentes; o presidente e o vice-presidente da SPTuris.

Senhoras e Senhores, vou falar sobre o orçamento da Secretaria de Governo, que

é uma secretaria meio, não é uma secretaria fim, na Prefeitura, que tem um orçamento na perspectiva viabilizar principalmente o funcionamento do Gabinete do Prefeito, dos órgãos ligados diretamente ao gabinete e também, transitoriamente, a Secretaria de Governo tem assumido algumas dotações orçamentárias referentes ao turismo e aos eventos na cidade de São Paulo que acredito que, a partir do ano que vem, de forma muito mais formal, essas dotações serão passadas para a Secretaria Especial de Turismo. Está aqui o Secretário Zimbaldi.

O orçamento do gabinete da Secretaria em 2015 era de 376 milhões. Foi proposto, para 2016, 382 sendo que a administração do Edifício Matarazzo, 11.500 para 12.025; gabinete do Prefeito, 1,101 milhão. Totalizando 395 milhões e na frente vamos perceber que a execução orçamentária desses 395 milhões não será total e vou explicar por quê.

Promoção de campanhas e eventos de interesse do Município para 2016 é de 108 milhões, diminuimos 14% em relação a 2015. Publicações de interesse do Município, 105 milhões, reduzimos 11%. Modernização do Complexo Anhembi, 60 milhões, e vale destacar que temos uma discussão com o Governo Federal e com o Ministério do Turismo na perspectiva de recebermos recursos para poder fazer a modernização, sobretudo ar-condicionado e algumas melhorias que tem de ser feitas para recebermos com maior conforto as convenções que temos.

Administração da unidade 51.588 milhões. Construção, aquisição e reforma das sedes administrativas fizemos uma redução de 46%, tendo 8.248 milhões para mantermos o essencial e alguma coisa de emergência.

A secretaria também é responsável, como disse, de forma transitória, pelos principais eventos da cidade de São Paulo. Então, na Formula 1 gastamos 45.500 milhões; no Carnaval Paulistano 2015, 40.900 milhões; Natal Iluminado, 5.500 milhões. Tem um preparativo do Natal na cidade de São Paulo que é feito também com a participação e parceria da iniciativa privada. Então, tem árvore de natal e outros eventos que não estão nesta conta.

São Paulo Fashion Week, sete milhões. Já vem ocorrendo há alguns anos e são divididos em dois eventos: março e outubro. Outros eventos de interesse do Município que são demandados como o aniversário da Cidade, datas comemorativas, aniversário de bairros e etc. 7.600 milhões. Tem a rubrica especial para o 7 de setembro de 400 e o aniversário da Cidade, dois milhões de reais.

Aqui não está explicitado no orçamento, nobre Presidente, mas eu gostaria de deixar aqui destacado algumas dotações que a atribuição para a execução orçamentária, apesar de continuar a dotação ainda transitoriamente na Secretaria de Governo, será destinada à Secretaria Especial de Promoção do Turismo na cidade de São Paulo. Então promoção de campanhas e eventos de interesse do município, 98 milhões, de novo aquela modernização do complexo Anhembi passa para 60 milhões; operação de manutenção da infraestrutura turística, inclusive com os postos, as vans que promovem o turismo na Cidade, cinco milhões e 600; promoção do turismo na cidade de São Paulo, quatro milhões; projeto de fomento ao turismo, um milhão e 50, totalizando 169 milhões, 553. Portanto, na dotação orçamentária da Secretaria de Governo, que ficará sob minha responsabilidade, sem delegação para o Secretário Zinvaldi, fica em torno de 226 milhões de reais.

Setenta e quatro por cento das fontes são orçamentárias, fonte 00, e nós temos aí em torno de 25.3% exatamente, que são convênios que nós fizemos com a União e temos a expectativa que isso se viabilize e que a gente possa trazer esses recursos para a cidade de São Paulo.

Bem resumidamente, esse é o orçamento da Secretaria. Mais uma vez quero agradecer o convite e a oportunidade de estar aqui e quero me colocar à disposição para quaisquer esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – quero anunciar a presença dos Vereadores Aurélio Nomura, Jair Tatto e Paulo Fiorilo, todos membros titulares desta Comissão.

Passo a palavra ao relator, Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – Primeiramente agradecer ao Sr. Secretário aqui presente, ao Presidente da São Paulo Turismo. Secretário Chico Macena, é sempre bom tê-lo nesta Casa, à qual o senhor pertenceu e pertencerá eternamente. Queremos contar com o senhor aqui em 2017, Secretário Macena. No ano de 2017 esta Casa com o senhor aqui de volta. O bom filho à casa deve retornar.

Eu vou em algumas rubrica, Secretário Francisco. Na rubrica 2.100 o senhor previu 51 milhões, 558 e 0% de oscilação, ou seja, o mesmo valor que o senhor tinha anteriormente. A pergunta: na administração da unidade não está o pessoal? O senhor não vai dar aumento? Como vamos suportar a abertura dessa receita especificamente, Secretário? Da 2.100.

O SR. FRANCISCO MACENA – Está previsto exatamente o que é do exercício anterior. Eu gostaria de lembrar o Vereador que a gente tem feito inclusive algumas economias na execução orçamentária deste ano. Portanto, o que está previsto cabe exatamente dentro do orçamento do ano que vem e aumento, você tem na parte de serviços que foi contrato uma diminuição, os pregões todos têm demonstrado uma queda em relação, inclusive, ao executado este ano, o que para nós é uma surpresa, não só em relação à previsão orçamentária, projeção orçamentária que a gente tem estimado. Temos tido uma queda razoável.

O SR. MILTON LEITE – Só uma curiosidade, Secretário, o mesmo objeto licitado no presente, ele se encontra mais barato que no passado?

O SR. CHICO MACENA – Se encontra mais barato o mesmo objeto. O que pode até nos indicar que a crise financeira tenha aumentado a competitividade entre as empresas nos contratos que estão disponíveis.

O SR. MILTON LEITE – O senhor tem uma única receita de 60 milhões. Aqui eu vou pedir para o nosso Presidente José Police Neto que nós façamos as duas em conjunto, a Secretaria de Turismo também, porque há uma receita que está nos preocupando, Secretário,

e não sei quem vai responder. Acho que é o Salvador que responde sobre a modernização do Complexo Anhembi, rubrica 1.029. Os senhores têm 60 milhões lá, quem fará a gestão?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Deixe-me fazer um breve encaminhamento, vou dar até 10 minutos para que o nosso Secretário de Turismo e o Presidente da SP Turis concluam a apresentação inicial feita pelo Secretário Chico Macena, porque se hoje há uma transição entre os valores orçamentários, programas e atividades propostos pela Secretaria de Governo, portanto, ainda estão na Secretaria de Governo e vão onerar no próximo ano paulatinamente a Secretaria Especial de Turismo – estamos passando por essa transição -, portanto, são programas que vem sendo construídos pelo Turismo, mas ainda tem a dotação orçamentária residente na Secretaria de Governo.

E a mesma coisa com a SP Turis, sejam os 60 milhões de modernização, sejam os 40 milhões para construção da Fábrica do Samba, seja o projeto de fomento ao turismo. Esses são os programas e atividades do Turismo que ainda residem na Secretaria de Governo. Então para que tenhamos economia processual vou conceder a palavra ao Secretário Salvador Zimbaldi e ao Presidente da SP Turis, para que juntos concluam a apresentação do Secretário Chico, podendo aí retornar a palavra ao Relator Milton Leite.

Passo a palavra ao Secretário de Turismo, Salvador Zimbaldi.

O SR. SALVADOR ZIMBALDI – Primeiramente é uma alegria estar aqui na Câmara Municipal. Fui por dois mandatos Vereador da cidade de Campinas e de lá fui para a Câmara Federal por quase cinco mandatos como Deputado Federal. É uma alegria muito grande estar sempre no Legislativo.

Cumprimento nosso Presidente, Vereador Police Neto; nosso Relator e demais Vereadores presentes, essa dotação foi recentemente transformada dentro de um decreto exatamente passando sob a responsabilidade desses 60 milhões à Secretaria Especial de Turismo, que vamos remeter, inclusive, a esta Casa um projeto de lei para a criação da Secretaria de Turismo e Negócios da Capital.

Portanto, essa dotação foi transferida, porém é uma dotação específica que vem com verba do PAC. Ou seja, é um dinheiro que está sendo designado, foi acordado com o Governo Federal, porém esse dinheiro não chegou ainda. Vamos fazer gestão junto ao Governo Federal para que possamos realmente fazer esse trabalho de modernização particularmente do Anhembi. Isso porque hoje a perda de receita que se tem é muito grande. É projetada, para o próximo ano, praticamente a metade do arrecadado durante o ano de 2015.

Ou seja, a projeção para 2016 é que se percam algumas receitas internamente exatamente por falta dessa modernização. O que queremos realmente é fazer com que isso seja aplicado, porém é uma verba que vem do PAC.

Dizer da minha alegria de estar aqui. E, se for o caso, posso responder mais tarde algum outro tipo de pergunta. O Alcino pode nos auxiliar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Alcino Reis Rocha, Presidente da SP Turismo.

O SR. ALCINO REIS ROCHA - Boa tarde a todos e a todas. Antes de tudo gostaria de agradecer a oportunidade de participar deste debate, nosso Presidente, Vereador Police Neto; nosso Relator, Vereador Milton Leite, que inclusive, é um frequentador assíduo do nosso espaço, Parque do Anhembi; demais Vereadores presentes, como já foi dito a São Paulo Turismo tem como obrigação executar, a rigor, os orçamentos ou as dotações que são a ela destinadas por diferentes órgãos da Prefeitura Municipal.

Portanto, nossa pretensão é sempre executar esses valores da forma mais eficiente e transparente possível como empresa contratada do Município para dar consequência a todos àqueles programas que o Município põe no seu orçamento.

Inclusive, é de se louvar a iniciativa do Prefeito Fernando Haddad de criar de forma completamente autônoma, agora com decreto próprio transferindo a execução de orçamento para sua responsabilidade, portanto, a criação da Secretaria Municipal de Turismo, que passa

a ser a entidade gestora de todas essas dotações. Por isso, para nós ficam claros os nossos limites no que diz respeito à empresa executora dessas ações.

Para deixar bastante claro, a empresa hoje tem como foco executar as políticas do Governo da forma mais eficiente possível. Portanto, deixando ao Governo através da sua administração direta das suas secretarias. E volto a dizer, principalmente agora, Secretaria Especial de Turismo a definição de quais são essas políticas, essas prioridades.

Dito isso, hoje, a partir da nossa nomeação para a presidência da empresa, o Prefeito deixou muito clara a nossa prioridade: viabilizar os grandes empreendimentos no que diz respeito à modernização de todo Parque do Anhembi. Hoje a empresa administra dois grandes espaços, o Parque do Anhembi e o Autódromo de Interlagos. Costumo dizer que temos um filho, o Autódromo de Interlagos, que está muito bem encaminhado. As obras avançando, o Prefeito esteve lá na semana passada e foram só elogios, inclusive, da organização da Fórmula 1, dentro do cronograma daquilo que havia sido traçado para ser entregue este anos. E o restante, faltando pouca coisa para ser entregue no próximo ano.

No que diz respeito ao Parque Anhembi ainda há muito trabalho a fazer. Foram lançados dois chamamentos públicos de projetos. O primeiro no que diz respeito à nova arena e um segundo que diz respeito ao novo Anhembi. Todos esses projetos vão compor um mix de investimentos que serão feitos, em especial, a partir do ano que vem lá no Parque do Anhembi. Mix esse que é composto de recursos próprios do PAC do Governo Federal. E agora também de forma mais destacada da iniciativa privada através desses chamamentos.

Portanto, Vereador, obrigado pela oportunidade e estamos aqui à disposição para tirar qualquer dúvida.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Temos dois inscritos, Srs. Laerte Brasil e Fábio Siqueira. Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil

O SR. LAERTE BRASIL – Presidente da Confederação Sustentabilidade do Trabalho e Empreendedorismo da Cidade e do Estado de São Paulo e também Chanceler

Global da União Cosmos Sustentabilidade das Nações Trabalhistas e Empreendedoras das Cidades, que é a Uni Cosmos Nações. A pergunta para o Secretário de Turismo, em várias audiências públicas apresentamos a tese da criação de uma Secretaria Municipal de Turismo na cidade de São Paulo, porque São Paulo espelha o planeta terra na realização de micros, pequenos, médios e grandes eventos nacionais e internacionais.

E esses eventos, além de gerarem recursos financeiros para a Cidade, geram também empregos fixos e temporários, mas São Paulo não tem uma agenda para medir o impacto desses eventos. São medidos somente o Carnaval, a Fórmula 1 e mais uns dois eventos. E vários outros eventos pequenos, médios e grandes que também geram empregos não estão relacionados em uma agenda oficial da Cidade.

Também, São Paulo além de realizar e promover esses eventos – só perde para Londres -, não há um centro de convenções. Fiz uma intervenção na gestão do Prefeito Kassab, da construção de um centro de convenções em Pirituba, mas está engavetado.

Aqui também apresentamos uma sugestão pertinente, se não seria possível construir um centro de convenções com capacidade, pelo menos, para 30 mil pessoas dentro da Arena do Autódromo de Interlagos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Obrigado, Vereador Police Neto, presidente desta comissão; saúdo também os Vereadores Paulo Fiorilo, Aurélio Nomura, Jair Tatto e Milton Leite; Deputado Federal Salvador Zimbaldi; ex-Vereador Ítalo Cardoso, Secretário Chico Macena e novo Presidente da São Paulo Turismo, as perguntas são muito claras até por ser uma Secretaria pequena no sentido do orçamento, a primeira pergunta é sobre a dotação 1025, da Secretaria de Governo, projetos especiais de articulação da primeira infância.

Essa dotação, para 2015, é de 200 mil reais. Até outubro nada foi executado. No próximo ano repetem os 200 mil reais. Será que algo será executado? São sempre importantes

as políticas públicas para a primeira infância e até agora, nesses 10 meses, nada saiu do papel. Quero saber o que é esse projeto e se demanda alguma verba federal.

A dotação referente à Fábrica do Samba. É lamentável que na cidade de São Paulo até agora os carnavalescos não tenham a Fábrica do Samba, projeto há mais de 12 anos em tramitação e passa o Carnaval e a Fábrica do Samba não sai. Será que em 04 e fevereiro de 2016, próximo Carnaval, teremos a Fábrica do Samba completa, inaugurada com as 14 escolas do grupo especial lá trabalhando? Ou vai ficar para 2017, fora da gestão Fernando Haddad.

Vemos aqui uma verba de 60 milhões de reais, apenas 4 milhões foram executados e a Fábrica do Samba não foi inaugurada. E a administração também, porque sem a fábrica não se pode administrar. O 1,5 milhão desse ano também não será executado.

Quero também comentar a respeito da implantação de projetos de fomento ao turismo. Para este ano de 2015, a dotação é de 1 milhão e cento e um mil reais. Foram executados 453 mil reais, ou seja, nem a metade. Para o próximo ano reduz essa dotação para 1 milhão e 50 mil reais e parece que não haverá mais a parte de obras e instalações. É importante esse fomento ao turismo e a verba da dotação 1021 está sendo reduzida. Quero saber o que está acontecendo.

Em relação ao Complexo Anhembi, realmente, a reforma parece estar demorada em vista de mais um calote do Governo Federal em relação à verba para a cidade de São Paulo. É lamentável também que não se dê prioridade a um espaço tão importante como o Anhembi Turismo que completa no próximo ano, se não me engano, 45 anos. E parece que o Governo Federal que prometeu a verba não a está entregando. Quero saber qual a participação da Embratur e dos outros Ministérios do Turismo, das Cidades, nesse processo?

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Rapper Pirata.

O SR. PIRATA – Parabenizo os Vereadores. Quero falar sobre o turismo, temos a Semana do Hip Hop, uma luta do Movimento Hip Hop há 10 anos e entendemos que São

Paulo é uma das principais capitais do hip hop do mundo. E a Secretaria de Turismo não tem nada voltado ao hip hop. Falamos de samba e agora estamos pedindo para a Secretaria de Cultura uma Casa de Cultura entendendo que o hip hop é turismo e temos de dialogar com o mundo. E aí não tem nada na Secretaria.

Para provocar, o que vemos no Anhembi, etc., é um monte de empresas. Então por que o Anhembi não faz umas coisas diferentes. Por exemplo, capacita o hip hop ou outras áreas da Cultura, porque o grande diálogo hoje é a questão da geração da indústria da cultura. Então capacita um monte de gente com essas indústrias para participação e fomentação do hip hop na Cidade, porque é capaz não somente na questão da música, como também a indústria de CD, vestuário, cinema, etc., porque a periferia não consegue participar desse negócio do turismo. Parece uma coisa estranha o turismo para a gente.

E aí também a Secretaria de Turismo, no seu orçamento tem de dialogar também com a Cidade e não só com as empresas. Assim há os indígenas que também não têm turismo, porque falam do turismo ecológico. Também a periferia que não tem turismo. Então acho que um grande avanço dessa Secretaria seria chamar o hip hop para dialogar.

O Movimento Hip Hop pretende fazer uns eventos na Cidade e quem recebe toda a verba é a SP Turismo que tem esse controle, mas não dialoga com o Movimento. Então a SP Turismo tem a obrigação de participar da Semana do Hip Hop que também é importante para a Cidade como o Carnaval, o aniversário de São Paulo e outras coisas que aparecem do nada e o que está concreto não é valorizado. É para você, Chico Macena.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço ao Pirata, que está sempre presente em todos os debates do hip hop e traz sempre esse discurso muito objetivo de onde a Cidade pode sair ganhando no jogo do ganha – ganha. Ganha a sociedade que atua e ganha o Poder Público que é aderente a essas ações.

Anuncio que no encerramento desta audiência daremos início à audiência da

Secretaria de Cultura., em que teremos a oportunidade de dialogar com o Secretário Nabil Bonduki.

Registro a presença do sempre Vereador Chagas, que acompanha os trabalhos da Comissão de Finanças e Orçamento.

Vou passar a palavra ao Relator, Vereador Milton Leite, e depois ao Vereador Aurélio Nomura, já inscrito, para depois finalizarmos com as apresentações e respostas dos nossos secretários.

O SR. MILTON LEITE – Secretário, me preocupa – volto a chamar a atenção – a rubrica 1.029, de 60 milhões.

O SR. JAIR TATTO - Vereador Milton Leite, V.Exa. está na SP Turismo, não é? Vamos localizar aqui, Presidente, é a última página do nosso relatório.

O SR. MILTON LEITE – Vereador Jair, só para esclarecer, é que está sendo aberto para a Secretaria de Turismo. Então as rubricas constam do Governo, mas irão migrar para Turismo. Por isso entendo que é Turismo que responde.

Secretário, nos preocupa a modernização que o senhor está pondo como principal investimento, a modernização do Complexo Anhembi. Entendo como importante para a cidade de São Paulo, o orçado em 2014 e 2015 eram os mesmos 60 milhões. O atualizado reduziu para 55.304 e o liquidado até este momento da execução orçamentária de 2015, não foi executado nada.

Considerando a situação crítica do Governo Federal com esse rombo que passa de 100 bilhões, Secretário, vejo com todo o respeito que o senhor terá enormes dificuldades no recebimento do aporte desses recursos. Porque para as rubricas de primeira necessidade do Governo Federal temos assistido uma dificuldade extraordinária.

O senhor trata da rubrica da seguinte forma: modernização do Complexo Anhembi. E aí pergunto se o senhor já elaborou projeto básico para licitação, estudos, o que efetivamente há? Isso nos preocupa se teremos de repente de aportar recursos de outras

fontes, outras receitas para suprir, porque a Secretaria do senhor nasce com uma rubrica pendente de um órgão federal que sabemos, com toda honestidade, não vai cumprir com esse recurso. Já não fizeram em 2015, e aí na execução orçamentária atualizada até aqui 55, mas executado nada. É o mesmo valor.

Então pergunto ao senhor, não é um risco temerário neste momento executarmos? Falo isso porque esse recurso já vem sendo mencionado em 2013, 13 milhões, executamos zero; 2014, zero. E não tínhamos um quadro de crise financeira exposta. Não que ela não existisse, a crise de déficit fiscal existia e não estava exposta, mas não foi executado em 2013, 2014 e 2015. Por que vamos acreditar que o senhor terá esse dinheiro em 2016, Secretário? E qual projeto o senhor pretende tocar e se estão licitados ou não, se há projeto básico, estudos e o que vamos fazer com esse dinheiro?

O SR. SECRETÁRIO – Apenas para dizer o seguinte, dentro desse processo a Secretaria basicamente foi criada há pouco mais de um mês. Inclusive, fizemos uma visita a V.Exa. e ao Presidente da Câmara buscando realmente que a Secretaria pudesse ter o orçamento próprio. Claro que isso vem do Executivo e o Prefeito Fernando Haddad quer dar uma prioridade a essa Secretaria, a tal ponto que o próprio Secretário Macena acaba de expor aqui as dotações que serão alocadas dentro dessa nova Secretaria.

Como é um dinheiro do PAC já marcamos uma reunião para a próxima semana com o Ministro Jaques Wagner, que responde pela Casa Civil, e Henrique Eduardo Alves, atual Ministro do Turismo, exatamente para buscar como vamos conciliar essa parte orçamentária e como esse dinheiro será repassado.

O que há, Vereador, exatamente nessa parte da modernização entram vários aspectos que depois vou pedir para o Alcino complementar, mas entra a parte da modernização tanto da construção, troca da fiação elétrica e, inclusive, a locação do ar condicionado que é uma das questões mais críticas que temos nos dias de hoje dentro desse complexo. Ou seja, precisamos urgentemente do ar condicionado.

Em não dando certo, se não tivermos alternativas, talvez a saída possa se buscar para esse assunto específico algum tipo de PPP, mas que não vamos discutir neste momento. Queremos buscar esse dinheiro que está prometido, está comprometido, com o Governo Federal e, é claro, fazer essa construção o mais rapidamente possível.

Gostaria apenas, Vereador Milton Leite, de solicitar ao Alcino, Presidente da SP Turismo, que pudesse nos dar alguns complementos com relação a essa fala.

O SR. ALCINO REIS ROCHA – Vereador, Secretário, sendo muito objetivo e qualquer dúvida - volto a dizer - estou aqui completamente à disposição, inclusive, vou deixar esse levantamento para os senhores.

Na verdade, esses 60 milhões nós estruturamos em sete etapas de execução no que diz respeito às reformas no pavilhão de exposições, palácio e no sambódromo. A primeira etapa, requalificação da iluminação e dos sanitários do pavilhão e implantação da sinalização do polo cultural Grande Otelo que seria justamente o nosso sambódromo. A iluminação seria a troca de toda iluminação do pavilhão por LED, já está contratada e em execução. É um contrato no valor de 1 milhão, 490 mil reais, previsto para ser concluído até o final deste ano. Toda troca da iluminação do pavilhão.

O SR. MILTON LEITE – Mas em cima dessa rubrica?

R – Em cima dessa rubrica, porque os 60 milhões foram divididos em sete etapas. São vários projetos. Portanto, cada um desses projetos terá projeto básico; serão colocados à aprovação da Caixa Econômica Federal; serão licitados; iniciada a execução e a partir daí, com obra medida só licitar o pagamento no que diz respeito ao Governo Federal.

Nós enfrentamos, no início do ano, um bloqueio desses recursos. O Governo Federal deu um prazo, ao que me parece, até o final de maio, para o início da execução dessa dotação. Nós conseguimos cumprir esse prazo que foi justamente através de reforma de escadas e desse contrato de iluminação do pavilhão. Começamos a executar esse contrato e, portanto, esses recursos hoje estão desbloqueados aguardando o avançar das obras, para que

possamos solicitar o pagamento do Financeiro ao Governo Federal.

Hoje não está em zero. Acredito estarem por volta de 500 mil reais executados, com a nossa previsão de um valor bem superior até o final deste ano, mas há um detalhe aqui de todas as etapas porque, volto a dizer, não é somente um projeto. São vários projetos necessitando todos eles da devida aprovação de todos os órgãos envolvidos.

O SR. MILTON LEITE – Chamo a atenção e vou tocar pela última vez para não ser persistente, assistimos o Ministro Barbosa, do Planejamento, dizer o seguinte: os projetos que houvessem avançado até 70% prosseguiriam. Os que não houvessem avançado até 70% ficariam congelados. Ele falou isso publicamente.

Por que eu fiz menção, na inicial minha, Alcino, aqui? Porque eu disse o seguinte: em 2014, nós não executamos nada; 2015, nada. Ele se enquadra justamente nesse espectro de que, apesar de o senhor estar encaminhando, mas não avançou naquilo que ele fez, ele anunciou que não vai avançar esses projetos. Daí a preocupação da Câmara em dizer o seguinte: o senhor está querendo modernizar. Eu entendo que... Eu concordo que, se o senhor falar em PPP, eu colocaria a PPP para o Sambódromo, para que as ligas colocassem, para que não se colocasse mais dinheiro público lá, passasse aquilo para a iniciativa privada, que se isolasse aquilo para que não houvesse despesa, porque assim como o senhor está aí, se eu vou nessa mesma esteira, eu vou dizer o seguinte - porque, Presidente, aqueles 40 que estão lá, eu tenho acompanhado com vários amigos Ministros que nós temos, ele está cumprindo à risca; e 70% cumpridos, o que é pior, ele diz o seguinte: 70% é pago. Deputado, são 70% pagos. Ou seja, significa que são mais 80, 90%, porque todos os projetos que se encontram no Governo Federal, 70% pagos, o senhor bem sabe como é a dinâmica lá: para, na Caixa Econômica, três meses, por baixo.

Então o que está medido, o que está pago, 70%, prossegue-se do Governo Federal. O que não está estará congelado.

Na mesma esteira, para não tombar - e aí me preocupa -: construção da Fábrica do

Samba. A fonte é a mesma, é a 02, 40 milhões. Eu, honestamente, primeiro projeto que houver nesta Casa em que eu puder alocar um pouco de recursos da Fonte 08, Operações Urbanas Água Branca, eu vou substituir essa rubrica, senão nós vamos ficar lá com aquele elefante sem concluir.

O senhor estava dizendo aqui, olha: 40 milhões, na Fonte 02. Esse, eu não sei qual a extensão desse convênio para recurso 02, é a primeira vez que estou vendo esse recurso, de Fonte 02. Eu até pergunto: não seria melhor adequação, nós adequarmos e aprovarmos aqui como artigo para colocarmos a 08 aqui da Operação Urbana Água Branca, tirarmos um pouco dos recursos aqui, na esperança de concluirmos isso aqui, Secretário?

Então eu queria ouvir os dois, porque - só concluindo, Salvador -: por que a preocupação da Comissão de Finanças? Porque isso vai acarretar, seguramente, pelo descumprimento do Governo Federal - como estamos assistindo pelo Brasil afora, de casas, obras paradas, a situação está triste, não por vontade do Governo Federal, mas é porque não tem mesmo no caixa para pagar, estão pagando as necessidades primárias -, e, nessa condição em que estamos aqui, de que 70% cumpridos, eles tocam, 70% não, tem V.Exa. a palavra.

O SR. SALVADOR ZIMBALDI - Sobre essa questão da cidade do samba, eu acho que o Secretário Macena poderia...

O SR. MILTON LEITE - Você que responde pelos 40 aqui, do 08, Francisco, Chico Macena, nosso Vereador.

O SR. CHICO MACENA - Vereador Milton Leite, primeira coisa é o seguinte: os 40 milhões que aqui estão previstos, no Orçamento da Fonte 02, boa parte deles já foram contratados, já estão depositados na Caixa e me ditos, inclusive, que estamos para receber.

Uma coisa que V.Exa. colocou aí e é verdade: o Conselho Gestor da Operação Urbana já tinha aprovado 40 milhões de reais e a nossa expectativa é que o Conselho Gestor possa aprovar um valor idêntico para que a gente possa terminar a Fábrica do Samba.

Já respondendo até uma pergunta que foi feita aqui por uma pessoa que estava ouvindo - eu não anotei o nome: qual é o dado na realidade da Fábrica do Samba? Nossa expectativa é entregar os sete galpões agora, para este Carnaval - inclusive há uma possibilidade de a gente dividir ali os espaços para que as obras continuem nos outros sete galpões. As escolas que lá não poderão ir, na FUPE, inclusive em parceria com a Liga, inclusive com a colaboração do Vereador, nós estamos adaptando o espaço para que, provisoriamente, essas outras sete possam ficar lá; e a nossa ideia é que, até outubro de 2016, possamos entregar os 14 galpões da Fábrica do Samba; e, depois, tem uma segunda discussão que, paralelamente, nós vamos tocar, que é a gestão desse espaço - inclusive há sugestão do Vereador que passe para a Liga, que é a gente ver uma forma de gerir o espaço...

O SR. MILTON LEITE - Ou até para a PPP.

O SR. CHICO MACENA - Ou mesmo uma PPP, enfim.

O SR. MILTON LEITE - Eu acho que tem de acontecer algo nessa coisa, Sr. Secretário, porque é o seguinte: as escolas de samba, por iniciativa própria, com eventos que promoveram eles, de a Prefeitura, gradativamente, entrar numa escala, ao longo de um tempo, de zerar os investimentos públicos e deixar que eles façam, mas através de uma PPP, de algo estruturado, que eles possam ter os recursos, sobreviver e...

O SR. CHICO MACENA - Só uma coisa que acho que nós temos de separar, Vereador: o Centro de Convenções - e aí a Prefeitura está prevendo, de fato, a construção de um Centro de Eventos para 20 mil pessoas; a reforma do Centro de Exposições que lá já existe; e um Centro de Convenções - aí não para 30 mil, pois parece, inclusive, que todos os estudos técnicos, senão me engano, Alcino, não indicam que há necessidade para 30 mil pessoas, mas em torno também de 10 mil, 12 mil pessoas, 15 mil pessoas - na cidade de São Paulo. Essa é a modelagem, inclusive, dos centros, os complexos que existem em outros países.

O SR. MILTON LEITE - Secretário, então vou complementar a palavra de V.Exa.

dizendo o seguinte: olha, então, na 10.32 (?), haveria necessidade de aportar orçamentariamente os 40 milhões na Fonte 08.

O SR. CHICO MACENA - Fonte 08.

P - acho que há necessidade de complementação orçamentária, porque não tem autorização legislativa aqui na peça, está correto, Secretário?

O SR. CHICO MACENA - É.

P - Então nós vamos agregar aqui, na 08, 40 milhões para suprir essa autorização legislativa que possa ser cumprida. Ela não consta da peça. Nós faremos constar então.

Pois não.

NÃO IDENTIFICADO - Vereador, se me permite, porque eu só queria deixar muito claro e deixar tranquilo também o senhor que, no que diz respeito a esses recursos do PAC, hoje nós estamos completamente conformes no que diz respeito a todos os prazos dados pelo Governo Federal e ao que diz respeito ao cumprimento do Decreto do início do ano, onde houve congelamento de repasses do Governo Federal para determinados entes federativos, em especial ao que diz respeito também ao contrato assinado com a Caixa Econômica Federal porque esses 60 milhões vêm através de um contrato que a São Paulo Turismo assina com a Caixa Econômica Federal, onde são estabelecidos todos os prazos ali de execução.

O que eu posso aqui adiantar é que esses 60 milhões também, no estágio em que eles hoje estão, eles não comportam mudanças no que diz respeito a mudanças de local de aplicação desses recursos. Esse foi também o entendimento que nós recebemos para, na hora de discutir, como seria aplicado esse recurso.

O principal projeto desse recurso é a completa reforma da parte elétrica do nosso pavilhão, que é por volta de 45 milhões, e a nossa expectativa é estar assinando a publicação desta licitação até o final deste mês.

Mas eu só queria deixar muito claro, Vereador: no cumprimento do que existe de legislação, de regras definidas pelo programa do PAC Turismo, de regras definidas através de

decreto presidencial e do contrato assinado com a Caixa Econômica Federal, nas questões do prazo, nós estamos completamente de acordo.

Hoje a prioridade da empresa é acelerar essa execução. Houve alguns atrasos no passado, que nós conseguimos agora retomar todos eles e estamos com todos os projetos prontos para o que ainda não está em licitação, colocar, esse ano, todos em licitação.

P - Presidente Alcino e Sr. Secretário, eu registro aqui da minha preocupação, dado a... Insisto nisso, mas vou encerrar a fala, o meu comentário: na Fonte 08 nós vamos fazer constar como Fonte 08 e 40, porque nós precisamos complementar, por lei, e há necessidade de autorização legislativa para que possa fazer a Fábrica do Samba. Esse não passa aqui, eu olho com cuidado. O senhor fique tranquilo. Nós teremos recursos lá. Mas eu estou preocupado com os 60. Volto a insistir: tenho conhecimento, Brasil afora, de que, no Governo Federal, mesmo nas condições aqui mencionadas pelo senhor, obras em andamento do Minha Casa, Minha Vida e diversas obras do PAC, de infraestrutura, que também havia... Que não vão cumprir - não porque não quer, porque vão atrasar, vai embora e, em algum momento lá na frente, pode ser.

Eu pediria que V.Exas. concluíssem as respostas que couberam a cada um, elaboradas pelos contribuintes, para que possamos concluir essa audiência pública.

Houve três contribuintes que fizeram: Fábio, Rapper e Laerte, então, para que respondam, façam três respostas.

O Chico já respondeu de um. Depois, em seguida, há os Vereadores para a conclusão da audiência.

NÃO IDENTIFICADO - OK. Eu, dentro dessa formulação de Política... (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Pela ordem, Presidente, uma questão de ordenação. O Vereador Aurélio Nomura se manifesta que quer fazer algumas ponderações.

P - Eu pediria que fizesse em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - É pertinente e ele já fazer e o Secretário

responder todas?

P - E responde em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Então, com a palavra o Vereador Aurélio Nomura, que promete ser breve.

P - Faça as três perguntas, as perguntas que houver, e aí os Secretários responderão em conjunto, as duas Pastas.

O SR. AURÉLIO NOMURA – OK.

Bom dia a todos. Gostaria de saudar a presidência, na pessoa do Milton Leite, na pessoa do Tatto; saudar nosso Secretário Chico Macena, nosso sempre parceiro aqui da Câmara Municipal; saudar Nabil Bonduki, que está aqui presente também; o Secretário Alcino; o Dr. Alfredo Manevy, Diretor-Presidente do SP Cine.

Bem, gostaria de começar fazendo algumas indagações à Secretaria de Governo. Na atividade de manutenção de sistema de informações e comunicação, a proposta orçamentária de 2016 traz um aumento de 267% em relação ao Orçamento de 2015. Gostaria de saber como explicar o porquê desse reajuste de 265% a mais.

A segunda questão diz respeito com relação às publicações de interesse do Município, que foram orçadas em 2015, em 119 milhões, mas foram liquidados apenas 26 milhões. Ou seja, 23%. Pergunto por que a previsão, na proposta orçamentária de 2016, é de 105 milhões, ou seja, quatro vezes mais do que foi liquidado até setembro passado.

Outra pergunta, com relação à construção da Fábrica do Samba, foram liquidados, até setembro passado, 3,7 milhões. A proposta orçamentária para 2016 é de 40 milhões, aí dentro daquela linha do Vereador Milton Leite, totalmente dependente da Fonte 02. Mas pergunto: essa situação nas contas do Governo Federal não vão afetar exatamente essa questão de repasse? Volto a insistir, porque é uma coisa pendente. Nós temos acompanhado os repasses federais desses últimos três anos: quase nós não recebemos nenhum recurso a nível federal, antes da crise. Imagina depois da crise...

A outra questão que volto a falar também é aquela questão da proposta orçamentária para 2016, que é de 100 milhões, na Fonte 02. Volto a perguntar: nós vamos receber efetivamente esses 100 milhões? O que o senhor espera receber desses 100 milhões? E se não vierem, como tem acontecido nesses últimos anos, de onde virão esses recursos?

Presidente, queria indagar também nosso Secretário de Turismo e também o SP Cine, ou vamos ouvir primeiro o nosso companheiro Chico Macena?

P - Nomura, eu acabei de responder sobre os 40 milhões, da Fábrica do Samba, que serão aportados da Fonte 08, Operação Urbana. A Relatoria vai aportar o recurso, sim, porque Operação Urbana... Precisamos concluir essa obra, que já está... Se não houver recurso, haverá sim a autorização legislativa para 40. Então essa já foi mencionada pela Relatoria.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sim, espera aí, Presidente.

P - Peço que os demais concluam as demais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - V.Exa. faz questão de ouvir o Secretário de Turismo e o Secretário de Governo?

O SR. AURÉLIO NOMURA – Gostaria de ouvir, claro. Tenho duas perguntinhas para cada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Muito bem.

Sobre o SP Cine, V.Exa. terá oportunidade na próxima Pasta, que é a Cultura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Vou aguardar o Chico Macena responder.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Muito bem. Então, com a palavra, o Secretário Chico Macena; em seguida, Secretário Zimbaldi.

O SR. CHICO MACENA - Vereador, de forma bem pragmática, nós temos um aumento, de fato, na manutenção dos serviços de informação e comunicação. Isso é praticamente contrato Prodam e sistemas que a gente está desenvolvendo na Secretaria para proporcionar inclusive mecanismos de controle de toda a gestão de todas as Secretarias.

Nós vamos perceber que, longo do tempo, isso está sendo cada vez mais repassado para a Secretaria de Governo. Vou dar um exemplo bem prático: todo o controle do Programa de Metas, por exemplo, que era na Secretaria de Planejamento, quando foi criada a Secretaria de Gestão, isso se passou para a Secretaria de Governo e, portanto, o *site*, a operação daquele sistema de controle veio para a Secretaria de Governo, proporcionalmente diminuindo lá na outra Secretaria. Então, de forma bem objetiva.

Quanto às verbas que nós, e o Vereador falou, de publicações de interesse do Município, de novo, aqui houve uma transição: publicidade e comunicação. E isso é repassado a diversas Secretarias, isso é redistribuído a diversas Secretarias. Então há um sistema de congela /descongela aí e a gente tem atuado de forma a empreender isso.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Mas só uma diferença: por que essa diferença: orçado em 118, em 2015; mas foram liquidados 26. Queria entender essa...

R - Não, porque nós ficamos basicamente com as questões referentes a publicações oficiais. As demais foram para a Secretaria de Comunicação: *Diário Oficial*; vou cobrir edital, licitação.

P - E esse ano... E, agora, a previsão de 2016 está em 105.

A previsão de 2016 está em 105. Então, é por isso que eu queria entender essa...

R - Vai ocorrer a mesma coisa.

P - A mesma coisa?

R - Vai ocorrer a mesma coisa: isso vai sendo equilibrado, porque... Ou, então, a gente, no processo de reestruturação da Secretaria - e eu acho que a gente vai viver isso o ano que vem, que, como eu falei, é um momento de transição entre Turismo, Comunicação e Gestão. Eu acho que, num determinado momento, a gente tem de zerar tudo isso e, de fato, nós termos todas as dotações relativas a cada Secretaria, inclusive para facilitar o controle e a transparência, não só por parte da Câmara Municipal, mas por parte da sociedade.

Eu queria dizer que uma parte dos recursos da Fonte 00 nós receberemos. Mesmo

com todo o pessimismo, Vereador Milton Leite, há uma parte que foi depositada na Caixa.

P - O qual o valor, Secretário?

R - Esse valor, eu sei que tem, por exemplo, 37 milhões - em torno de 37 milhões - o Autódromo de Interlagos, que está no depósito da Caixa Econômica. Então esse não volta mais, não é? E tem, acho, que 12 milhões, da Fábrica do Samba, que também está lá depositado na Caixa Econômica. Então esse não volta mais.

Agora, o restante, de fato, nós estamos pleiteando e fazendo uma luta para que a gente possa receber todos os recursos.

No mais, eu queria agradecer o convite, mais uma vez, da Comissão de Finanças aqui da Câmara Municipal, de todos os Vereadores aqui presentes - Nomura, Jair, Milton Leite.

- Manifestação fora do microfone.

R - A questão do *hip-hop*, eu acho que a gente não deveria tratar - e está o Vereador Nabil Bonduki aqui. Eu não trato... Não, não, eu vou lhe responder. Eu não trataria o *hip-hop* apenas como um evento, mas sim como uma política cultural a ser a ser disseminada, apoiada, na Prefeitura de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Pela ordem, o Rapper Pirata.

O SR. RAPPER PIRATA - (Manifestação fora do microfone -) - então, Secretaria de... Porque não há isso. A Secretaria que, por esse ano, vai participar ...(ininteligível)... Para auxiliar a Secretaria de Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Trataremos em seguida.

R - Foi feito isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Trataremos em seguida com todo o tempo necessário, Pirata.

R - Foi feito isso já, numa certa medida. Foi feito isso no ano passado, mas não foi exatamente na Secretaria de Cultura, por alguns movimentos que foram feitos pela Secretaria da Igualdade Racial. A SP Turismo participou, dando apoio de Infraestrutura. Certamente os

eventos que a Secretaria de Cultura promoverá, a SP Turismo mais a Secretaria do Governo vão ajudar também no apoio à infraestrutura. Mas o que acho mais fundamental no processo todo - e o Secretário Nabil Bonduki está desenvolvendo isso muito bem na cidade de São Paulo – é ter uma política cultural pra toda a cidade, política que leve a Cultura para todos os cantos da cidade, principalmente para a nossa periferia. Não tem como deixar o *hip hop* de fora, que é uma manifestação cultural muito importante, como também tantas outras manifestações da periferia da cidade de São Paulo.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Secretário.

Tem a palavra o Secretário Zimbaldi.

O SR. SALVADOR ZIMBALDI – Quero cumprimentar o Vereador Tatto, e novamente os Vereadores Milton Leite e Nomura.

Quero dizer o seguinte: em relação à questão da Fábrica do Samba, isso já foi respondido exaustivamente até porque tanto o Secretário Macena quanto o relator Milton Leite buscaram essa solução.

No tocante a questão citada pelos companheiros que usaram a tribuna, particularmente algumas delas já foram respondidas pelo Secretário Macena.

Quanto ao *hip hop*, o Secretário Macena também já respondeu, porém afirmo que queremos a integração de alguns setores. Há necessidade de integração porque não há Cultura sem Turismo, a Cultura não é algo que possa caminhar isoladamente.

Vou conversar com o Secretário de Cultura, creio que há possibilidades não só para o *hip hop*, mas para o rock, por exemplo, que é outra atividade; para as questões afrodescendentes, o que também já foi reivindicado.

O *Skate Board Music Fast*, que é um campeonato de *skate*, e a garotada gosta muito, pode ser acoplado com o *hip hop*, com o *rock*. Enfim, são essas questões que procuramos tratar dentro das políticas públicas de Turismo, que já foram determinadas pelo

Prefeito Fernando Haddad exatamente há um mês, quando da nossa posse, afirmando a prioridade quanto às manifestações populares.

Particularmente, quando se fala em Turismo, fala-se da Fórmula 1, do Carnaval e de outros megaeventos. Porém, esquecem que na região de Parelheiros a questão do Turismo está bastante aflorada, já foi priorizada por este Governo e queremos priorizar ainda mais. Queremos ainda fazer com que aquilo que o Prefeito Fernando Haddad - e eu entendi não como solicitação, mas como determinação – citou de que os megaeventos de Turismo pudessem levar à questão turística para as periferias, ou seja, seria contemplar.

Por exemplo, lançamos o Pode Entrar Que a Casa é Sua. Quem nunca parou num posto de gasolina ou numa viatura policial da GCM ou mesmo da Polícia Militar pedindo uma informação de um museu ou qualquer tipo de informação, de uma rua? E, na realidade, aquela pessoa, aquele frentista muitas vezes não tem condições de pagar entrada para ir a um museu. Hoje, por meio de parceria com o Governo do Estado de São Paulo, reeditamos o Pode Entrar que a Casa é Sua, onde essa população através de simples identificação caracterizando que é da categoria GCM, Polícia Militar ou Polícia Civil, frentistas, motoristas e cobradores de ônibus, enfim, uma série de segmentos, se apresenta, mostra sua documentação, ele e mais quatro membros da sua família podem visitar, no caso, aquele museu.

Encerrando, Presidente, quero dizer que a questão do *hip hop*, do *rock* e de outros segmentos da sociedade, que são manifestações culturais, populares, que afloram a cada dia em nossa cidade, nós vamos priorizar como política pública de turismo. Embora seja da Cultura ou de outros segmentos, queremos que se transforme em turismo da cidade de São Paulo.

Portanto, coloco-me à disposição para que possamos discutir essa questão, esse é o meu papel como Secretário do Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Contemplado, Vereador Nomura? (Pausa)

Permitam-me anunciar a presença do nobre Vereador Adilson Amadeu.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – Fiquei com uma dúvida. Na realidade, o

Secretário, respondeu para o nosso relator Milton Leite com relação à questão dos investimentos na modernização de edifícios e nas benfeitorias, mas achei que o detalhamento ficou incipiente porque como se fala em sete etapas, e foi falado da reforma do Pavilhão, da reforma do Palácio, do Sambódromo. Gostaria de pedir, se for possível, que nos enviasse antes, claro, da votação do nosso Orçamento, o detalhamento porque achamos de fundamental importância. Mesmo porque estamos falando de 60 milhões de investimento, é importante que analisemos a fundo.

Finalizando, quero falar da questão do custeio do Pessoal. Estamos falando de salários, encargos, benefícios, treinamentos. Está previsto, para 2016, 89,7 milhões. A minha pergunta é: quantos funcionários trabalham na empresa?

R – OK. Apenas digo o seguinte: no decreto do dia 15 do mês passado, o Prefeito determinou que a SPTurismo respondesse diretamente a nossa Secretaria. Estamos fazendo reuniões cotidianas exatamente para tomar pé de toda situação, inclusive conhecer a própria empresa, e estamos buscando esse conhecimento o mais rápido possível, mas podemos enviar de forma detalhada ao Vereador, conforme disse o presidente da SP Turis, Alcino Rocha, Ele informou que o projeto de 60 milhões está dividido em sete etapas que envolvem desde projeto, construção, modernização, parte elétrica, ou seja, a construção civil até a finalização, que é o ar-condicionado. Nós enviaremos, Vereador Nomura, a V.Exa. e aos demais Vereadores, o detalhamento de tudo que acaba de nos perguntar, inclusive quanto aos funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Agradeço a presença do Secretário Zimbaldi, do Secretário Francisco Macena; do nosso sempre Vereador Ítalo Cardoso. Também esteve conosco o Sr. Gilvan Cândido da Silva, e o Presidente da SP Turismo, Alcino Reis Rocha.

Antes, porém, está presente o Sr. Diogo, Fundatec? (Pausa)

Spicine, Sr. Alfredo Manevy está presente? (Pausa)

Eu acabei de agradecer a todos os senhores.

R – Eu agradeço a oportunidade, Vereador. Estarei aqui tantas vezes quantas forem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Confirma presença o Diretor Geral do Theatro Municipal, José Luiz Herencia.

(Pausa)

Imediatamente passamos para pasta da Cultura. Convido o nosso Secretário Nabil Bonduki. Pergunto ao Vereador relator Milton Leite: podemos fazer uma dinâmica parecida com a anterior, considerando que é forte a representação da Secretaria? O Secretário faria uma exposição geral e, em seguida, abriríamos a palavra, isso para não haver risco de sermos repetitivos. Seria razoável, Vereador Aurélio Nomura? (Pausa)

Vereador relator Milton Leite, pela ordem.

O SR. MILTON LEITE – O encaminhamento de V.Exa. está correto, só esclareço que a audiência pública da Secretaria de Educação foi transferida para a próxima quinta-feira, às 10h.

A equipe da Secretaria da Educação esteve aqui presente, e é importante esse esclarecimento àqueles que vieram participar da audiência pública da Educação. Como hoje não viria o Sr. Secretário, não havia possibilidade. A Comissão viu por bem realizar a audiência sem o Secretário, mas não concordamos em fazer a audiência sem o Secretário Chalita. E o Secretário se dispôs a vir na quinta-feira, no primeiro horário, às 10h, o que está confirmado pelo Secretário de Governo Chico Macena.

Peço que a secretaria da comissão proceda às publicações necessárias, de hoje para amanhã, informando o nosso Presidente Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Imediatamente, passemos para pasta da Cultura. Convido o nosso Secretário Nabil Bonduki.

Peço à secretaria que colete os já inscritos para que possam se pronunciar.

O SR. NABIL BONDUKI – Boa tarde a todos, a todas. Cumprimento todos os

membros da Comissão de Orçamento e Finanças: Milton Leite, Jair Tatto, Nomura, demais Vereadores que devem estar chegando. Cumprimento à comunidade da Cultura, os coletivos culturais aqui presentes. É muito importante a presença de vocês para que possamos fazer uma discussão aprofundada sobre o orçamento da Secretaria de Cultura.

Quero registrar a presença do Presidente da Spcine, Alfredo Manevy; que está chegando o Diretor Presidente da Fundação Theatro Municipal, José Luiz Herencia. Está aqui a nossa Secretária-Adjunta, Maria do Rosário, que acho poderia estar na Mesa; e o Chefe de Gabinete Márcio Pozzer, que também poderá prestar esclarecimentos, além dos técnicos responsáveis pela área do orçamento. Cito Alex Piero que está presente nesta audiência.

Brevemente, farei um histórico do nosso orçamento e das nossas realizações, e muito brevemente mesmo porque são muitas, e não dá entrar muito em detalhes.

Quero lhes mostrar primeiramente a evolução do orçamento da Secretaria. Como podemos perceber, teve um crescimento grande de 2005 a 2011; e de 2011 a 2015, mais ou menos, manteve-se no mesmo patamar. Estamos tendo a possibilidade de ter um crescimento um pouco maior em 2016, evidentemente desde que o orçamento não venha a ser contingenciado. A evolução que nós vemos aqui é quanto ao orçamento executado.

Neste ano, em 2015, tivemos um orçamento aprovado de 557 milhões, e foi contingenciado significativamente, de modo que estamos com previsão de executar, se executarmos 100% do que temos hoje, aproximadamente 460. Na verdade, no começo do ano, esse orçamento foi contingenciado em 400. Tivemos a possibilidade de crescer de 400 para 460 através do desempenho da Secretaria, através das reivindicações dos diferentes segmentos culturais e também através de emendas parlamentares. Vamos mostrar que tivemos este ano uma significativa evolução em relação às emendas de Vereadores acrescentadas ao orçamento da Cultura.

De qualquer maneira, gostaríamos de salientar no orçamento que está na Câmara, 2% do Orçamento seria a nossa meta, uma meta histórica que estaria condizente com o que

propõe o Plano Nacional de Cultura, propõe que todos os municípios cheguem a 2%. Nós avançamos. Se esse Orçamento for aprovado e não for contingenciado, vamos chegar em 513 milhões de reais, que é quase 50 milhões acima do que executado em 2015, mas ainda está longe dos 2%, e 2% é o que nós gostaríamos de alcançar.

Quero mostrar alguns dados importantes para que possamos ver os pontos de estrangulamento. O orçamento não é o único ponto de estrangulamento da Secretaria. Aliás, vou lhes mostrar que o próprio desempenho da Secretaria tem sido muito bom, mas é feito com muito sacrifício do ponto de vista da estrutura interna.

Aqui podemos ver a evolução dos funcionários. Gostaria que prestassem atenção: tivemos um pico no número de funcionários da Secretaria. Em 2007 eram 2118 funcionários, e daí até 2015 houve uma queda, e com a previsão das aposentadorias, em 2016 vamos chegar a 1.325 funcionários. Ou seja, quase 1/3 abaixo do que havia em 2007. Evidentemente, com um orçamento que vem se mantendo ou crescendo, e como vamos ver, na sequência, o número de projetos cresceu muito.

Podemos ver aqui a quantidade de recursos por servidor porque há um crescimento intenso. Para 2016 a previsão é muito elevada e vem se elevando principalmente a partir de 2014. Vamos ver no próximo *slide* a relação projeto por servidor. Em 2013, era 0,07 de projeto por servidor. O que é projeto? Por exemplo, projeto da Lei de Fomento ao Teatro; projeto VAI; projeto Um Ponto de Cultura; são vários os tipos de projetos criados ao longo desses 10 anos. O Projeto Fomento ao Teatro é de 2002; o projeto VAI é de 2004; o projeto Fomento a Dança é de 2006; os Pontos de Cultura, 2014. Foi aumentando o número de projetos e a nossa perspectiva para 2016 é ter 1,19 projetos por servidor, o que estaria inviabilizando o funcionamento da Secretaria.

Aqui há um ponto importante, e quero agradecer os Vereadores, a Câmara Municipal de São Paulo pelos recursos na forma de emendas parlamentares do Município de São Paulo, sem contar as do Governo do Estado. Em 2013, foram 3 milhões; em 2014, 5,4

milhões; e a previsão para 2015 é que chegue a 15,6 milhões. A evolução é muito significativa das emendas, e o impacto foi importante. Não adianta colocar apenas o dinheiro na Secretaria, é preciso que seja executada adequadamente e para isso é necessário estrutura.

Em seguida vou lhes mostrar a nossa perspectiva quanto aos centros culturais. Até 2004 havia apenas o Centro Cultural São Paulo; em 2005, foi criado o Centro Cultural da Juventude; em 2012, foram criados o Centro Cultural da Penha e da Cidade Tiradentes; e agora temos a possibilidade de abrir mais quatro. Isso implica em acréscimo de estrutura dentro da Secretaria.

Falo tudo isso para mostrar que temos um problema no orçamento, temos um desejo de crescimento do orçamento, mas não adianta apenas aumentar o orçamento se não houver capacidade de execução. Realmente, a situação da Secretaria é delicada, perdemos 1/3 dos funcionários e, evidentemente, para poder levar adiante a programação, o crescimento do número de projetos que acontecem na Secretaria, exige-se aí a necessidade de um crescimento significativo da nossa estrutura.

Vou lembrar também que a Secretaria de Cultura está formada pelo corpo da administração direta, propriamente dito. São vários os departamentos, mas temos várias estruturas dentro da Secretaria não formalizadas. Por exemplo, o Núcleo de Fomento e Cidadania, que gerencia todos os projetos em relação à sociedade – Fomento ao Teatro, Fomento a Dança, VAI, Pontos de Cultura, Projeto Aldeias, Programa de Agente de Cultura – todos esses programas são gerenciados por um núcleo que hoje não é sequer um departamento, não tem estrutura própria. É um núcleo que funciona precariamente. Hoje a reivindicação é grande, há necessidade que seja criado um programa de fomenta à cultura periférica para ampliar a nossa atuação na periferia, que é reivindicação de todos vocês e também o nosso desejo. Então, além dos recursos, precisaremos de recursos humanos para tocar, para operacionalizar esse programa.

Entrando no orçamento, vou lhes mostrar que nosso orçamento fonte 00 para este

ano são 513 milhões. A fonte 00 é aquela fonte que vem do Orçamento Municipal. Além disso, há outras fontes de recursos: Fundurb – Fundo de Desenvolvimento Urbano, parte das obras realizadas pela Secretaria da Cultura, os recursos são desse fundo, e estão previstos 10 milhões no nosso orçamento. Está prevista uma receita muito improvável, pelo menos no total, são 53 milhões do Governo Federal, e parte poderá vir, essa é a nossa expectativa; e obtivemos 15 milhões de emendas parlamentares do Governo Federal.

Há um convênio com o Governo Federal para Cidade Tiradentes, para equipar o Centro Cultural no valor de 1,5 milhão, já está assinado o convênio. Há convênio também assinado com o Ministério da Comunicação para implantação do LÉIA – Laboratório de Audiovisual, e depois o Alfredo Manevy vai detalhar. Temos ainda convenio com o projeto Pontos de Cultura, a princípio 1/3 dos recursos viriam do Ministério da Cultura e 2/3 da Secretaria de Cultura. Há outras perspectivas de projetos junto com o Governo Federal, mas é improvável que consigamos todos esses recursos.

Aproveito para convidar José Luiz Herencia, Diretor do Theatro Municipal para fazer parte da Mesa.

Está previsto um recurso pequeno, a nossa expectativa é menor ainda de receber recursos do Governo do Estado, está previsto 1,3 milhão fundamentalmente para a área de Patrimônio. Há outras perspectivas de recursos do Governo do Estado vinculados a Spcine, que depois será detalhado pelo Alfredo Manevy.

Além disso, temos na Fundação Theatro Municipal uma receita própria de 9 milhões, espera-se venha da bilheteria, do aluguel do espaço e de patrocínios da lei de fomento. Há três projetos com as leis de fomento ou de repasse direto de órgãos externos, da administração direta, um recurso de 12 milhões previstos para o Pavilhão das Culturas Brasileiras, recurso que já foi aprovado no BNDES, é da Lei de Incentivo Federal, da Lei Rouanet. Tudo isso não consta do orçamento, mas acho importante citar para dar transparência, para que todos saibam que há essa perspectiva. Há perspectiva também de

uma lei aprovada, mas sem previsão de entrada ainda, com valor de 15 milhões para o restauro da Vila Iitororó, e já está aprovada para o Ministério da Cultura. Também há projeto de digitalização de todos os periódicos da Biblioteca Mário de Andrade, projeto que tem articulação com outras bibliotecas do País, com recursos previstos de 9 milhões.

Bom, são recursos que não entram no orçamento, não são fontes municipais nem níveis de governo.

Peço para alguém passar isso, por favor, porque o *slide* não passa.

Podemos voltar ao *slide* anterior.

Aqui há um detalhamento. Nós tentamos apresentar de uma maneira didática, não com muitos números e, depois, podemos detalhar os programas propriamente ditos.

Aqui os 513 milhões que são do recurso do Tesouro Municipal estão divididos em alguns agrupamentos bem amplos que vão permitir que nós possamos, depois, entrar no específico de cada um desses itens.

Então, nós temos aí obrigações legais e subvenção, que não é uma decisão nossa, mas são leis aprovadas que nos obrigam a dar subvenção para o Masp, Bienal e algumas outras entidades culturais – 4 milhões e 300 mil.

Nós temos o pessoal, uma despesa obrigatória de 90 milhões de reais. Como vocês veem, estamos perdendo pessoal, mas o pessoal que a gente perde se aposenta e vira folha do inativo. Então, não é que deixa de custar para a Prefeitura, e, como o regime de aposentadoria é de salário integral, todos que se aposentam tem o valor integral.

Então, quando vemos a diminuição de pessoal isso não significa que diminui o custo com as pessoas que se aposentam.

Essa é a fonte do pessoal da ativa.

Agora o custeio. O que está incluído em custeio? Com 102 milhões? Refere-se a segurança, manutenção, limpeza dos equipamentos.

A Secretaria Municipal de Cultura tem pouco mais de 130 equipamentos entre

Bibliotecas, Centros Culturais, Casas de Cultura, Casas Históricas, Teatros, Museus. Isso inclui desde grandes equipamentos como, por exemplo, a Oca, o Pavilhão, a Biblioteca Mário de Andrade, até as Casas de Cultura, que são 18, fundamentalmente, na periferia da Cidade.

Esses recursos são usados para manutenção, limpeza, segurança, bem como para a infraestrutura de veículos, para funcionamento dos materiais adquiridos e utilizados por todos esses equipamentos.

Depois, temos 36 milhões e meio para programação cultural. Aí está incluída a programação dentro dos equipamentos como a programação de eventos externos, como, por exemplo, a Virada Cultural, o Mês do Hip Hop, todos os palcos que são montados com programação. Aqui não está incluída a infraestrutura, pois esta está em outro item que é SPTuris, que tem no orçamento da Secretaria 12 milhões que são utilizados para montagem de palcos, som, desses eventos.

De certa forma, nós poderíamos somar porque fazem parte da programação. Então, estaríamos chegando por volta de 48 milhões destinados aos eventos, incluídos os eventos nas Bibliotecas, Casas de Cultura, Teatros, tudo, exclusive, o Teatro Municipal e SP Cine, que estão fora disso.

São recursos para pagar os cachês dos artistas, dos músicos, das peças de teatro, dança e vários eventos presentes na Secretaria.

Outro item importante é o dos programas, onde estão incluídos todos os nossos apoios a projetos culturais que não são realizados diretamente pela Secretaria. Então, o que está dentro disso? O fomento ao teatro, o Prêmio Zé Renato, o fomento à dança, o Vai, os pontos de cultura, os Agentes de Cultura, os programas relacionados com a formação: o Vocacional, que é ligado ao teatro e à dança, em 100 equipamentos do Município; o PIÁ, Programa de Iniciação Artística e o programa de formação da Escola Municipal de Iniciação Artística. Em suma, são esses que estão nesse grande item que vamos detalhar em seguida. Vou deixar para falar sobre isso depois, após essa visão do todo.

Além disso, há mais 9,2 milhões para obras, principalmente para recuperação de equipamentos. Como falei anteriormente, no Fundurb temos 10 milhões de obra, além disso, mais 9,2 milhões para outras obras e reparos, por exemplo, de recuperação dos equipamentos, casas de cultura e teatros geridos diretamente com Orçamento da própria Secretaria.

Temos também os demais itens que são transferências para órgãos da Administração Indireta. Alguns deles são vinculados diretamente à Secretaria, outros prestam serviço para a Secretaria. No caso, a Prodam, com cinco milhões, e a SPTuris, que já falei, são órgãos de outras Secretarias que prestam serviço para a Secretaria de Cultura. Basicamente, é uma prestação de serviço na área de informática e na de eventos, de infraestrutura.

Há os órgãos descentralizados da própria Secretaria que fazem parte do corpo dela, mas com Orçamento e gestão próprios. Nesse caso há o Theatro Municipal, com 112 milhões, que depois iremos detalhar também de como é composto esse Orçamento; a SPCine, que é o aumento de capital da SPCine, com 15 milhões. Na verdade, o recurso da SPCine está dividido em dois blocos; um é aumento de capital da SPCine, que é uma transferência de recursos diretos para ela do Tesouro e o outro recurso, que é um contrato de gestão.

Então, a Secretaria fará um contrato de gestão - aliás, ele já está elaborado -, em que estabelece, na área de audiovisual, um programa de atividades que devem ser feitos; por exemplo, apoio a festivais, a amostras e a editais, que são a fundo perdido; e outras ações de interesse que sejam realizadas e que não têm perspectivas de retorno. Inclusive a gestão dos 20 cinemas que serão criados, que já estão sendo implantados em 20 equipamentos do Município, sendo que alguns são da Secretaria de Educação, os CEUs, e outros da de Cultura também estariam dentro desse contrato de gestão.

Por isso o contrato de gestão é um contrato que se estabelece entre a Secretaria de Cultura e a SPCine para que ela execute um conjunto de atividades. E a ampliação de capital da SPCine é o recurso que vai diretamente a ela, que o gerencia para sua manutenção e também para projetos feitos em parceria com Ancine ou com outros entes federativos com

perspectiva inclusive de retorno, quer dizer, de gerar receita própria.

Esses recursos todos somam 513 milhões de reais, que é o do Orçamento aprovado. Vejam que esse Orçamento proposto não é necessariamente aquele que será liberado para a Secretaria no começo do ano. Quero deixar isso bem claro, porque neste ano tivemos alguns problemas de entendimento. O Orçamento aprovado aqui na Câmara foi de 557 e, aliás, no primeiro dia em que tomei posse, no começo de fevereiro, a Secretaria, na época, de Planejamento me chamou para dizer que do Orçamento, mais ou menos, 150 milhões estão contingenciados. Então, começamos a gestão com um Orçamento de, mais ou menos, 400 milhões e conseguimos crescer para chegar agora numa perspectiva de conseguir executar 460, em 2015. Para 2016 estamos dando outro patamar, na verdade, entre aquilo que temos como perspectiva de executar neste ano e o que, em tese, teríamos tido no ano atual.

Quero apenas dar alguns números, que é importante. Isso não está na apresentação, mas acho importante todos saberem o que está previsto, porque quando falamos de projetos, pouca gente sabe como se somam esses projetos e esses programas.

A Virada Cultural, geralmente, é um tema de muita polêmica. Numa programação em que está previsto 36 milhões, a previsão para a Virada é de 7,5 milhões de programação cultural, ou seja, ela vem perdendo gradativamente e percentualmente o peso que ela já teve. Houve anos em que a Virada representava uma parte muito significativa do Orçamento de programação. Ela já caiu bastante e está também descentralizada. Nesses sete milhões está se considerando que ela seja descentralizada, não apenas com palcos no Centro, mas na periferia como foi neste ano, além de trazer artistas da periferia para o Centro, como aconteceu neste ano, no Vale do Anhangabaú.

Em relação ao Mês do Hip Hop, inclusive está no texto que vocês entregaram, neste ano já ampliamos a Semana do Hip Hop para o Mês do Hip Hop, foram montados cinco palcos. O recurso do palco está fora disso, mas o que está previsto em termos de contratação artística do Mês do Hip Hop são 600 mil reais. Evidentemente isso ainda pode ser

acrescentado em eventuais remanejamentos ou com acréscimos de emendas para que possamos ter uma elevação. Isso, mais ou menos, foi o gasto deste ano na Semana do Hip Hop.

Quero também chamar a atenção dos senhores que no Orçamento deste ano não estamos fixando na dotação, a dotação específica para cada item, mas acho que depois o Marcio ou o Alex podem esclarecer melhor como vai funcionar. Mas estamos descrevendo as ações e, no início do ano, aberto o Orçamento, os recursos serão redistribuídos para várias ações. Então, o Mês do Hip Hop é uma ação da Secretaria assim como os vários outros itens. Apenas para informar porque acho que há muita gente com interesse específico nos programas.

Esses números, vamos chamar assim, são preliminares de uma reprogramação que poderá ser feita. Então, o programa Veia e Ventania, dos Saraus, 500 mil. Pontos de cultura tem uma dotação bastante expressiva, estão previstos 45 milhões, dos quais 33 milhões do Orçamento próprio e 11 milhões do MinC. Isso tem esse tamanho porque existe no nosso Plano de Metas uma meta de chegar a 300 pontos de cultura, que são bem distribuídos de acordo com a realidade socioeconômica, então, estão bem distribuídos na Cidade e a intenção é abrir um edital que possa contemplar pontos de cultura temáticos, voltados especificamente a certas áreas.

Depois há o Vai com 10,5 milhões; Agentes Comunitários de Cultura com 2,4 milhões; projeto Aldeias, que é voltado às aldeias indígenas, 730 mil; o fomento ao teatro mais o Prêmio Zé Renato, 25 milhões; o fomento à dança, 14 milhões; o edital de circo, 1,5 milhão; o Vocacional, 2,4 milhões mais a dotação que está prevista na Educação, que complementa o recurso Vocacional; o PIÁ, 1,7 milhão mais o Orçamento da Secretaria da Educação; o Jovem Monitor, quase sete milhões, que são os jovens que atuam nos equipamentos e nos programas, acompanhando os programas da Prefeitura; o Ônibus Biblioteca está dentro do custeio e estou sem o valor dele, mas também é uma ação importante; para a EMIA, Escola

Municipal de Iniciação Artística do Jabaquara, 2,2 milhões. Esses são os pontos mais importantes das previsões.

Quero chamar a atenção para dois pontos importantes, que têm a ver com a nossa discussão e as reivindicações mencionadas. Não está prevista nessa orçamentação a reivindicação, que começamos a discutir no último mês com os grupos, os coletivos culturais da periferia, de um programa com 20 milhões de reais e mais uma série de outros itens.

De certa forma, os demais itens cabem nesse orçamento que temos: o Mês do *hip hop* e outras iniciativas. A Casa do *Hip Hop* tem um problema de gestão, mas também cabe no orçamento. Mas, os 20 milhões para esse programa poder funcionar. Seria necessário um acréscimo no nosso orçamento para não penalizar as demais dotações que já estão previstas.

Quero dizer que a Secretaria está plenamente favorável que se tenha um programa de apoio mais focado à periferia, porque a avaliação que temos é de que os programas que existem: o fomento ao teatro, à dança, principalmente esses dois programas, são significativos. Somados, somam quase 40 milhões, chegam pouco à periferia da Cidade pela própria maneira como são geridos. É um projeto de lei aprovado pela Câmara.

Então, um programa que reequilibre essa distribuição de recursos é importante e isso tem de ser feito com acréscimo, que favorecerá também o teatro, a dança, as artes visuais, a música. Favorecerá todas as linguagens, mas estará mais focado, porque a ideia do programa de fomento da periferia é que haja uma distribuição dos recursos de acordo com a realidade socioeconômica, como já são os pontos de cultura.

Os pontos de cultura já têm essa lógica, por isso estão bem distribuídos e com muita ênfase à periferia da Cidade. Já é o Vai, porque o Vai também atende a periferia. Mas, para reequilibrarmos o total de recursos é importante o programa. A formalização, isto é, como esse programa deve ser formalizado é a discussão que estamos fazendo, o que considero uma questão mais administrativa, em relação à questão de princípio, com a qual estamos de acordo. Estamos também de acordo que deve haver uma ênfase com a pessoa física, mas

precisamos ver como fazer isso de modo a ter legalidade e capacidade de operar.

Quero dizer também que, além desse programa que está sendo reivindicado, tem outras ações importantes na periferia que estamos preparando. Uma delas é a regularização dos espaços de cultura, a grande maioria deles na periferia, que estão hoje com ocupação irregular e precisam ser regularizados e também o fortalecimento das casas de cultura.

Temos um programa importante de ampliação das casas de cultura, mas dependem fundamentalmente de duas questões: de orçamento, para poder ser implantada; de obras, conseguimos por volta de 14 milhões do Governo Federal e boa parte desses recursos do Governo Federal estão focados em implantação de casas de cultura, mas precisamos fazer esses recursos chegarem a nós.

Precisamos também de estrutura, porque não adianta criar uma casa de cultura se não se tem sequer um coordenador de casa de cultura. Aliás, já temos esse problema, Vereador Milton Leite, temos dois equipamentos, por exemplo, a Oca, que é um equipamento enorme e não tem um gestor para tal. Ele veio para a Secretaria sem estrutura.

Temos alguns espaços, como por exemplo, o Casarão da Vila Maria, que está destinado a se transformar numa casa de cultura. Hoje é da subprefeitura, reivindicamos e já teve a aprovação da subprefeitura de transferir para a Secretaria de Cultura, só que não tem um cargo de um coordenador.

Queremos transformar o Tendal da Lapa, que está numa estação de trem que abre para toda a zona Noroeste – é muito fácil vir de Pirituba, de Perus – e já é um centro importante para aquela região. É um espaço com sete mil metros quadrados e temos hoje um cargo no Tendal da Lapa. Então, a estrutura é insuficiente para dar conta e poderemos dar um salto.

Queremos criar o Centro Cultural do Jabaquara como um centro cultural para o afrodescendente. Já existe uma ampla discussão com o movimento de cultura afrodescendente, mas também precisamos, para isso, ter uma estrutura para que funcione

adequadamente.

Então, paro por aqui. Essas são as nossas perspectivas e espero que consigamos no ano que vem, como já estamos fazendo previsões para o segundo semestre, ampliamos muito a nossa ação na periferia da Cidade, mas precisaremos de mais orçamento e de mais estrutura para dar um novo salto, que é nossa expectativa. Trabalharemos o máximo possível nesse sentido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Já temos 16 inscritos. Então, para darmos dinâmica ao debate, vou intercalar um conjunto de participações com os Srs. Vereadores.

Início chamando a Sra. Denise Miranda, do Fórum *Hip Hop*, para que seja expositora. Você tem três minutos para sua explanação.

A SRA. DEISE MIRANDA – Boa tarde a todos e a todas.

Uma das pautas do Fórum é a inserção de rubricas orçamentárias da cidade de São Paulo para 2016. Uma dessas propostas que o Fórum faz é a destinação para a construção de cinco casas de *hip hop*. E para a construção dessas casas é preciso um orçamento e estamos cobramos dois milhões de reais para cada casa.

A proposta também é destinada à lei de fomento, pois já faz um tempo que o pessoal está cobrando. São necessários 20 milhões de reais. Como foi comentado, como eu moro na zona Sul, muitas vezes é difícil ter a questão do orçamento na parte da cultura também, que supre com esses orçamentos. Às vezes, o Fórum apresenta e, outras vezes, os movimentos sociais apresentam. Então, para a Semana de *Hip Hop*, um milhão de reais.

Não tem para o *hip hop* a questão do vocacional, existe mais para a área de teatro e dança. Então, é necessário um investimento de um milhão de reais.

E, a Lei 10.000 – mas isso é da Secretaria da Educação, é mais firmeza.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. DENISE MIRANDA – Tem que investir, porque ela também não tem a pauta a respeito da negritude, da questão do afrodescendente. A cultura está também envolvida nesse processo.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço a Sra. Deise.

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil, depois o Sr. Fábio Siqueira e, em seguida o Pirata. São os quatro primeiros inscritos. O quinto é o Sr. Atevir Nogueira, do Fórum de *Hip Hop* também.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou presidente da Confederação Sustentabilidade do Trabalho e Empreendedorismo da cidade e do estado de São Paulo e também chanceler global da Unicosmos Nação, Sustentabilidade e Cidades e também membro da executiva do Fórum Suprapartidário da Câmara Municipal, Promoção São Paulo Saudável e Sustentável.

Uma das dimensões do milênio das nossas centrais é que para se formar uma nova sociedade para o mundo do trabalho e empreendedorismo é preciso investir nas políticas públicas de formação do novo cidadão, que são: a criança, o adolescente e a juventude.

Por essa grande plenitude e visibilidade global é que dois anos antes de a Sra. Marta Suplicy sair candidata a Prefeita apresentamos o projeto de construção dos CEUs na cidade de São Paulo.

Mas, voltando à questão do Orçamento, a pergunta que farei ao Secretário Nabil é que ao longo desses anos, acabamos investigando ações relativas à cultura e esportes e outras ações. Como faziam determinados grupos de políticos ligados ao mundo da corrupção? Publicavam os editais e depois colocavam comissões julgadoras que beneficiavam entidades, que não prestavam nenhum serviço. A cultura para o cidadão. O dinheiro era desviado e o cidadão ficava a mercê das políticas públicas de Cultura. Esse não é o caso da sua Secretaria em São Paulo.

A minha pergunta é: se for publicar esses editais, dentro do universo da Secretaria,

se não seria possível cadastrar todas as instituições, tanto públicas como privadas, que prestam serviço aos munícipes da Cidade nas ações culturais da arte, e plenitudemente avaliando os projetos que as entidades têm, não por meio de editais.

Outra questão é: dentro dessa plenitude do Orçamento da sua pasta, como fica o esforço artístico realizado por terceiros na cidade de São Paulo? Apresentamos também outras ações, para finalizar. Uma das metas apresentadas nas 31 audiências públicas do Plano de Metas do Governo Haddad, uma meta avançada, foi a criação das praças digitais na cidade de São Paulo, assim como apresentei dentro das escolas, prédios públicos, dentro dos terminais de ônibus e ônibus. Quero saber se essas ações de cidadania estão dentro da sua pasta ou em outra Secretaria?

Era o que tinha a dizer. Obrigado pela palavra. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Antes de passar a palavra ao Sr. Fábio Siqueira, pergunto ao Secretário Nabil se acha necessária alguma apresentação por parte da SPCine e da Fundação Theatro. Como há oradores inscritos para falar especificamente da SPCine e do Theatro, poderíamos deixar as exposições para os questionamentos que forem apresentados.

O SR. NABIL BONDUKI – la propor isso. De qualquer maneira, seria bom ao final dos questionamentos passarmos a palavra aos Diretores.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Então peço ao Sr. Fábio Siqueira, que havia se inscrito além da Secretaria, também para a SPCine, que faça as abordagens necessárias ao SPCine e ao Theatro, garantindo pelo menos dez minutos para as exposições e respostas específicas do tema.

Com a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Pois não, Vereador Police Neto. Obrigado. Vamos às questões de Cultura.

Cumprimento o Vereador e Secretário Nabil Bonduki; o Sr. Herencia, Presidente do

Theatro Municipal; o Sr. Manevy, Presidente da SPCinema e, especialmente, a população da periferia que luta por uma cultura nas áreas periféricas de São Paulo e que já está prejudicada historicamente pelos sucessivos Governos que parecem não enxergar que vocês têm direito à Cultura nesta Cidade, haja vista a Virada Cultural que, neste ano, não chegou a vários CEUs. No CEU Vila Formosa, onde estive, não houve qualquer evento da Virada Cultural.

Exigimos o compromisso do Secretário Nabil para que faça a Virada Cultural em todos os 46 CEUs da Cidade, no próximo ano. Isso é o mínimo, porque não adianta privilegiar um CEU e desprivilegiar outro. O mesmo acontece com o Circuito São Paulo de Cultura. Começou em outubro, no mês passado, e em pelo menos dez CEUs não houve qualquer programação. Em novembro vai haver alguns, ou seja, alguns CEUs parecem mais privilegiados do que outros. Isso é lamentável, haja vista o vultoso dinheiro usado para a Virada Cultural nesta Cidade.

Vamos começar com a questão da dotação orçamentária. A dotação atinente à construção, requalificação e reforma de monumentos culturais, em 2015, foi de 6,501 milhões reais e executado, de janeiro a 31 de outubro, ou seja, em dez meses, 1,690 mil reais, ou seja, 0,02%. É lastimável que com tanta reforma de equipamentos culturais, 99% da dotação tende a desaparecer. É profundamente lamentável.

Com relação ao programa Cultura Viva, dotação 3401, Pontos e Pontões de Cultura. A dotação aprovada nesta Casa, quando V.Exa. ainda era Vereador, foi de aproximadamente 14 milhões de reais. Foi executado, liquidado, nesses dez meses, 320 mil reais, ou seja, apenas 2,3%. Quer dizer, a Cultura Viva não é prioridade da gestão Haddad para executar apenas 2,3%? E ele é um projeto que atende a periferia, a região carente.

O SR. _____ - O senhor me concede um aparte?

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Não, vou terminar minha fala.

O SR. _____ - É apenas para esclarecer alguns pontos, senão o senhor vai repetir algumas coisas e...

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Mas o que estou falando é verdade. Está aqui no documento do próprio Governo. Aliás, o Governo Haddad prometeu os 2% na Cultura. Não vai entregar, porque pelo visto está havendo congelamento e corte. Mesmo considerando o próximo ano, os 2% do Orçamento daria, praticamente, 300, um valor muito além, que é 600 milhões de reais. Esse valor não vai chegar. É lamentável.

Infelizmente, a gestão Haddad está mentindo para a cidade de São Paulo, nesse aspecto, considerando o que S.Exa. prometeu em 2012, na área da Cultura. Muita coisa não vai sair, haja vista o CEU das Artes que consta do Plano Plurianual. Esse é um projeto do Governo Federal, mas passa pelo Orçamento, dotação 3400, e seria realizado no Campo Limpo. As pessoas conhecem Campo Limpo, Capão Redondo e Vila Andrade? Essa região teria um CEU de Artes, muito grande, do Ministério da Cultura, numa verba de 2,3 milhões de reais. V.Exa. não falou a respeito desse projeto. Ele vai sair no próximo ano? Será engavetado? O seu antecessor agora é Ministro, Sr. Juca Ferreira. Quer dizer, será que S.Exa. vai desrespeitar a região do Campo Limpo, Capão Redondo e Vila Andrade, arquivando esse projeto, só porque é da Prefeita e ex-Ministra Marta Suplicy? Quero uma resposta.

Também solicito respostas em relação à dotação 3399, que sumiu do Orçamento: construção e reforma de Centros Culturais de Referência. Essa dotação passou pelo Fundurb, no ano de 2014, em 2015 desapareceu e agora volta no Fundurb apenas privilegiando o M'Boi Mirim. Quer dizer, o novo Centro Cultural de Itaquera de 1,8 milhão de reais parece que também não vai sair porque não foi entregue e não está nem previsto na peça orçamentária. Quer dizer, a meta 29 que previa, na verdade, não dois, mas sim três Centros Culturais de Referência parece que não vai ser executada, o que é lamentável.

Também solicito o cumprimento da Lei 14.875/2008 que cria o Museu do Rádio e da Televisão nesta Cidade. É uma lei do falecido Vereador Rogério Farhat, aprovada por esta Casa, sancionada pelo Sr. Prefeito e até agora não há dotação para essa legislação.

Para encerrar, quero falar da questão da programação da revista da Secretaria de

Cultura que traz informações erradas. Não sei se V.Exa. sabe, Sr. Secretário, o arquivo municipal deixou de funcionar aos sábados, segundo informações, pelo menos em outubro. E na revista da Secretaria consta que funciona aos sábados, ou seja, é um mal entendido muito sério. É uma falta de atualização muito séria da revista da sua Secretaria. Realmente o arquivo do Município, que acabaram de inaugurar, agora fecha aos sábados? Como V.Exa. explica essa questão do arquivo municipal?

E para encerrar, embora tivesse muitas outras questões, trago a do Patrimônio Histórico. É uma vergonha ter apenas 300 mil reais para o projeto do Monumento à Independência, no Parque do Ipiranga. Esse monumento é histórico, conhecido internacionalmente e dar apenas 300 mil reais para manutenção e requalificação desse monumento é uma vergonha, assim como é uma vergonha a situação dos monumentos do Patrimônio Histórico na cidade de São Paulo, das Fontes, do Monumento ao Duque de Caxias, enfim, monumentos históricos estão na pior situação nesta Cidade.

- Manifestação na galeria.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Dei um exemplo. Victor Brecheret foi um dos maiores escultores... Não estou falando do Duque, mas do Victor Brecheret, um dos maiores escultores do mundo.

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem. Com a palavra o Rapper Pirata, do Fórum e peço que o Sr. Altevir Nogueira se prepare, porque é o último orador da primeira parte.

O SR. RAPPER PIRATA – Boa tarde aos Srs. Vereadores. No ano que vem a periferia volta para ser pauta da cidade de São Paulo. No ano que vem a periferia volta a ser mesclada com a crise, que tem de ter emprego e tudo o mais.

Por isso antes que o ano que vem chegue, porque há uma situação aqui com o Vereador Milton Leite que é interessante, esta Casa tem problemas de diálogo com a periferia,

porque Ela militarizou.

Esse painel, não sei qual é. Mas aí, queremos que essa Casa, saia um pouco dessa militarização, porque os efeitos são pesados, e aí a crise nossa, é a crise humana, por isso o nobre Vereador Milton Leite, perguntou para mim: Ah, vai colocar a faixa? Eu disse: acredito, que você é contra o genocídio da juventude. E aí contra o genocídio da juventude, a nossa proposta é entender que cultura tem a ver com a indústria, porque você tem problemas com as fábricas, etc... Estão mandando um monte de gente embora, mas o novo negócio é indústria cultural. E a indústria cultural, entendo que o Hip hop participa disso, a periferia, principalmente, como geradora de emprego, etc... por isso que foi provocada o cara do turismo a entender o Hip Hop. Porque eles bancam empresas, mas não bancam coisas que a periferia produz, como arte, vídeo, cinema, etc. Tudo que eu falar aqui, vou falar lá para o pessoal do teatro, pode pegar 10 conto lá que paga.

A proposta da casa de Hip Hop. O Hip Hop é o mais importante da América Latina, aí tem uma importância incrível, porque Pro Une deu certo, por causa do Hip Hop e por isso queremos cinco casas, nas cinco regiões, e cada casa custa 2 milhões de reais, iniciando a casa do Centro que tem esse diálogo, e aí pensar esse negócio de não ter funcionário, olha a crise. A crise é política. Não é a crise de hoje. Pensar em 2007 não tem funcionário, mas a demanda continua. A cidade não pode retroagir. Certo? O Orçamento deles não retroagem, o nosso também, não! Também temos uma proposta orçamentária para destinar 20 milhões para o fomento da periferia que é pouco. Porque estamos falando de um ano todo. Não estamos falando apenas de um evento. A Virada Cultural - respeito a Virada Cultural - mas a Virada Cultural da gente é dos polícias. E aí são sete milhões. Estou falando vinte milhões para o ano. Estamos gerando emprego. Tem a proposta do emprego, resolver o problema do genocídio, etc... Vinte milhões para o orçamento da Lei de Fomento. A proposta orçamentária da semana Hip Hop. O mês do Hip Hop esse ano, em todos os 48 CEUs, onde tem a ver com a Educação,- aí o Chalita deu chapéu – não está aqui, suado, mas tudo bem. Foram 1650 ações,

no orçamento direto, as pessoas trabalharam na oficina, etc... Aí atingiu cada CEU, pelo menos, 400 crianças, etc... ao número de vezes, 48 o que atingiu e qual o bem para a cidade. Isso é combater o genocídio. E aí 600 mil é pouco. Porque 7 milhões para um dia, estamos falando de um mês do Hip Hop. A maior verdade do Hip Hop é que ele dialoga com cidade. Não é uma coisa localizada. E a cidade se transformando em cultura. Tem de ter mais de Hum milhão só da cultura, isso para pagar os profissionais. O orçamento de outras coisas é outra fita. Outra proposta orçamentária para nós, que é a proposta vocacional de Hip Hop. Infelizmente o vocacional é direcionado a uma determinada classe social, entra algumas pessoas da periferia e aí pede uma fita que não estamos dentro. Não existe universidade de Hip Hop. Então não peça para nós Universidade. Não somos da FGV. Queremos uma coisa só para o Hip Hop. São dois milhões de reais. Se eu falo Hip Hop os outros movimentos também precisam ter esses espaços. O teatro da periferia, etc... os saraus, etc... Ai a proposta da gente que é a implementação da Lei 10739, na sua íntegra. Ela não acontece na cultura de São Paulo. Tanto na questão dos pretos e dos indígenas. Essa cidade, fala que 20% - presente, do Haddad em 2014, dia 24 de dezembro - 20% das vagas, tanto de ADA, tanto de qualquer coisa, ADA, funcionário publico, 20% das vagas é para os pretos. Pergunta: onde os estão os pretos nessa gestão? Tudo bem que não somos da USP, mas somos da UNI Nove que é dez.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Atevir Nogueira, do Fórum do Hip Hop.

O SR. ATEVIR NOGUEIRA – Boa tarde a todos! Apenas reforçar a questão das propostas do fórum de Hip Hop, para que essa Casa, os Srs. Vereadores, Secretário, dar uma atenção para essas propostas que são importantes para a periferia, para a cultura Hip Hop, e para a cultura da Cidade de São Paulo, para todos os cidadãos paulistanos. Dar uma atenção para o orçamento para 2016, e destinar uma verba na construção das casas. De cinco casas, Começando ai pelo Centro, que já está tendo um dialogo a construção da casa do centro, mas construindo depois nas macro regiões. Uma em cada região: Norte, Sul, Leste. Para cada casa

um valor de dois milhões de reais. E também tem a proposta da lei de fomento da periferia, que são vinte milhões, e a proposta também para a semana do Hip Hop que acabou ficando um mês de Hip Hop aqui na Cidade de São Paulo, mês de março. Então pela a Secretaria de Cultura, estamos solicitando e fazendo a proposta de Hum milhão pela Secretaria de Cultura. Apenas comparando a questão da semana do Hip Hop, que atingiu 42 CEUs, com uma verba que não chegou nem Hum milhão esse ano. Como a Virada Cultural, a verba chegou a quase 8 milhões. Comparando com a verba da semana do Hip Hop, não sei quantos por cento a mais. Nesse sentido pediria uma atenção a essas propostas, e que comece a valorizar a cultura Hip Hop, não querendo tirar o teatro, a dança, mas pelo menos, chegar ao mesmo valor. Tanto o movimento Hip Hop, merece ter o mesmo valor que o teatro e a dança aqui nessa cidade.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Com a palavra, Sr. Marcelo Nascimento, do ALMA – Aliança, Libertária Meio Ambiente.

O SR. MARCELO NASCIMENTO –Boa tarde a todos. Viemos aqui pelo Movimento Cultural das Periferias, reindicar em 20 milhões, para a Lei de Fomento a Periferia. Essa lei foi feita por coletivos da cidade toda, das periferias, porque entendemos que na periferia o que chega hoje é muito pouco, quase nada. Quando é para fazer de graça, fazemos, quando na hora de receber, vem de fora. Queremos que os coletivos das periferias sejam valorizados, tenham o melhor aporte de orçamento. Vimos nos gráficos, bem interessante ver esses gráficos, e o orçamento da cidade, que estamos com 460 milhões esse ano, mas uma coisa que temos de parar para ver, vamos imaginar o seguinte: se todo esse valor desse recurso fosse colocado em pizza, o quanto que iria de fato para a periferia. Essa é a questão que temos de estar levando em consideração. O quanto que vai de fato, o quanto que chegam nas periferias. Quanto mais longe, quanto mais distante, mais escasso é o orçamento, mas escassos são os recursos, menores são os aportes. Essa lei foi escrita pelos coletivos, iniciativa popular, e é um valor bem pequeno. Entendemos ser bem pequeno, porque a Lei não se restringe a uma única linguagem. Essa lei é para diversas linguagens. É para o Hip Hop, é

para o Rep, circo, para a dança, para o teatro, para os saraus. É para todos. Para a grande diversidade que tem na periferia. É de extrema importância e contamos com o empenho para que isso de fato seja destinado esse valor que é pouco e justo.

Ainda pensando que tivemos o orçamento a conferência municipal de Cultura em 2013, quando participamos, já que tem essa instância de participação, fomos lá cobrar, reivindicar e umas das coisas que apareceu em primeiro lugar, foi a questão dos recursos humanos, que vemos que podemos ver que está crônica a situação da Secretaria de Cultura. É urgente que reestruture a secretaria, se abra concursos públicos que tenha pessoas para atender a comunidade, as pessoas, o cidadãos com qualidade.

Em segundo lugar, apareceu o fomento à periferia e isso nós levamos a ideia. Mas, quando chegou lá para falar do movimento da periferia era algo óbvio, unanimidade e visível.

Convido a todos que estão à Mesa para pegar o trem, da linha Vermelha, e ir até Guaianases. Façam um viagem a Guaianases. Não precisa ser horário de pico. O horário de pico, claro, vai ser mais divertido, mas vão até lá mesmo fora do horário de pico, vocês verão: a desigualdade é nítida, a segregação na Cidade é nítida. E essa segregação que vemos pelo trem é a mesmo na Cultura, na Educação, na Saúde. E precisamos reverter esse quadro.

Essa Lei de Fomento à Periferia é simbólica para combater, dá apenas um pequeno passo no quão desigual é essa cidade na distribuição de recursos.

Em 2014, mesmo 2013, saiu uma matéria na *Folha de S. Paulo*, dando conta que 51% do Orçamento da Cultura na cidade de São Paulo estão concentrados na região central, na Subprefeitura da Sé e de Pinheiros. É visível, é nítido, é óbvio. Portanto, estamos aqui, mais uma vez, defendendo o óbvio. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradecemos o Marcelo. Vamos chamar a Sra. Elaine Mineiro. Depois dela, a Sra. Sira Milani.

A SRA. ELAINE MINEIRO – Boa tarde a todos. Sou Elaine Mineiro, também sou do Movimento Cultural das Periferias e a gente vem fazendo essa reivindicação há algum tempo.

Há dois anos e meio, vários coletivos de diversas regiões da Cidade se juntaram para escrever uma lei de iniciativa popular, como o Marcelo falou, que é a Lei de Fomento à Periferia, que encaminhamos já para a Câmara dos Vereadores.

Essa lei não se trata de não considerar e não respeitar os avanços feitos pela Secretaria de Cultura, em relação à distribuição de renda da Cultura para a periferia. Não se trata disso. Sabemos que existe, que existiu, um avanço importante nesse sentido, mas considerando que, historicamente, nós sempre fomos renegados, esse avanço vem a passos muito curtos, a passos muito lentos, para quem está lá no dia a dia da periferia, fazendo suas atividades culturais, depois de um exaustivo dia de trabalho, nos finais de semana, sem condições de estudar para fazer sua arte, e mesmo sem condições de se manter e dar continuidade a seus trabalhos.

Então, projetos que são desenvolvidos na periferia e que foram frutos de movimentos de luta da periferia, mas que ainda não garantem ao artista da periferia se profissionalizar no seu trabalho. Não garante ao artista da periferia conquistar os equipamentos necessários para fazer o seu trabalho.

Por mais que as leis que já existem na periferia sejam interessantes, elas nos limitam, de certa forma, nos impedem, ou melhor, fazem inclusive com que haja um trabalho – como disse o colega – quase que voluntário, um voluntarismo dentro do trabalho da Cultura.

E aí – como também já foi dito aqui – quando existem esses recursos que vão para a periferia, muitas vezes são destinados a pessoas que não são da periferia, e vão fazer suas apresentações artísticas nos espaços da periferia. E não que sejam mal vindas, a arte é sempre bem vinda, mas deve ser mais equilibrado, pois as pessoas estão produzindo arte na periferia e elas devem ser respeitadas enquanto artistas dessa mesma periferia.

O fato é que, e o Nabil bem disse, precisa ser feito um aporte de recursos para que esse projeto de lei seja investido, e isso é urgente. Não tem como deixar isso levar mais tempo que é essa falta de recurso e essa falta de olhar. E, como bem disse o Pirata, não se trata de

uma linguagem, trata-se de várias linguagens. Você tem várias pessoas fazendo todo tipo de arte na periferia, fazendo em rede e em comunidade, além de estarem fazendo apresentação na Sul, na Leste, visitando os espaços dos colegas e os espaços ocupados. É ainda o pessoal do hip-hop, junto com o pessoal da dança, junto com o pessoal do teatro. Então todas as linguagens estão juntas, mas ainda sem os recursos necessários.

E mesmo essas leis que chegam, tivemos até uma informação, por exemplo, que o próprio VAI teve uma média de, mais ou menos, 9 mil inscritos, foram 9 mil projetos inscritos, e apenas mil contemplados nos dez anos de projetos do VAI. Então vemos que os poucos recursos que chegam estão extremamente aquém das atividades que estão acontecendo na periferia.

Por isso, nós insistimos sempre, sim. São muitas pessoas que estão insistindo, muitas pessoas que vão aqui, bater na mesma tecla, porque ele é de fundamental importância para a periferia da Cidade. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem. Agora, a Sra. Cira Milani.

A SRA. SIRA MILANI - Boa tarde a todos. Falo de uma iniciativa que se chama SP Cidade Coral e, em nome dessa iniciativa, faço um agradecimento e um pedido. A atividade coral, segundo pesquisas feitas pela ONU e pela Unicef, é uma das atividades, depois da política, da religião e dos times de futebol, com a maior capacidade agregadora de pessoas na sociedade.

Pela primeira vez, depois de 40 anos de atividade regrada da música coral na Cidade, uma Administração ouviu uma solicitação e, nesse caso, nós fazemos – falo em nome do Coro Luther King, que completa, esse ano, 45 anos de atividade ininterrupta na Cidade – parte de um coro de atividade livre, central e periférica, porque nós não resumimos a um bairro, nós atuamos em toda a cidade de São Paulo. E, durante 45 anos, como atividade livre, abriu suas portas de forma independente e recebeu pessoas, além de fornecer trabalho de formação musical - e que, depois, estão ligados a projetos de inclusão social, divulgação e pesquisa de

tradição oral, cultura e folclore -, sem nunca ter recebido apoio institucional e nem apoio governamental.

Esse ano, o projeto SP Cidade Coral contempla, é um fomento à atividade coral e apoia, contempla, de 30 a 50 coros que, pela primeira vez, vão ter possibilidade de mostrar seu trabalho, de se organizar, por exemplo, as pessoas individualmente, assim, abrindo o mês para poder receber esse fomento, organizar esse trabalho e, apesar de ser uma atividade pouco falada, se nós perguntarmos aqui, quem de nós canta num coral ou conhece alguém que canta, nós vamos nos surpreender.

Então é uma atividade, infelizmente, pouco articulada, desorganizada na Cidade, mas que vai ter, nos quatro cantos do Município, a sua representação. O agradecimento que faço a essa gestão é que, pela primeira vez, ter se sensibilizado com essa atividade que é agregadora na sua natureza, porque a cultura é multiplicadora e a música – eu não preciso defender, aqui, o papel da música na sua função de formação e de sociabilização, pois todos sabemos o que ela representa – é, pela primeira vez, numa gestão, tema que sensibilizou nossa causa e essa gestão inventou um fomento que pudesse atender, de maneira básica, essa atividade.

Faço esse agradecimento e faço o pedido de que isso não seja esquecido nos próximos orçamentos. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem. Chamo agora o Sr. Luan, do Movimento Cultural das Periferias. (Pausa) Não está? Segui aqui a orientação. Então, por favor, Kátia Alves.

A SRA. KÁTIA ALVES – Bom dia a todos. Não vou repetir, mas gostaria de chamar a atenção para o fato que aconteceu do Relator da Mesa ter saído, nem ter pedido licença, que acho uma falta de respeito. Então eu gostaria de chamar a atenção para isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Kátia, deixe eu fazer uma explicação, só para ficar claro. A Câmara funciona com 55 Vereadores. O Vereador Milton Leite tem sido o

mais presente em todas as audiências e eu não estou fazendo a defesa dele só porque não está aqui. Ele tem sido, repito, o mais presente em todas as reuniões.

Eu saí por 25 minutos e voltei, o Jair também, mas se você quiser posso passar as anotações. Como trabalhamos, aqui, em grupo, temos dificuldade de realizar o que também é coletivo. Não quero defender ninguém, mas não posso ser injusto. E, para pleitear justiça, temos de fazer justiça sempre que estamos presentes.

A SRA. KÁTIA ALVES – Sim, mas eu gostaria de colocar, porque ele saiu de uma maneira que nem, ao menos, pediu licença.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Deixe eu te contar então. Ele saiu por um erro meu. O primeiro que fala, todas as vezes, é o Relator. Quando eu cheguei aqui, recebi a lista com os inscritos e imaginei que o Secretário estava respondendo para o Relator, por isso, passei a palavra a vocês. O certo é eu ter passado, primeiro, a palavra ao Relator, ele faria a oitiva do Secretário e, depois, passaríamos a palavra a vocês.

A reação dele foi contra uma falha minha, pois, quando voltei à Mesa e a recebi do Jair, o Jair só me passou os inscritos, não me avisou que a fala do Nabil era ainda a fala de abertura e não a fala de resposta ao Relator. Então só para deixar muito claro: o nosso Relator Milton Leite deixou-nos aqui exatamente por isso, pois era ele que questionaria antes da participação de vocês. Peço desculpas por essa falha minha, e não foi falha do Vereador Milton Leite. Até por isso também fiz questão de anotar um a um para poder passar para ele. Sem dúvida nenhuma ele deve estar acompanhando a manifestação de vocês.

A SRA. KÁTIA ALVES – De qualquer forma, percebemos até que foi um erro de – como se diz – de procedimento, só que a falta de respeito foi conosco. Afinal, ele está aqui para ser o Relator das nossas reivindicações. Então independente do protocolo, ele deveria estar aqui para atender e ouvir nossas reivindicações. Portanto achei muito desrespeitosa a atitude. E devolvo-lhe a palavra. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Chamo o José Ricardo, do Movimento

Old School.

O SR. JOSÉ RICARDO – Boa tarde a todos. Eu dei o nome de José Ricardo só para confundir meus amigos mesmo. Meu nome artístico é Rooney Yoyo, o Guardião, faço parte do movimento hip-hop há 32 anos. Até mesmo antes disso. Muita gente vem do funk, vem do soul, tudo isso tem a ver com Cultura, Arte e tem a ver com todas as manifestações que vêm da periferia, que vêm das partes menos privilegiadas da cidade de São Paulo, e até do mundo, afinal estamos na terceira maior cidade do planeta.

Tivemos um avanço na dança por conta própria, sem ajuda dos governos estadual ou federal. Temos até alguns campeões nas competições artísticas, como é feito nas Olimpíadas, onde temos as danças, mas o Brasil não chega num patamar bom, não consegue medalhas, não consegue nada, com um monte de dinheiro investido nessas áreas.

Nós, na dança, em menos de dez anos, temos companheiros que fazem competições de dança artísticas, e tivemos o privilégio de conseguir - repito: por força própria – mais de 36 campeões mundiais. E isso nenhum de vocês têm esse conhecimento.

Mês passado, nosso DJ , Eric-J foi o vice-campeão, em 30 anos, com uma correria muito pesada por contra própria no sentido de fazer uma competição de DJs, que é um dos elementos do hip hop. Conseguimos, depois de 30 anos, uma vaga nessa competição com recursos próprios. E isso tudo para conseguir entrar na competição, mas esse DJ trouxe o troféu de 2º lugar no mundial.

Então precisamos que o hip hop seja apoiado de alguma maneira, artisticamente, porque faz parte da nossa Cultura.

Sem dizer que existe um investimento muito pesado no esporte e no turismo, também na educação, mas a educação tem uma parte vinculada à Cultura, pois entendemos que a arte está dentro, tanto da cultura, como do esporte e do turismo, e não tem como desvincular.

Mas, o mais importante de tudo isso, nesses 32 anos, é que precisamos de apoio, e

essa é nossa reivindicação, ou seja, o apoio total às cinco casa de hip hop na cidade de São Paulo para que consigamos, de alguma maneira, ter uma cadeira aqui junto ao cinema e ao teatro, que acho “da hora”. Afinal, sou filho de cineasta e entendo muito dessa linguagem de vocês, além da parte do teatro, do qual já participamos, aliás, há alguns dançarinos que foram campeões mundiais na nossa categoria e participo do Cirque du Soleil, que têm tudo a ver com circo, teatro e outras danças.

Ou seja, o hip hop, se vocês prestarem atenção e tiverem um pouquinho – só um pouquinho de atenção para ele – vocês vão entender que ele é tão híbrido que vão salvar a pele de todos os governantes do Estado de São Paulo, do Município de São Paulo e do Governo Federal, porque o grande erro é investir em policiamento, segurança etc... que, na verdade, conseguindo reverter essa história para cultura e para a arte, a gente vai conseguir diminuir imensamente o genocídio no Estado de São Paulo e no Brasil, porque é alarmante, gritante, altamente perigoso, na periferia de São Paulo, a gente poder fazer as coisas que se gosta com as manifestações artísticas de alguma maneira.

Se vocês tiverem só um pouquinho de atenção para a periferia e para o *hip-hop*, verão a diferença. Se trocar as polícias que estão nas ruas para matar os jovens negros e periféricos do Brasil, por um pouco de arte e educação para esses mesmos moleques que estão sendo assassinados, vocês verão a diferença na cidadania da população do nosso Brasil. Não falo apenas pelo Município de São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agradeço ao José Ricardo.

Tem a palavra o Sr. Cleiton Ferreira, Comandante Quilombaque, Movimento Cultural das Periferias.

O SR. CLEITON FERREIRA - Salve, salve, galera. Sou o Cleiton, queria me posicionar também, como a Cátia falou. A gente trabalha com expressão corporal e entendemos muito bem a expressão do nosso relator da Casa, ficou feio. A gente trabalha com

expressão corporal e vê o jeito que ele saiu, faltando com respeito ao munícipe que veio. Ninguém vem perder tempo aqui, mas a gente veio trazer as nossas pautas. Eu queria deixar isso registrado.

Venho aqui como morador da região de Perus, Morro Doce, Anhanguera – acho que o Vereador Police Neto conhece também a região.

Venho informar que a gente precisa de um investimento muito maior nas periferias, porque elas estão sangrando. Infelizmente vivemos num país racista e a polícia sabe quem vai matar, está lá e nós somos mira disso.

Esperamos muito da educação como meio de transformação, infelizmente isso não aconteceu, mas está acontecendo de forma expressiva pela cultura. Creio que a nossa luta é nesse investimento pelo fomento e investimento das manifestações culturais de periferia.

A nossa cultura é de resistência, estamos lutando pela sobrevivência dos nossos jovens, das nossas mulheres, negras, periféricas. A gente está aqui reivindicando isso.

A luta pelo fomento à periferia vem de alguns anos, pela demanda que existe, pelo sofrimento que a gente passa, pelo pouco orçamento que é investido, pelo nosso trabalho voluntário em acreditar que a cultura é transformadora, é a salvação. Pedimos esse aporte no orçamento, essa levantada de bandeira que a gente traz nesse lugar, onde se encontra a maioria dos periféricos de São Paulo, dentro desta Casa, reivindicando.

A gente não está de brincadeira, mas para lutar pela nossa cultura que é muito importante.

É preciso amenizar a desigualdade que existe de divisão de orçamento, em São Paulo mesmo a gente pode ver. Na periferia só sobram as migalhas, estamos cansados de ficar trabalhando por migalhas. Quando vem um orçamento maior, sempre chegam os atravessadores que nem são da quebrada para pegar esse recurso.

Estamos cansados disso, lutamos há muitos anos pela nossa cultura porque acreditamos, não vamos parar. A periferia está sangrando e nós vamos salva-la da melhor

forma. Se for para pegar em armas para lutar pela sobrevivência da periferia, a gente vai fazer isso aí.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Comunidade Quilombaque.

Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Jair Tatto.

O SR. JAIR TATTO – Rapidamente, não contente, Vereador Police Neto, Presidente da Comissão, meu querido Vereador e Secretário Nabil Bonduki, houve um desentendimento na ordem.

Na nossa capacidade de querer fazer as coisas corretamente fiz uma consulta ao Vereador Milton Leite. De praxe, o relator fala primeiro, evidentemente. Ele expõe após o secretário.

Eu o consultei e S.Exa. falou que não, que o Vereador Jair Tatto estava presidindo a Mesa naquele momento. Eu gostaria de colocar primeiro até por conta de poder discorrer sobre algumas situações que poderiam evitar algumas perguntas. De fato, eu concordei com ele que, de praxe, ele fala primeiro. Imediatamente, voltou a tomar o posto o Presidente Police Neto. Então, houve um mal estar.

Eu liguei para o Vereador Milton Leite e quero pedir publicamente e acho que constou ao nosso querido relator que nós podamos a palavra dele. Quero registrar que eu estava presidindo, o Presidente voltou – e interpretou que o Nabil não estava fazendo a colocação inicial, mas que já estava respondendo ao relator. Então, quero publicamente me desculpar com o nosso querido Vereador Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Só para deixar muito claro porque o Cleiton, de maneira muito objetiva, fez uma crítica correta à postura do Milton para quem não tinha informação para quem estava do lado de cá.

Então, vou mais uma vez explicar. Quando eu assumi a presidência, o Vereador Nabil estava ficou próximo de 40 minutos fazendo uma exposição importante. Quando eu

voltei, imaginei que aquele momento já era a resposta ao relator.

Vamos continuar para que possamos fechar as 23 manifestações. Estamos na 12ª, Luciano Carvalho, CDC Vento Leste, Movimento Cultura da Periferia.

O SR. LUCIANO CARVALHO – Salve, quebrada! Está lotado, não é? Só para lembrar de que a grande maioria está trabalhando e quem pode chegou. Queria ser redundante e falar dos 20 milhões para o fomento periferia foi construído a muitas mãos e tem 2 anos e meio de correria, tentativa e esforço. Estamos no diálogo com o Secretário Nabil, com a Rosária, com os Vereadores.

Então, está todo mundo explicando o mal entendido, o relator saiu da mesa, mas queríamos que tivesse bem relatado o pedido dos 20 milhões para o fomento periferia. Nós, do movimento, teremos de nos organizar e conversar pessoalmente com o Vereador Milton Leite no gabinete dele.

Haverá outras manifestações de apoio a essa lei construída que diz respeito a todas as linguagens: hip hop, dança, teatro, capoeira. O movimento de periferia está aberto para toda essa integração. Então, seriam 20 milhões para essa reparação histórica, que não vai acontecer porque isso é tão pouco dinheiro, mas a mínima tentativa de fazer uma reparação histórica de mandar recursos para região onde tem gente produzindo e que não consegue se profissionalizar porque o recurso é muito pouco.

O recurso que chega faz no máximo com que a gente possa se organizar para ser voluntário da cultura, mas viver de cultura não consegue. A correria tem de ser sempre outra em paralelo para poder garantir de continuar existindo e na hora vaga, no sobre trabalho, a gente faz cultura e arte. O movimento também diz respeito a isso.

Fica o recado para os presentes de que teremos de nos organizar e conversar pessoalmente com o Vereador Milton Leite. Sabemos que a Mesa vai passar o recado e sensibilizar o Vereador.

Tenho uma pergunta boa: Qual o efeito do Relator não estar presente, para saber

se ficamos meio vendidos nisso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradecer ao Luciano. Explicar que temos um prejuízo sim, à medida que o nosso Relator circunstancialmente neste momento não acompanha. Teremos um trabalho redobrado em apresentar não só o relatório que realizamos, como a articulação de vocês.

É importante também, vocês muitas vezes falaram que apresentaram o projeto de lei que construíram coletivamente. Só que esse projeto não chegou à Comissão de Finanças e Orçamento, portanto, aqui temos de falar que essa organização feita por vocês é muito positiva para a Casa, pois faz a Casa ter pulsação num debate que normalmente está vazio. Porém ainda não chegou para nenhum dos Vereadores desta Comissão o projeto que vocês estão trabalhando há muito tempo. Ainda está num grau de participação de outros que não os Vereadores. Esse também é um prejuízo para a Comissão, porque se vocês querem 20 milhões, uma das comissões que vocês teriam de ter procurado é esta Comissão, para apresentar a lógica do projeto de lei que se for aprovado este ano pode ter premissas dentro do próprio orçamento.

Tem a palavra a Sra. Maria da Penha Silva, da Cooperativa Paulista de Dança.

A SRA. MARIA DA PENHA SILVA – Boa tarde a todos os presentes, Vereadores Police Neto, Jair, Paulo Fiorilo; Secretário Nabil Bonduki; nosso Diretor da SPcine e também do Teatro Municipal e aproveitando que estamos aqui com o Diretor do Teatro Municipal, vou fazer uma pergunta: o Teatro Municipal está sendo orientado por uma Fundação. E essa Fundação, na cidade de São Paulo, é a entidade que mais consegue recursos da dotação orçamentária pública direta para o Teatro Municipal.

Faço essa observação e não estou desconsiderando o relevante trabalho que este Teatro tem na nossa Cidade e no nosso país. Mas questiono – e gostaria de ter uma devolutiva – por que essa Fundação também não é indicada a fazer captação tornando parte desses

recursos cada vez mais – se acompanharmos por ano – aumentando na própria Fundação Teatro Municipal, serem repassados para os outros programas. Somos obrigados a brigar por valores quase irrisórios perto dos que a Fundação Teatro Municipal administra.

Isso não quer dizer que estou desconsiderando a qualidade e a importância, mas estou querendo saber por que a Fundação não se envolve também em captação, porque grande parte dos que estão aqui são fazedores de cultura, artistas e trabalhamos com isso. Se não conseguimos atingir os parques editais que há na nossa Cidade temos de ir para o front da captação de recursos. Então se nos forçamos a isso acho que uma Fundação que tem todo o equipamento e preparação para deve fazer também. Gostaria dessa resposta.

Aproveitar também e pedir para os Srs. Vereadores um reforço no orçamento da dotação das casas de cultura. Faz mais de duas décadas que essas casas foram implantadas e estive recentemente visitando algumas delas. E em algumas é quase impossível ver algum grupo profissional, algum trabalho coletivo sendo apresentado. Estamos fazendo um trabalho em situações muito precárias, no caso das casas de cultura.

Mais uma questão que diz respeito ao pessoal de acervos e bibliotecas, o acervo público, acervo histórico, desde o primeiro ano esse pessoal está solicitando um olhar mais atencioso para a relação tanto de reforma do patrimônio histórico, mas muito preocupado com a questão de documentação histórica. Isso não ficou claro ainda na questão orçamentária, tem pouco orçamento. Não sei se vocês farão depois essa transferência, mas, para a situação do arquivo histórico da cidade de São Paulo, não temos recurso.

Para finalizar, fiz uma crítica ao grande volume de valores para Fundação do Teatro Municipal porque, infelizmente, os programas existentes são os únicos que são contemplados com constantes cortes.

Fomento ao teatro, fomento a danças, fomentos que não são atingidos. Programas como o vocacional, que é um grande programa implantado nesta Cidade e faz o início de formação de profissionais para o futuro, está cada vez mais perdendo seus recursos. Mesmo o

peçoal do hip hop solicitando.

Gente, por favor, quem é da cultura, vamos falar unidos. Quanto mais fragmentada for essa luta, mais difícil ela será. Tem gente que já participa há duas, três décadas, dessa briga. É muito legal ver mais pessoas participando, mas temos que trabalhar em conjunto, porque para convencê-los, só com união.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Sra. Penha. Tem a palavra o Sr. José Bispo de Assis, do Cedeca Sapopemba.

O SR. JOSÉ BISPO DE ASSIS – A pegadinha de sempre: não é José Bispo de Assis, mas Bispo SB, o nome que escolhi para ser conhecido. Estou falando pelo Cedeca Sapopemba, também pelos anos de cultura hip hop, da geração de 80.

Estou vendo a cultura hip hop cada vez mais forte e coesa. Não estou vendo um movimento, uma organização, mas várias. Cada vez mais, estamos nos organizando.

Quando vocês falam de periferia, estão acostumados a nos ver fragmentados. O que estamos vendo é a dança das periferias se organizando, o teatro se organizando. E cada vez mais estamos chegando não para pedir, mas para exigir. E não se trata de vocês fazerem um favor para nós, mas para vocês reconhecerem o que já é feito.

Será que preciso pedir para fazer? Será que é preciso pedir licença para ser da cultura hip hop? Vocês conhecem algum bispo que é da cultura hip hop? Sim. Por quê? Vem desde a geração de 80.

Mas se eu não vier e bater nessa porta, gritar, ninguém perceberá a minha existência nem o que estou fazendo. Mas quem me interessa percebe, e quem me interessa é quem paga imposto e contribui para que esta Casa exista.

Baseado nisso que peço um olhar mais atento para a periferia. Não estamos pedindo, é só reconhecer e destinar o valor devido no orçamento.

A maneira mais fácil é dar o que a gente quer, e não dar migalhas. Não estamos

aqui para brigar apenas atrás do dinheiro, mas por reconhecimento. Hoje estamos falando do orçamento, e o reconhecimento virá através disso.

Vou falar uma coisa importante: estamos juntos, sim. Quando vocês falam de hip hop, desculpem, mas discordo que as pessoas saibam o que é a cultura hip hop: é dança, música, arte, mas também é uma ideologia. E quando o pessoal fala de periferia também não sabe o que é. Na periferia, assim como na cultura hip hop, têm excelentes dançarinos, atores, músicos. Lá também tem excelência, porque parece que periferia é o resto quando se fala: “Ah, vamos adequar isso ao pessoal da periferia”.

Para citar um exemplo, eu mesmo fiz um projeto. Eu promovo um evento, desde 2002, do qual participam de 4 a 6 mil pessoas. Não vou falar nome, porque não estou aqui para fazer propaganda, mas igual a esse há milhares de ações acontecendo na periferia. E de que forma? Na raça, pedindo, vai aqui, ali, pede para a comunidade, para o próprio artista.

É humilhante para mim, como artista, estar aqui. Por isso, não estou pedindo, estou exigindo que o olhar venha de todas as formas através do fomento à periferia e da Casa do Hip Hop. Pela primeira vez, estamos falando de uma Casa do Hip Hop, que não seja de organização de apenas um grupo, mas de todos.

Atenção, porque desta vez não é um grupo pedindo. Vamos continuar batendo forte nessa porta, mas de maneira organizada, porque agora sabemos como funciona. Nós estudamos, crescemos, não somos mais um grupinho brigando, agora temos excelência também aqui.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Bispo SB. Tem a palavra a Sra. Samara Silva.

A SRA. SAMARA SILVA – Boa tarde. Salve periferia! Salve quebrada! Eu gostaria de falar que não estamos fazendo nada diferente da opressão que sofremos aqui ao olharmos para esses quadros, onde vemos a história do nosso povo que foi escravizado, que foi

catequizado à força.

É isso que estamos cobrando hoje, porque se existe uma arte erudita, que é considerada maior do que a arte produzida na periferia, é por causa desse contexto histórico. Por isso, estamos lutando pelo que nos foi roubado.

Nós, negros e indígenas. Os negros não vieram para cá, eles foram roubados da África. Os indígenas que estavam aqui estão sendo roubados até hoje. E quando falamos de R\$ 20 milhões, ainda é uma vergonha comparado ao orçamento que vimos aqui, totalmente desigual. Então eu gostaria que vocês prestassem mais atenção e pensassem com carinho, porque não estamos pedimos nenhum favor, estamos querendo de volta o que nos foi roubado.

Sou do Itaim Paulista e estamos muito felizes porque houve uma mudança de coordenador da Casa de Cultura do Itaim Paulista, uma vitória da periferia, através da nossa luta e de vários pedidos que fizemos ao nobre Vereador Nabil, a Secretaria de Cultura, todos os departamentos possíveis a que recorremos para que isso acontecesse. Estamos muito felizes com a nomeação do Sr. Emerson Acalde, que é um dos nossos. É assim que a Casa de Cultura tem de funcionar, com as pessoas que estão e que moram na periferia. Também a contratação dos novos oficineiros, que contemplou bastantes artistas da periferia.

A Casa de Cultura do Itaim Paulista ainda sofre com o pagamento de um aluguel de mais de R\$ 20 mil por mês. O espaço não é público e está à venda, no valor de R\$ 3,5 milhões, portanto, gostaríamos de exigir que esse equipamento fosse comprado ou, caso seja transferido para outro lugar, que haja uma consulta aos artistas locais, porque as decisões estão sendo tomadas sem o nosso conhecimento.

Na frente da Casa de Cultura há uma rua de lazer onde se encontram skatistas, MCs, artistas periféricos que fazem várias manifestações artísticas. Há um risco de que, se a Casa de Cultura sair de lá, o serviço de segurança pública permaneça lá. Isso vai reprimir todas as manifestações artísticas que já acontecem lá. Por isso, gostaria que vocês pensassem com carinho na Casa de Cultura do Itaim Paulista e nos comunicasse ao tomar as decisões,

para que possamos construir essa história juntos.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Alan.

O SR. ALAN – Boa tarde a todos que estão aqui nesse grande evento em busca de algo que vem lá de 1984, que o hip hop está nessa correria e aí vejo o Pirata, um grande representante do Fórum, da política, pessoal da zona Leste, pessoas que começaram lá atrás junto com a gente. Como já se falou muita coisa, deu uma mudada na minha fala, porque assim como há um representante aqui do Theatro Municipal por que não no Municipal uma vez por mês? Acho que é merecido porque a periferia é o cantinho, vamos dar qualquer coisa para os caras, mas a gente quer o Theatro Municipal sim porque o hip hop tem grandes artistas reconhecido no mundo inteiro. Falando do circo, do Theatro, a gente tem o Rudi que é do Theatro e está todo mundo ligado, o Theatro com circo e com a cultura hip hop, cultura de rua, dança. Graças ao Theatro que a São Bento teve um contrato com os beboys, grafiteiros e MCs para a liberação do espaço, até então, estávamos lá como clandestinos. Daí conseguimos essa liberação.

Vamos reconhecer, se hoje existe o PT, é graças à cultura hip hop, é graças ao rap, o rap elegeu o PT, a periferia elegeu o PT, então, o que eu falo é verdade: a gente só quer reconhecimento, nada mais.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço o Alan, mas quero deixar claro que não estamos discutindo o Orçamento do PT, a gente discute o Orçamento do município. Quero deixar muito claro isso, é o Orçamento da Cidade, o Orçamento do PT é discutido em outra esfera. Tem a palavra o Sr. Alexandre Azevedo, da Associação Raso da Catarina.

O SR. ALEXANDRE AZEVEDO – Boa tarde a todos, cumprimento a Mesa. Parabenizo o Secretário Nabil pela reestruturação da Secretaria de Cultura e gostaria de pedir ao Secretário Nabil que se possível esclarecesse para nós aqui em valores reais quanto faltaria

em 2016 para chegarmos aos 2% da Cultura. Ênfase também a diferença discrepante para área do circo que está contemplada no Orçamento de 2016 com 1,5 milhões, considerando que outras áreas tem o amparo das leis e parabéns para ela porque foi toda uma luta, mas eu gostaria de reivindicar aqui esse reconhecimento da área do circo, que contempla não só as áreas do circo, mas também os ciclos de lona e também as escolas de circo que são responsáveis hoje pela transmissão desses saberes, então, a minha sugestão é que esse valor fosse elevado para 5 milhões e não 1,5 milhões. Gostaria também de parabenizar a mobilização das periferias pelo momento esse projeto de lei de fomento as periferias, enfatize a importância do conceito que não é fragmentar as áreas e sim territorial, isso é muito importante. Total apoio a essa lei e gostaria também de convidá-los para a construção de um projeto que está em andamento intitulado provisoriamente de projeto Plínio Marcos ou Oswald Andrade que envolve a área de circo, dança, música e teatro e amanhã temos uma reunião no teatro estúdio São Paulo, 184, na Praça Roosevelt, então gostaria de convidar a todos para participar dessa construção. Faço aqui uma provocação, pois o Police Neto fez menção que o projeto de lei de fomento das periferias não chegou à comissão de finanças, então, a minha sugestão é que logo após essa audiência, que as pessoas que estão nessa frente de luta ao fomento se reúnam com o Vereador Police Neto para dar encaminhamento a isso, daí a sugestão. Também registro aqui o meu protesto à ausência do relator Milton Leite está registrado isso.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Tem a palavra Rudifran Pompeu, da Cooperativa Paulista de Teatro.

O SR. RUDIFRAN POMPEU – Boa tarde a todos. Eu também vou aproveitar a rabeira da fala do Alessandro e dizer que é complicado o relator se chatear e sair mesmo que tenha havido um erro da Mesa. Isso é grave. Estamos no Parlamento, isso não é uma brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Rudifran, deixe-me tentar superar, porque, se a gente voltar tudo para a Mesa, a gente não vai...

O SR. RUDIFRAN POMPEU - A gente não vai voltar. Deixe-me só terminar.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – A gente não vai conseguir fazer a reunião.

O SR. RUDIFRAN POMPEU - Não, mas é porque...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – ... E é importante vocês trazerem as contribuições que vocês têm.

O SR. RUDIFRAN POMPEU - Mas, então, a gente tem de trazer. Uma delas é o seguinte: é o respeito que o Parlamento tem de ter com o povo (Palmas), porque é um absurdo, entendeu?

Eu compreendo que tem um erro, eu compreendi, eu sei que você vai entender isso, porque eu não estou nem aqui. Eu estou dizendo que é um problema. É um problema. O Relator vai ter de repassar tudo de novo, todas as nossas falas têm de ser repassadas para o Relator. O Milton Leite tem a obrigação de estar aqui, entendeu, de nos ouvir. Enfim, eu quero só dizer o seguinte: eu queria fazer uma fala, a gente vive um momento muito grave em todas as instâncias, enfim, da esfera nacional. Ou seja, você vive num momento que é extremamente bélico, ou seja, você tem um Parlamento extremamente policialesco, religioso, tendencioso. Então, assim, é evidente que a periferia não vai ser lembrada. É evidente que não vai ser lembrada a periferia; e a e a "Arte Cultura" muito menos, porque a gente não conversa com Polícia. A nossa conversa é outra. Nós somos oposição à Polícia, não é? Nós somos da área da Cultura, da Arte e da Cultura. Então você já conseguiu conceber o cara do *hip-hop* conversando com um polícia? É claro que não. É por isso que a cooperativa teve de fazer uma frente para que o *hip-hop*, na São Bento, fosse respeitado como um movimento artístico que está lá há 30 anos. Então, assim, eu só queria dizer que é evidente que a Cooperativa de Teatro apoia o fomento à periferia. Isso a gente já tem um monte de gente que está nesse movimento e que é da cooperativa - não é? - e a gente... Causa-me um pouco estranheza, Nabil. Aí acho que a gente precisa pensar nisso. Causa-me um pouco estranheza isso não

estar no Orçamento. Porque, se não estiver no Orçamento, não vai rolar, é conversa para boi dormir. Se não estiver no Orçamento, não rola o ano que vem.

Então, assim, ou o movimento se organiza para que esse trem entre dentro do Orçamento... Porque não vai acontecer, se não estiver lá não vai acontecer.

Portanto, eu me sinto contemplado pelo Orçamento que o Executivo traz, quando eu vejo lá, nos programas, o programa de fomento ao teatro - que é o que eu defendo -, o Prêmio José Renato - que eu defendo -, estão contemplados ali, não é? Mas, quando você não vê a imensa... Porque o que está acontecendo? Essa plenária está cheia de gente da periferia. (Ininteligível) o momento é este mesmo, tem eleição aí.

Às vezes, parece que a gente está fazendo um jogo de toma lá, dá cá, mas o fato é que o jogo político é um pouco isso sim. E, se a cidade de São Paulo está fatiada em redutos eleitorais - porque ela está -, qual o problema de esta Casa contemplar o fomento à periferia, se está contemplando toda a periferia, toda a cidade de São Paulo? Então eu acho... E tem de ser rápido. Seria um grande avanço para esta Casa, se ela conseguisse contemplar o recurso para este ano: em cima dos 513 - não é tirando das outras áreas não, como, no outro ano, aconteceu: "Vamos dar 1 milhão para o sarau", só que eu tirei 1 milhão do VAI. Quer dizer, ou seja...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RUDIFRAN POMPEU - Não, não aconteceu isso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RUDIFRAN POMPEU - Você está falando do Teatro Municipal?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RUDIFRAN POMPEU - Então, seja claro, Pirata, porque senão você...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RUDIFRAN POMPEU - Seja assim, olha... Você está falando de Teatro Municipal. É outra coisa. Aliás, eu vou fazer uma fala assim, olha: eu não sou contra o Teatro

Municipal ter 112 milhões. Não sou mesmo. Só acho que a periferia tem de ter 112 também, não é? (Risos) é isso. (Palmas) eu acho que a gente tem de fazer... Eu quero que o teatro tenha 112 e que o *hip-hop* e tenha 112.

A questão é a seguinte: eu acho que existe uma questão muito objetiva e clara, não é? E é muito fácil nos dividir: é trazer para a gente o problema. E o problema é do Estado. O Estado é que tem de responder e resolver. O Estado é que tem de conseguir recursos.

Acho que o Parlamento, esta Casa, quando chegar na época de definir o Orçamento, eu quero, eu gostaria muito que o movimento da periferia, que o movimento inteiro prestasse atenção numa coisa...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Rudi, você pode concluir, por favor?

O SR. RUDIFRAN POMPEU - Estou concluindo.

Que a gente prestasse atenção numa coisa: quanto que é destinado para esta Casa aqui, para a Câmara. Vocês vão ver que tem mais Orçamento para esta Casa do que para a Pasta da Secretaria de Cultura. Prestem atenção. É dali que tem de sair o dinheiro também para ir para o fomento à periferia.

É isso. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Rudi.

Estêvão Romane, Carnaval de rua de São Paulo.

O SR. ESTÊVÃO ROMANE - Boa tarde a todos, Sr. Nabil, e a mais importante a população. Às vezes, tratamos políticos como entidade, num pedestal, mas nos esquecemos que eles são ou deveriam se comportar como população, andar de ônibus, tomar água de torneira, só assim esse país vai avançar.

Mas não estou aqui para fazer discurso político. Estou aqui para falar de um assunto muito importante.

É muito legal ver vários movimentos e aqui temos de todos.

Está na hora de São Paulo assumir uma marca, que é a questão da cidade e da

adversidade.

O expoente disso tudo, em meu ver, é o carnaval da diversidade. Estou falando de um carnaval com hip hop, clássica, rock, reggae e todas as culturas. Então, são blocos de rua, mas com CEUs, Sesc e várias entidades juntas.

O carnaval de São Paulo vem crescendo demais.

No ano passado, foram 1 milhão e meio de pessoas. Para o próximo ano, a previsão é de 3 milhões de pessoas. Daqui a quatro anos, esperamos que seja o maior carnaval do Brasil e, conseqüentemente, o maior do mundo.

Estamos falando de um mercado potencial de dezenas de milhões ou centenas de milhões de reais.

Pergunto: o que está sendo feito até agora em relação a isso? Está sendo feito com um pouco de informação que a gente consegue ter, que o carnaval de São Paulo está sendo vendido para uma produtora que conseguiu falir o modelo de carnaval do Rio de Janeiro. Eles estão fechando o edital para várias marcas.

O que acontece é o seguinte: você tem um pouco de infraestrutura com isso, mas não existe o fomento dos conteúdos. Não adianta nada por banheiro químico e gradil se não tem conteúdo nas ruas.

A gente precisa de diálogo. Que o nosso diálogo iniciado seja efetivo. Nós não precisamos de orçamento, de verba pública, a gente precisa de liberdade de ação, de planejamento e organização, por conta de a Secretaria e por conta dos órgãos municipais para que possamos atuar e colocar a nossa expertise de fazer as coisas funcionarem de fato.

A gente precisa que a Secretaria não se venda por mixaria. Precisamos que ela não haja por medo, mas com cautela, porque se perdermos esse início agora, deixaremos o carnaval na mão de poucos empresários com interesses obtusos, que não são os nossos.

E vou quebrar o decoro: se não tomarmos cuidado, a pressa passa e a merda fica.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem.

Então, temos a demanda para darmos mais liberdade ao carnaval, para que todos possam se articular e realizar suas intervenções.

Agradeço ao Estevão.

Tem a palavra o Carlos Freitas, da Cooperativa Paulista; depois o José Delano, do Fórum Hip Hop; Keila Rodrigues, do Movimento Cultural das Periferias; Álvaro Souza, do Fórum Hip Hop; Marcos Moraes, Movimento Dança; Camila Souza, da Frente Nacional de Mulheres do Hip Hop; Sandro Boreli, da Cooperativa Paulista de Dança e Luan, do Movimento Cultural das Periferias. Assim, estão encerradas as inscrições.

O SR. CARLOS FREITAS – Boa tarde a todos, Mesa e colegas da arte.

Vim trazer um assunto que é a utilização dos espaços não convencionais pela dança contemporânea e pelo teatro, mas especificamente estou falando de patrimônios históricos tombados, edificados, que temos pelo Município de São Paulo.

De um modo geral, eles não nos abrem a porta para iniciativas às quais nos pretendemos a fazer em trabalhos de arte.

Um ponto importante é o seguinte: o patrimônio histórico tombado tem a função de fomentar e deixar presente as várias histórias – motivo pelo qual foi tombado -, mas não tem sido contemplado, porque, na visão em que é feito o tombamento, não contempla os subalternos e a sua aproximação junto a população fica diversa.

Esse distanciamento é resultado de uma visão de belas artes por parte dos responsáveis por esse patrimônio, o que deixa a história dos subalternos, ou seja, nós, à distância. É uma história que não é contada.

Estamos aqui neste espaço e a nossa história, a história do subalterno não está presente, e, também, não está presente na documentação do tombamento.

A proposta é a seguinte: que um dos pontos que dificultam essas ações são a falta de direcionamento de verba e a impermeabilidade dos gestores para acatar propostas de dança

contemporânea e teatro que contem a história dos subalternos que também fizeram parte dessa história, a qual não consta na documentação.

Essa proposta feita na nossa antiga gestão pelo atual Ministro, que nos disse que era algo ao qual ele poderia estar sensível. Vamos ver se o nosso Secretário Nabil está sensível a essa proposta de acabar, nos patrimônios históricos tomados, propostas que venham da dança contemporânea e do teatro, para contar a história dos subalternos que fazem parte dessa história.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. José Delano, do Fórum de Hip Hop.

O SR. JOSÉ DELANO – Boa tarde a todos. Sou o José Delano, e vim com o Fórum de Hip Hop.

Primeiro, gostaria de dizer que a cidade de São Paulo é racista, e isso temos de deixar bem claro. Quando falamos do movimento do hip hop, nós falamos do movimento periférico, que sempre brigou e lutou por aqueles que estão à margem. Aí você olha no orçamento e vê 112 milhões para o Theatro Municipal. A cidade de São Paulo tem cultura, está permeando cultura, mas que tipo de cultura? A cultura eurocêntrica, que fica sempre à margem. A cultura negra, a cultura de matriz africana, fica sempre às margens.

Não viemos pedir, viemos falar que vocês coloquem, no orçamento da cidade de São Paulo, os dois milhões para cinco casas de hip hop, conforme foi negociado com o Nabil. E ele informou para a gente que vai conseguir fazer uma nesse exato momento.

A questão da Lei do Fomento à Periferia é importante na questão da divisão renda, que não é feita, não acontece na cidade de São Paulo. Então o fomento à periferia é o mínimo da reparação para os periféricos.

Na semana de hip hop, a gente dá uma lida mínima na Virada Cultural. São sete milhões e meio para a Virada Cultural em um dia. E a gente tem um mês de hip hop, que contemplou o mês, que foi para a escola debater políticas públicas, e para garantir que a nossa

juventude preta, pobre e periférica esteja viva. Isso é diferente de um simples evento que é realizado na questão artística. O hip hop não dialoga só no artístico, o hip hop é político. A gente não está de brincadeira quando a gente vem aqui e fala que é o preto vivo, mano. A gente quer a nossa história sendo perpetuada. Desde a época da escravidão que nós não temos voz, certo? Então vamos dar a nossa voz aqui.

Finalizo a minha falando destacando a importância dos dois milhões para o vocacional do hip hop também. Só isso mesmo.

Para finalizar: estamos falando de uma casa do povo que não é do povo. Hoje eu estou vendo o povo aqui, hoje eu estou vendo preto nesse espaço, que esse espaço é sempre de branco, de elite branca. Hoje eu vejo preto aqui. (Palmas) Que quando você debate algo muito importante, como o orçamento da cidade de São Paulo, onde os periféricos, que são a maioria, que gere esse espaço, não está presente, isso é hipocrisia. Não tem que ser no meio da semana, não, tem que ser no final de semana, para dialogar com a gente. Vocês são os nossos funcionários, não o contrário. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço ao meu patrão, José Delano, e a todos que vieram aqui, e passar a palavra à Sra. Keila Rodrigues.

A SRA. KEILA RODRIGUES – Boa tarde a todos.

Meu nome é Keila, faço parte do Fórum de Cultura da Zona Leste, do Sarau *O que dizem os umbigos*, e integramos o Movimento Cultural das Periferias.

Estou aqui também para falar da Lei de Fomento à Periferia, e falar sobre isso não é redundância, é uma necessidade, porque o que é redundante é o que vem acontecendo com a nossa história desde sempre.

Já foi citado aqui que esse espaço, visualmente, representa muito do que significa a nossa história e das ausências de direitos que temos ao longo do tempo. Então, se esta é a casa do povo, nós precisamos reformar, os grafiteiros precisam tomar conta, como bem disse a nossa companheira Samara. Precisamos derrubar esses quadros. Um lustre desse aqui dá

para contemplar um grupo já durante um ano. Acho que é o momento de inverter a lógica.

Estamos aqui numa mesa representadas somente por homens brancos, então percebemos o racismo e o machismo dentro desta casa também, e isso não é de hoje.

(Palmas)

Quando estamos, numa segunda-feira, faltando ao trampo, sendo descontados, pois, diferentemente do Relator, a gente não sai “fazendo a fina”, a gente tem que pedir uma série de autorizações – e eu já entendi por que o Relator saiu, não precisa repetir. A gente está falando de uma questão de descentralização e também de priorização.

O que é prioridade para este governo? O que é prioridade para esta secretaria? Não estamos falando de um orçamento que pode vir a existir e que pode deve ser ampliado, e, a partir dele, pensar a repartição do recurso público, estamos falando do orçamento do ano que vem. E queremos que parte desse orçamento seja para a lei de fomento à periferia, seja para a construção das casas de cultura do hip hop, sejam para ações que estão acontecendo há milhares de anos sem nenhum incentivo ou com pouco incentivo do Poder Público.

Já foi dito aqui que nós reconhecemos também alguns avanços na área de cultura, mas eles são insuficientes, pela dívida história, e começar a reconhecer isso é um grande ponto. Então, quando falamos do fomento à periferia, não estamos falando de mais um programa que, com o final de governo ou qualquer outra coisa do gênero, pode acaba; estamos falando de uma política pública efetiva, com dotação orçamentária própria, garantida em lei, que possibilite que os fazedores de cultura possam de fato desenvolver a sua arte, porque estamos cansados de sermos telemarketing e poeta, estamos cansados de sermos telemarketing e atriz, estamos cansados de ser telemarketing e cineasta. Queremos fazer a nossa arte, e queremos ser reconhecidos por isso.

Sugeriria, inclusive, que pensassem se fosse o contrário: se vocês tivessem que escrever editais para receber pelo trampo de vocês, como seria isso? Passamos por isso o tempo inteiro, ficamos sempre na berlinda. Se fosse o contrário: se na hora que se

candidatasse, vocês tivessem que escrever um edital e comprovar o quanto você é bom e merece estar no cargo, e, por isso, vai receber um valor mínimo? (Pausa)

Sabemos que a Lei de Fomento à Periferia não vai fazer a reparação história devida, porque são 500 anos de história oficial, fora o que não temos de registro. Mas, simbolicamente, é defender o óbvio. E estamos cansados de defender o óbvio. Essa lei precisa ser aprovada, as casas de hip hop precisam ser construídos. Ouvimos falar muito da SPCine, mas cadê a produção cultural periférica audiovisual contemplada nesse setor? A gente ouve falar de diversos fomentos, mas ainda brigamos para que a dança afro seja reconhecida como dança. Ainda brigamos para que os elementos do hip hop possam ser reconhecidos dentro dessas linguagens. Então não são só 20 milhões, porque é muita história acumulada, é muita falta de direito, é muita falta de prioridade. Então o Movimento Cultural das Periferias, unido com a galera do hip hop de toda as quebradas – zona Sul, zona Leste, zona Oeste, enfim, toda as regiões – exige que sejamos ouvidos e que sejamos prioridade, porque já chega de ficarmos em segundo plano.

E para fechar a minha fala, queria entregar a vocês a proposta de lei. Espero que vocês leiam e façam alguma coisa. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço à Keila, que nos trouxe inclusive o projeto ao qual o documento trazido faz menção.

Tem a palavra o Sr. Álvaro.

O SR. ÁLVARO – Boa tarde para todo mundo.

Queria falar de algumas situações que a gente passa nesse dia a dia de periferia.

Eu sou da Casa Verde, moro na área da Subprefeitura Casa Verde, Cachoeirinha e Bairro do Limão.

Em cima de uma leitura que fiz do Orçamento, e de uma leitura que faço para uma perspectiva para 2016 – tendo como referência 2015 – eu percebo que, lá na nossa Subprefeitura, existem dois equipamentos, mas no meu bairro mesmo não existe nenhum

equipamento de Cultura.

E ainda que esses equipamentos – da nossa Subprefeitura -, quais sejam: a biblioteca do bairro do Limão e o Centro Cultural da Juventude, no parque Cachoeirinha, sofreram corte de orçamento, num primeiro momento de 4 milhões, que era para a programação, e foi reduzido em 1,5 milhão.

E percebo também que eu não tenho acesso à Cultura na minha localidade, nem meus companheiros, nem meus irmãos e irmãs, que ficam sem esse tipo de cultura. Percebo que terminamos ficando confinados a praças públicas por conta do wi-fi, e nas vias de grande acesso, mas, igualmente às margens dos bares e baladas das localidades, porque não conseguimos entrar. Daí, vamos dar rolê no posto, por exemplo.

E aproveito para fazer uma leitura mais grossa do Orçamento, e gostaria de compartilhar com todo mundo. Primeiro, eu percebo que o Teatro Municipal ganhou um orçamento diretamente da Prefeitura de 142 milhões, o SP Cine ganha 50 milhões, além de uma série de outros equipamentos, que podem ser vistos no detalhamento da Cultura, que recebem orçamento violento, mas, infelizmente, não dialogam com algumas artes a que estamos acostumados.

Eu, que sou da cultura do hip hop, que contempla vários elementos artísticos através de suas performances, percebo que essas artes não estão incluídas nesses espaços. Cada profissional do hip hop faz uma performance e termina fazendo até uma performance teatral e não estamos no teatro. Cada grafiteiro faz um design gráfico, mas não estamos nos museus. E cada MC faz sua produção musical e literária e não está inserido na Educação. Também há os dançarinos: cada um faz sua performance – que trabalha a questão da saúde da nossa juventude, bem como educação, vale aqui incluir o DJ, que trabalha na musicalidade – mas não conseguimos transformar tudo isso em fomento.

E me permitam estender minha fala mais um momento.

Portanto, tendo em vista tudo isso, gostaria que os Vereadores prestassem mais

atenção o que foi pautado na Conferência Municipal de Cultura, em 2013, pois, nas resoluções estão várias das falas que apareceram aqui. E se os senhores não têm conhecimento disso é porque os senhores não procuraram saber. (Palmas)

Queria ainda fazer uma proposta de Orçamento, à Câmara Municipal: a Câmara Bandeirante – que já foi ressaltado em algumas falas – faz o Orçamento Bandeirante. E nós precisamos pautar orçamento popular aqui. Vamos lá: quero dez milhões para o hip hop, para as casas de hip hop no Município de São Paulo, sendo que são cinco casas no Município: um milhão da Educação para pautar a semana do hip hop; para a semana do hip hop mais um milhão da Cultura; 2 milhões para a Lei 10.639, para pautar a educação e cultura africanas dentro da escola.

Além disso tudo, nós apoiamos a iniciativa da Lei da Periferia, sendo que nós temos o entendimento (ininteligível 3;59) tem de estar incluído nela.

E só para finalizar, quero que todos esses equipamentos culturais, pelos quais propomos emenda e criação, fossem pautados a partir do Conselho Participativo, onde se contemplasse a localidade e o Poder Público nos ouvisse mais, pois, infelizmente – e eu que estou direto no rolê Cachoeirinha e no CCJ – informo que a aquele conselho foi criado faz seis meses e ainda não fez reunião. É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço ao Álvaro, e quero chamar o Marcos Moraes, do Movimento Dança.

O SR. MARCOS MORAES – Obrigado. Cumprimento as autoridades presentes. Pertencço ao Movimento Dança Se Move.

Já estivemos aqui muitas vezes, nos últimos 15 anos. É muito bom ver a galera e o pessoal da quebrada aqui. Quero primeiro dizer que têm todo apoio do Movimento Dança se move.

É totalmente coerente essa luta. É assim mesmo. Não é só um ano, nem só o próximo. Estamos com vocês, queremos mais é que haja essas conquistas, tanto essa

emenda, esses valores para a lei, quanto cada vez mais isso ser aumentado.

E para isso, aproveito então para voltar a falar de compromissos de campanha e também do trabalho desta Casa, de que a Cultura chegue ao mínimo de 2% do orçamento da Cidade. Essa é uma luta de muitos anos. Já estamos caducos de lutar por isso. É uma coisa que a UNESCO recomenda para todos os países do mundo. A cidade de São Paulo, uma das maiores potências que existe, não consegue chegar a esse valor. Então, a gente exige também que o orçamento geral da Cultura atinja esse mínimo, e esperamos que isso aconteça dentro desta gestão, para qual nós também trabalhamos, para que fosse progressista.

Eu estou vendo também vários companheiros de dança, vários companheiros da dança Afro e pessoas que trabalham com isso e têm todo apoio do movimento. A gente sabe que há ruídos, porque os certos fomentos conseguiram algumas coisas e outros não; mas a gente tem que estar junto nisso. Aqui fica claro isso.

A gente fez um longo caminho para aprender a conversar com as pessoas da Casa e a maneira como eles conversam, mas também para eles aprenderem a conversar a nossa conversa. Eu estou achando que hoje vocês estão dando uma lição para esta Casa, de como a gente tem que lidar com a cultura aqui. Então, deixo todo apoio nosso.

Também queria elogiar a parte da Secretaria da Cultura, que, no ano passado, mandou um orçamento que era insuficiente para a realização do programa de fomento, e a própria secretaria corrigiu isso. A gente queria então reivindicar a garantia desses recursos, para continuar esse programa que está beneficiando muita gente e que está fazendo acontecer muitas coisas aqui em São Paulo.

Também gostaria que esta Casa garantisse um recurso para o CRD, Centro de Referência da Dança, para que continue funcionando. Para os senhores terem ideia, lá há mais de 60 grupos ensaiando. Está havendo palestras. Acabou de haver um encontro de gestores do Brasil todo, e a Casa recebeu lá o CRD. É um lugar central, no Anhangabaú, e tem um peso simbólico supergrande. Está bem embaixo do Theatro Municipal. O movimento apoia essa luta

do circo por mais recursos. A gente acha importante que as artes caminhem juntas. Nós, artistas, trabalhamos no campo do simbólico e no campo da educação e da saúde, como a companheira acabou de falar. A gente sabe que isso é o que faz diferença para a qualidade, inclusive deste momento político. Então, a gente espera que haja sensibilidade na Casa e que a cultura não seja tratada como cerejinha, mas que seja tratada com a prioridade que ela merece. Nós estamos juntos para que isso avance.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra a Sra. Camila Souza, da Frente Nacional de Mulheres do Hip hop.

A SRA. CAMILA SOUZA – Boa tarde a todos. Boa tarde também a todas as mulheres que ficam omitidas no substantivo e no artigo masculino sempre nos questionamentos. Primeiro a gente obviamente reconhece todos os avanços que foram feitos aí na gestão, na Cultura, mas, apesar de a gente ver um crescimento (ininteligível) chegando às periferias e com várias outras ações, o fomento à cultura da periferia é essencial em várias questões. A primeira questão é de que uma garantia de que esse fomento está indo para a periferia. Ele vai ser executado por um coletivo ou por um grupo de atores culturais, que estão lá no território, compreendem aquele território e vão desenvolver as suas atividades ali, porque vai (ininteligível) O meu coletivo pode se inscrever e desenvolver atividade no centro ou em qualquer outro espaço. Então, a gente vê, por exemplo, na zona Oeste, um coletivo que é periférico, mas vem oferecer música na Vila Madalena. Desculpe-me, mas a Vila Madalena não está mais precisando de fomento não. Sou do Hip hop e obviamente venho aqui reforçar a proposta do fórum municipal; primeiro em apoio, mas a proposta orçamentária para cinco casas do Hip hop. A gente não consegue compreender muito, porque demoram tanto a sair. A gente sabe dos apertos do orçamento e tudo isso, mas a gente vê, no País, distribuídas hoje 36 casas do Hip hop, que estão acontecendo e a gente não consegue aqui, em São Paulo, que é o berço do Hip hop, onde ele surgiu, nasceu e nem se instituiu a primeira casa.

Nobre Vereador Nabil Bonduki, queria perguntar por que ainda não rolou a assinatura do decreto desta Casa, para a gente deslanchar e avançar com isso. Aí é essencial que mais do que essa assinatura e esse decreto. Esta Casa tem um orçamento destinado para ela, porque, senão a gente volta para a lógica que a gente vê na periferia, que é a gente trabalhando nós por nós, batendo lá no mercadinho e pedindo ajuda para o lanche, para o pão, e, muitas vezes, não há nem água para oferecer para o artista que está trabalhando.

A gente compreende que há uma dificuldade para o Poder Público compreender a cultura Hip hop e para mim, na construção do Conselho Municipal de Políticas Culturais, isso fica claro, quando a gente novamente não consegue ter uma cadeira para o Hip hop. A Cultura Hip hop está para muito além da expressão artística. Dentro da periferia, a gente trabalha na promoção da igualdade mesmo, na reparação e na inclusão social. A gente dialoga com educação, direitos humanos, Secretaria de Promoção da Igualdade Racional e direito para as mulheres. Então, a gente está intersecretariamente atuando, trabalhando e fazendo acontecer, mas não há uma compreensão ainda do Poder Público da Cultura Hip hop e das necessidades que a gente tem, que são muito específicas.

Podemos destinar esse um milhão, que é o mínimo que a Secretaria de Cultura pode fazer já para a semana do Hip hop, para que a gente consiga ter uma semana democrática e ainda mais capilar e representativa do que foi a deste ano. A gente sabe que foi dez vezes mais do que a gente teve em todos os outros anos, mas há dez anos o fórum municipal vem nessa luta, para que esta semana, de fato, seja um mês e aconteça em todas as regiões de São Paulo e faça jus ao que é a cultura Hip hop. É o que ela já faz de transformação dentro das quebradas; e a gente ainda não consegue avançar. Estamos aqui de novo discutindo e pedindo um milhão, para fazer uma semana, um mês do Hip hop acontecer. A Virada Cultural, com oito milhões, não consegue, de forma alguma, atingir o que a gente faz neste mês aqui, na Cidade, e nem se compara com muito menos.

O vocacional do Hip hop não deveria nem ser discutido. Se a gente está falando em

inclusão social e em direito nas periferias, não dá para entenderem, nas escolas periféricas, quando a gente vai lá e impõe para esse jovem e para essa criança linguagens que não são linguagens que dialogam diretamente com eles. Eles estão lá vivendo a cultura da quebrada; e aí a gente vai e oferecer nos vocacionais não dialoga com a realidade deles e o Hip hop está lá todos os dias. Há aquela liderança lá voluntariamente sempre, todo dia na lida com esses jovens.

Então, a gente pede, de fato, uma atenção a tudo isso.

Sem mais, estamos juntos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Sandro Borelli, da Cooperativa Paulista de Dança.

O SR. SANDRO BORELLI – Boa tarde a todos os presentes aqui e da mesa. Eu queria lembrar e ressaltar que o nosso Prefeito Fernando Haddad vem sinalizando há dois anos que iria terminar a sua gestão com 2% para a Cultura. Por várias vezes, S.Exa. disse nos encontros. O Sr. Juca Ferreira, nosso antigo Secretário de Cultura, ressaltou isso várias vezes. O Vereador Nabil Bonduki sabe muito bem disso. Eu queria dizer inclusive que esses 2% para a Cultura, na verdade, é um estigma que a gente carrega. Eu entendo que a cultura, a arte e a cultura é questão de Estado. Quanto à arte e à cultura, o orçamento deveria ser dividido entre Educação, Cultura e Saúde, simplesmente isso. É inadmissível 0,8 ou mesmo 2%. Se a Educação tem 10%, não sei; a Cultura deveria ter 10% também. É questão de Estado. Outra coisa, se investissem em cultura e arte, deixariam de gastar dinheiro com Polícia, com segurança. Isso é nítido. Então, eu espero que a Casa entenda, de uma vez por todas, isso; e que a cidade de São Paulo seja, mais uma vez, pioneira nessa ação pública e que, de uma vez por todas, traga um novo olhar para a cultura. Está certo?

A gente vem aqui, fala, fala, fala, mas está sempre com o mesmo problema que é o orçamento. Não tem jeito. Projetos de lei como esse, de fomento à periferia, que a Cooperativa Paulista de Dança apoia totalmente, está junto pela aprovação, mas mesmo assim ainda é

muito pouco pelo tamanho da diversidade de São Paulo, porque todas as danças do Brasil estão aqui, assim como de todo mundo. Vários povos estão aqui, a diversidade é absurda. Esta Casa deve estar atenta a isso e, de uma vez por todas, mudar o paradigma.

Preciso dizer também que há um projeto de lei tramitando na Casa, o PL 010/2015, Projeto de Lei Humberto Silva, que nada mais é do que a circulação interestadual e internacional da dança de São Paulo. Esse projeto já está na terceira comissão, agora na Comissão de Educação e Cultura, possivelmente logo virá para a Comissão de Finanças. É importante que vocês fiquem cientes disso, pois é um projeto que a Cooperativa também ajudou a construir, para a dança da Cidade.

O Marcos, do Movimento A Dança Se Move, mencionou a questão do Centro de Referência da Dança de São Paulo, um espaço sediado embaixo do Viaduto do Chá.

A dança surgiu em São Paulo oficialmente em 1940, foi o marco zero da dança.

A Cooperativa, juntamente com a Secretaria Municipal da Cultura, está tocando aquele espaço e, hoje, cerca de 64 grupos ensaiam nas dependências. Fizemos um levantamento e constatamos que são da periferia 95% dos grupos que lá estão sediados.

O Marcos também mencionou sobre as várias aulas e espetáculos. Nós conseguimos construir um teatro lá embaixo, que é o Teatro da Dança, pouca gente sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Para conclusão, por favor.

O SR. SANDRO BORELLI – Peço o apoio da Casa na questão do orçamento e vou ressaltar que a Cooperativa Paulista de Dança apoia totalmente a criação dessa nova lei de fomento à periferia.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem.

Tem a palavra o Sr. Luan.

O SR. LUAN - Boa tarde, companheiros da periferia. A gente está de parabéns. É

isso mesmo, o que estamos defendendo é a reparação, estamos falando de cerca de 10 milhões de habitantes que moram na periferia e que não são contemplados nas políticas públicas deste Município.

Pedimos também 2% e a descentralização do orçamento da cultura. Como eu já havia dito ao Secretário Nabil, em reunião na Secretaria, existe o circuito de cultura da periferia e o da Cidade, mas a Cidade ainda não anexou o circuito de cultura da periferia nas suas programações, para contratar os grupos.

A lei, como já havia dito é obvio. Estamos de parabéns, a Casa sabe que vamos voltar para causar aqui.

Enquanto essa lei não for aprovada, nós vamos dar problema para vocês então recomendo apoiar e para vocês olharem que estamos fazendo uma coisa que era serviço de vocês, uma lei de reparação social que era serviço de vocês, e a gente teve a audácia de escrever, fazer o trabalho de vocês, porque vocês recebem para isso. Escrevemos coisas que vocês não fizeram e agora o mínimo que vocês têm de fazer é aprovar essa lei, é dar Orçamento para essa lei.

Em relação ao Theatro Municipal, que é o exemplo de desigualdade social na área da Cultura, a gente deve ter acesso a esse Theatro, a gente deve construir esse Theatro, a gente deve se apresentar nesse Theatro, devemos ter parte no Orçamento desse Theatro, que não deve ser administrado por uma fundação. Aqui tem 10 milhões, o Theatro Municipal não atende 10 milhões de habitantes. A gente que mora na periferia atende 10 milhões de habitantes. Firmeza: é hip hop. Está de parabéns o pessoal do movimento do hip hop, o hip hop mudou a periferia. O pessoal do hip hop está de parabéns, acho que até mais do que vocacional, tem de contemplar o hip hop, que faz parto desse movimento da periferia, inclusive, deve ter uma lei de fomento e em específico ao hip hop, eu defendo isso. Parabéns, estamos juntos na luta e já é.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Foram 28 manifestações e quero

agradecer cada uma delas, pois contribuem bastante para o debate e passo a palavra ao Secretário Nabil para as suas ponderações. Fiz uma anotação sistematizada de cada uma das demandas para levar ao nosso relator, mas há só uma questão que me parece fundamental e eu quero pedir para a Queila que nos trouxe o projeto de lei, que é datado de julho, ele já é o PL 426 de 2015.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – É o PL 624 e, portanto, já tem tramitação regular na Casa e deve ter sido publicado nos últimos 20 ou 25 dias porque a gente está próximo. Portanto, tem o início de tramitação dele nessa terça-feira possivelmente com a leitura e publicação no *Diário Oficial*. Vocês devem ter só o número, mas ainda não a publicação. Tem a palavra ao Secretário Nabil para as suas ponderações.

O SR. NABIL BONDUKI – Primeiramente, quero agradecer as contribuições de vocês, foram muitas falas, muitas falas importantes e eu compartilho em quase tudo o que foi falado aqui. Nós, de fato, temos uma situação de desigualdade na Cidade. Isso é obvio e foi constituído historicamente. Eu acredito que vamos levar muito tempo para conseguir fazer uma reversão, mas temos de começar fazendo.

Quero dizer que vocês não vão encontrar outro momento uma equipe na Secretaria de Cultura que esteja mais afinada com esse pensamento do que a de hoje. Pode encontrar igual, mas mais não. Vocês sabem que fui autor da lei do Vai, a primeira lei que chegou à Periferia. A Maria do Rosário, que é Secretária Adjunta, durante 10 anos trabalhou para viabilizar o Vai e garantir que ele não desaparecesse num período que o Governo, inclusive, no passado não tinha interesse que acontecesse. Nós avançamos muito nesse sentido, desde 2013, na Administração do Haddad, houve, não acho que nós avançamos tanto quanto deveríamos, mas avançamos bastante, com dificuldades, por exemplo, trazer as casas de cultura de volta para a Secretaria de Cultura e isso começou esse ano. Foi uma batalha do Juca, batalha de vocês, que foi acolhida pela Administração, mas dentro da Administração nem

tudo é muito fácil.

A mesma coisa é a gestão compartilhada dos CEUs, que também foi uma dificuldade e que nesse ano, embora a programação dos CEUs e da Casa de Cultura foi muito aquém do que a gente gostaria, mas começou a acontecer e temos, inclusive, vários grupos locais se apresentando. Pela primeira vez nós tivemos grupos locais se apresentando na Virada, que foi nesses últimos dois ou três anos. Esse ano muito reforçado. Quero dizer que estamos num momento que é um momento que a periferia tem sido olhada, não estou dizendo que tem sido revertido um processo, porque esse processo leva muito tempo até porque a realidade que temos hoje na Cidade é que tenho, vou falar só em termos de cargos, tenho metade dos cargos da Secretaria em dois equipamentos municipais e não é o Theatro Municipal, são dois equipamentos que estão no Centro porque historicamente se constituiu assim. Enquanto eu tenho um coordenador, um cargo em cada Casa de Cultura e se eu quiser criar uma nova Casa de Cultura eu não tenho nenhum cargo nem para ter um coordenador, eu tenho dezenas de cargos em alguns equipamentos mais antigos que historicamente se constituíram assim. Temos um histórico que para poder fazer essa reversão vai levar tempo e nós vamos precisar trabalhar bastante nesse sentido.

Eu quero dizer para vocês que estamos trabalhando na perspectiva de viabilizar o programa, de viabilizar as condições orçamentárias e para isso vamos precisar da ajuda da Câmara na questão orçamentária. Eu diria que, se a Câmara conseguir melhorar um pouco o Orçamento da Cultura, nós temos condição de transferir alguns recursos de alguns outros programas, mas não são muitos porque tem muito programa que está amarrado em recursos. Eu não vou reduzir os fomentos que já existem, não vou reduzir o vale, não posso fazer isso. Vou ter que mexer em outras dotações para poder colocar um recurso adicional num programa voltado para a periferia, mas, ao mesmo tempo, acho que a Câmara vai precisar nos ajudar e os Vereadores para poder ampliar um pouco esse Orçamento para que a gente possa acolher as questões que estão sendo levantadas aqui. Eu quero dizer o seguinte: não basta a gente só

ter um Orçamento aprovado na Câmara.

Fábio, desculpe-me você é uma pessoa que já foi uma pessoa do Conselho de Orçamento Participativo. Você sabe que uma coisa é o que é aprovado na Câmara, outra coisa é o que é contingenciado. Não é porque eu não quis aplicar em requalificação de equipamentos ou não quis aplicar em novos pontos de Cultura. Porque essas dotações foram congeladas, contingenciadas, então, nós trabalhamos no início do ano com o Orçamento que é igual ao do ano passado, melhorou um pouquinho, mas mesmo assim nós conseguimos e se eu mostrar para vocês, aliás, eu mostrei aqueles gráficos no início, muita gente não estava aqui, o crescimento de projetos foi excepcional porque através de buscar melhoria no processo de gestão, de utilização dos recursos, nós conseguimos ampliar bastante e não tinha nenhum recurso para o circo. Estamos fazendo edital para o circo, não tinha recurso para V e Ventania, fizemos o edital, não tinham recursos para fazer as oficinas nas casas de cultura e fizemos, está finalizando.

Em suma, não vou me estender, mas de qualquer maneira, se não há dotações zeradas, que não foram executadas, é porque não tinham recursos para executar. Vamos executar de 98% a 100% esse ano, do que tiver disponibilizado. O que eu queria falar para vocês em relação ao hip hop, eu me comprometi já com o movimento hip hop a criar a casa de Cultura do Hip Hop no Centro. Essa foi a primeira reivindicação, a primeira prioridade e vamos fazer um planejamento para pensar as outras quatro casas de hip hop. O valor eu vou ter de discutir qual é para ver qual são as atividades e como é que isso se organiza está certo, qual vai ser o valor, teremos de discutir para ver quais são as atividades, como isso se organiza e qual será o valor destinado, mas dizer que não estamos democratizando o Theatro Municipal... Depois o Herencia vai poder falar. É importante dizer que o Centro de Referência da Dança, que o Marcos falou, está no espaço que era do Theatro Municipal.

- Manifestação na galeria.

O SR. NABIL BONDUKI – Não, que Belas Artes. Não tem nada a ver com Belas

Artes. É o Centro de Referência da Dança, que fica localizado embaixo do viaduto.

A Casa do *Hip Hop*, do Centro, vai ocupar o espaço do Museu do Theatro Municipal. Isso significa que não é por se tratar historicamente de uma área do Theatro Municipal que não possa ser utilizada por uma manifestação cultural, que nasceu na periferia, mas que tem no Centro uma grande expressão.

Já estamos com esse projeto engatilhado. Precisamos discutir o modelo de gestão para poder implantar a Casa do *Hip Hop* no Centro e as demais terão de discutir também de maneira cruzada com a criação das novas casas de cultura, que é uma reivindicação também. Em várias regiões, já identificamos seis novas Casas de Cultura. Vamos precisar de Orçamento.

Como falei, batalhamos emendas federais para poder construir e viabilizar essas Casas de Cultura. Vamos ter de cruzar para ver onde se poderiam aproveitar imóveis, inclusive estamos realizando um levantamento de todos os imóveis ociosos da Prefeitura. Porque há espaços ociosos, como falei, onde já existem ocupações culturais, por exemplo, o Sacolão das Artes, a Casa da Vila Maria e vários outros espaços da Cohab ou outros que estão ocupados por coletivos culturais. Queremos regularizar esses espaços e que outros ociosos do Município possam ser destinados, por exemplo, para abrir casas de *hip hop*. Temos de fazer esse trabalho conjunto, quer dizer, identificar esses imóveis ociosos, que já pertencem à Prefeitura, e garantir uma condição de viabilizar a implantação dessas casas.

Mas concordo totalmente com vocês. Em minha opinião, o *hip hop* é uma cultura transversal, que atravessa as várias linguagens, mas temos de trabalhar de maneira geral, mais transversal, ou seja, de fazer o diálogo de maneira ampla. Então, por exemplo, se falou aqui sobre a decoração desta sala, acho importante essa referência. De fato, a nossa cultura tradicional valoriza os dominantes. Tenho um projeto de resolução, que nunca foi aprovado, para retirar uma inscrição que há no térreo que exalta os bandeirantes que caçavam ouro, esmeraldas e índios. Essa era a visão do colonizador, que tratava esmeralda, índio ou ouro da

mesma maneira. No meu ponto de vista, temos de apagar essas inscrições de caráter racista e amplamente discriminatório. (Palmas)

Por isso temos de trabalhar na perspectiva de resgatarmos, por exemplo, no patrimônio histórico, não apenas a cultura dos dominantes, mas também a dos dominados e valorizá-las. É nesse sentido que trabalhamos para criar, no Jabaquara, um centro voltado à cultura afrodescendente, que já tem essa origem e essa tradição, apenas não está trabalhada dessa maneira. Há uma biblioteca, uma casa histórica, mas não tem essa conotação, que será dada para esse centro cultural.

Há um resgate importante para fazermos. Em relação à questão do patrimônio, por exemplo, deveríamos abrir um diálogo - e o pessoal do *hip hop* está muito presente aqui – para podermos registrar como patrimônio imaterial o *hip hop*, assim como o samba e o Juca tomou essa iniciativa. O samba foi registrado como patrimônio imaterial e o *hip hop* também precisa ser, no sentido de, certa forma, colocarmos essa manifestação cultural no espaço que ela merece dentro da Cidade. Então, tem um programa, Pirata, que temos de desenvolver, que é transversal, que atravessa o patrimônio, que atravessa a questão da nossa programação cultural. A ideia nossa é que a Virada fique cada vez mais diluída, que possamos ter programação cultural na Cidade inteira o ano todo. Estamos caminhando nesse sentido.

Mas, tendo eventos de rua importantes, porque a Virada é uma festa para a Cidade, tem a presença, como tivemos esse ano do *hip hop*. Houve um palco somente de *hip hop* no Anhangabaú; um palco somente com artistas da periferia, houve um conjunto de ações no sentido de dialogar com essas questões.

Queria falar sobre uma questão importante: os 2% do Orçamento. Levei ao Sr. Prefeito a reivindicação dos 2% para a cultura. O Sr. Prefeito disse que iria tentar viabilizar isso, pediu para a Secretaria de Finanças estudar a viabilidade de se chegar nos 2% do Orçamento para a cultura. A Secretaria de Finanças veio com uma conta, que está no demonstrativo, inclusive, no Orçamento, em que somam todas as dotações que estão na função cultura.

Temos dotações na função cultura em várias Secretarias. Podemos debater isso depois e discutir a questão. Por exemplo, viemos agora há pouco de uma discussão com a Secretaria de Governo. Na Secretaria de Governo existem dotações importantes, que são função cultura, por exemplo, o Carnaval.

O Carnaval, que acontece no Anhembi, e tem uma subvenção da Prefeitura é considerado função cultura. Têm várias outras dotações que vêm com essa dotação de função cultura. A Secretaria de Finanças alegou que já tínhamos 2% de cultura. Colocou, por exemplo, na função cultura, os inativos da Secretaria de Cultura. O que são os inativos? Os aposentados, que eram funcionários da Secretaria da Cultura.

Assim como é feito no cálculo da educação. Vocês sabem que quando se chega, no mínimo, nos 31%, que está na Lei Orgânica e agora com o Plano Municipal, 33% da educação, os inativos de educação entram na conta. Porque, na verdade, quando se tem um Orçamento de 100%, ele é gasto de diferentes maneiras e é pago. O Governo é obrigado a pagar os inativos das várias áreas.

Na Secretaria ficamos muito chateados com essa interpretação que foi dada. Mas, de qualquer maneira essa interpretação existe na Secretaria de Cultura, o que significa que talvez devêssemos discutir, pois temos de ter mais do que 2% desse ponto de vista. Os 2% têm de ser para aquilo que é função cultura, que hoje é gerido e administrado pela Secretaria. De qualquer maneira, essa é uma questão que tem de ser considerada, porque várias pessoas aqui levantaram a questão dos 2%.

Na verdade, a dotação que nós deveríamos estar no Orçamento, de 513 milhões e mais algumas outras, que não estão, mas fazem parte da política de cultura, chegaremos em algo em torno de 1,6 de Orçamento para a cultura *stricto sensus*. É esse o quadro que temos.

Queria, somente antes de terminar - para não me estender demais, mas está ligado a isso que falei agora há pouco -, dizer que circuito e Virada Cultural em todos os CEUs, que foi levantado aqui, acho importante essa descentralização. Tudo o que é feito nos CEUs sai de

uma dotação que existe na Secretaria da Educação. Acho que na quarta-feira haverá uma audiência pública?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Quinta-feira, às 8 horas.

O SR. NABIL BONDUKI - Quinta-feira, às 8 horas haverá a audiência pública da educação. Embora tenhamos uma gestão compartilhada do setor de cultura dos CEUs, o Orçamento que é utilizado para a programação cultural do CEU vem da Secretaria da Educação e é transferida para a Secretaria da Cultura para que faça a programação.

Então, o que está previsto para o ano que vem são, se não me engano, 9,5 milhões, algo assim, da Secretaria de Cultura, que são as atividades culturais nos CEUs.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Nabil, para as suas conclusões, por favor, para a gente poder caminhar.

O SR. NABIL BONDUKI – É importante, na audiência pública da Educação, discutir a possibilidade de ampliação do orçamento da pró-ação(?) cultural na Educação, para que a gente possa ter uma aprovação mais ampla, nos CEUs, como um todo.

Outra coisa que eu quero destacar é que não houve redução do vocacional. O vocacional nunca teve uma dotação... Nunca nós tivemos uma dotação, no vocacional, tão grande como neste ano. Para o ano que vem, vamos incluir o vocacional no Hip hop, porque eu acho que é fundamental. Vai dentro daquilo que eu falei antes, que é uma transversalidade em relação a isso.

Eu quero finalizar aqui dizendo em relação às questões que foram colocadas...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – O edital do vocacional deve estar para sair neste ano.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – Está previsto para amanhã, mas nós já vamos fazer esse acréscimo.

O que vai sair amanhã é o edital. (Palmas)

- Manifestações fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – O recurso é outra questão. A questão é poder contratar artistas educadores de Hip hop, junto com os demais artistas. Essa é a reivindicação de vocês. É importante que a gente possa garantir.

Há muitas coisas. Por que o fomento à periferia não está no orçamento? Porque esse orçamento, em primeiro lugar, foi discutido em agosto e setembro, e foi, a partir daí, que começou o diálogo de vocês com a gente. Foi, nesse momento, que começou esse diálogo. Em segundo lugar, a Secretaria de Finanças colocou-nos a seguinte régua: “O orçamento deste ano tinha que ser igual ao do ano passado, com exceção de um acréscimo que houve em pontos de cultura, por conta de cumprir a meta que está prevista no ponto de cultura”. Então, em decorrência disso, nós não tínhamos margem orçamentária. Então, o que eu estou propondo aqui é um acréscimo; a gente conseguir aqui um acréscimo de orçamento na Cultura, de uma parte desses vinte milhões, e a gente remanejar internamente, para que outra parte dos 20 milhões componha o fundo, para poder implementar esse programa.

Agora quanto ao detalhamento do programa, nós vamos ter que discutir ainda, como já estamos discutindo. Já há um grupo de trabalho, para poder chegar num desenho mais adequado à questão de execução.

Eu quero finalizar que está ali, em cima de mesa, a primeira versão do manual de emendas. Vou entregar esse documento ao Vereador José Police Neto. Nós entendemos que os Vereadores ajudar muito. Os Vereadores têm um recurso também que pode ser alocado nas secretarias e em programas específicos. Então, para isso ficar melhor organizado e não ficar em cima da hora, nós precisamos deixar o documento com a Secretaria Municipal das Finanças e Desenvolvimento Econômico. Esse aqui ainda é uma versão preliminar, mas depois a gente encaminha... A gente vai por na internet. São os vários programas da secretaria, onde podem ser aportados recursos das emendas parlamentares. Isso pode garantir e gerar uma melhoria no orçamento, atendendo mais ainda às reivindicações que estão colocadas.

Vou pedir para se faça um detalhamento e uma explicação de alguns programas. Os nossos companheiros, tanto da SPCine, como da Fundação Theatro Municipal, têm se empenhado, no sentido de ter esse olhar também da periferia. Têm discutido isso.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – Por exemplo, o evento do Dia do Circo, dia 10 de dezembro, vocês sabem onde vai acontecer? (Pausa) No Theatro Municipal, porque nós defendemos que acontecesse lá, e, às vezes, inclusive contrariando algumas outras visões sobre o que tem que acontecer no Theatro Municipal. Nós fizemos, no Theatro Municipal, muitas apresentações que não são de música erudita ou lírica apenas. Estou dizendo que há um esforço no sentido de democratizar a utilização do Teatro Municipal para várias linguagens. O José Luiz tem sido um batalhador nisso em várias situações.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – Vamos discutir isso depois, vamos apresentar o orçamento discriminado do Teatro Municipal, e vocês vão ver que para a programação artística dele existem menos recursos do que vocês estão pedindo para a programação artística para o fomento na periferia.

Agora, desculpe-me, você que é do Cicas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI - Eu o ouvi e não dei as costas, tá. Peço que você tenha um pouquinho de dignidade porque não estou aqui contra você, mas a favor. Então, me desculpe.

Estou dizendo a vocês que recursos a programação cultural para o Teatro Municipal é menor do que os 20 milhões que estamos pedindo para o fomento da periferia. Agora, existem despesas fixas do Teatro Municipal, os corpos estáveis, manutenção, escolas, porque tem que ser apresentada e democratizada mais ainda, porque atende gente de toda a cidade.

Então, se alguém não quer ouvir, fica difícil termos um diálogo democrático, que é o que estamos propondo.

Gostaria que vocês ouvissem para que possamos ter um bom avanço nessa discussão. Não é no berro. Não é dessa maneira. É a gente dialogando, entendendo a situação.

Se falei que vamos fazer a Casa do Hip Hop, onde era o Museu do Teatro Municipal, é porque tem alguma coisa nova acontecendo.

Vamos dar atenção àquilo que vem sendo pensado e proposto por parte da Secretaria.

Obrigado, gente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem.

Nabil, eu preciso anunciar que desde às 13h, o Secretário do Trabalho espera a conclusão da nossa audiência para poder iniciar o seu trabalho. Então, agradeço muito o Sr. Artur que está ali acompanhando esse debate, mas quero passar duas questões que me parecem fundamentais.

Nós fomos questionados porque fazemos audiência pública nesse horário e aqui na Câmara.

O nosso desejo era conseguir fazer na periferia, como a gente tem feito a Câmara nos Bairros, mas tem sido difícil trazer alguns Secretários aqui na Câmara em horário comercial, portanto, das 8 da manhã às 18h. Imagine o que é levar Secretário na periferia – não estou falando do Nabil -, mas imaginem o que é tentar reunir.

Então, é um esforço que a Comissão está fazendo e aqui todos os Srs. Vereadores se sucedendo no diálogo com vocês é para conseguir reunir o maior volume de informações.

Hoje, tínhamos a expectativa de termos o Secretário de Educação. E combinamos Educação e Cultura no mesmo dia, porque sabíamos que as duas pautas têm uma sincronia, absolutamente, necessária. Em especial, na utilização dos seus equipamentos e do que eles

chamam de BEC, Bloco de Esporte e Cultura, e a cultura é muito utilizada por aqueles que estão aqui e deve ser mais, mas não conseguimos.

Teríamos, hoje, um debate de Educação e Cultura juntas, mas não tivemos a presença do Sr. Secretário Chalita – quero pedir desculpas a vocês. S.Exa. confirmou a presença hoje para quinta-feira da semana que vem, às 8h, oportunidade que teremos para ampliar esse diálogo que o Nabil nos propôs da utilização do circuito cultural com o financiamento da Educação, com as verbas que já vêm financiando parte dessa intervenção.

Então, quero concluir, neste momento, Secretário Nabil, peço que o pessoal que o acompanha continue conosco, mas preciso chamar à Mesa o Secretário Artur, a equipe da Secretaria do Trabalho. Muito que o Artur vai nos trazer também tem uma interface com a Secretaria. É um esforço que a Secretaria do Trabalho vem realizando.

Fica claro que temos aqui uma demanda apresentada que, se somada, dá mais de 100 milhões de reais, e ela foi explicitada naqueles microfones, cada um da sua forma, com documentos entregues – então, a Câmara recebeu documentos de vocês, os quais alguns têm início em 2013, como foi o documento apresentado pelo Fomento à Periferia, portanto, não é algo que se materializa hoje, mas que começou ontem, que vem num debate de 2013, 2014, sem dizer do debate, que foi realizado antes, mas não foi aqui contado.

Quero agradecer muito a presença do Secretário Nabil, mas preciso dar abertura ao debate da Secretaria do Trabalho que também tem uma importância fundamental no sincronismo que ele realiza com diversas dimensões aqui tratadas. Obrigado, Secretário Nabil.

O SR. NABIL BONDUKI – Eu vou ter que sair agora, vou deixar com eles, mas a Sra. Maria do Rosário, Secretária-Adjunta, fica aqui até o final da audiência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vou iniciar a audiência com o Secretário Artur, do Trabalho. A lógica, Secretário, não sei se no ano passado o senhor teve a possibilidade de dialogar com a gente, é uma abertura não superior a dez minutos da explicitação do orçamento. Se o senhor trouxe material de audiovisual pode usar esse suporte,

pode ter todos os assessores que assim forem necessários acompanhando aqui. Sei que o senhor trouxe a Fundação Municipal de Educação Técnica e Tecnológica, que também pode partilhar a mesa consigo. A ideia é que a apresentação seja da Secretaria como um todo e que imediatamente depois dela a gente possa fazer os questionamentos necessários.

Vou passar a presidência ao Vereador Paulo Fiorilo porque preciso dar uma saída de alguns minutos e volto para que a gente possa fazer a nossa atividade prosseguir.

Agradeço a Maria do Rosário, que vai continuar com a gente, assim como agradeço os técnicos da secretaria que vão continuar nos acompanhando.

Tem a palavra o Secretário Artur.

- Assume a presidência o Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS – Vereadores José Police Neto e Paulo Fiorilo, eu queria agradecer, em primeiro lugar, a possibilidade da gente poder ter trocado na semana anterior esta audiência para hoje devido a algumas manifestações e propostas que estamos realizando na cidade de São Paulo, em especial a preparação da Segunda Semana de Emprego, Trabalho e Renda, que acontece no Vale do Anhangabaú, pela qual, inclusive, de antemão convido a todos os presentes a conhecerem as várias atividades que estão ali sendo desenvolvidas.

Em relação ao orçamento 2016, muito rapidamente, mas falando da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, Segurança Alimentar e Nutricional e como vinculada à Secretaria também a Fundação Fundatec, na qual o Diogo que é nosso diretor geral está aqui à disposição para fazer a apresentação.

Muito rapidamente, só fazer um comparativo com a situação do orçamento deste ano. A apresentação do orçamento em todas as fontes, mas eu queria me deter no orçamento da fonte 00, na qual tivemos o orçamento de 2015 aprovado de 116 milhões e esse orçamento inicial foi congelado em 22%. Portanto, nós tivemos para este ano de 2019, 90 milhões de total a executar. Já empenhamos 87% desse total até o presente momento. Liquidamos 55 milhões

e, portanto, temos um saldo a liquidar até o final do ano, mas com uma execução orçamentária bastante significativa.

Um balanço também muito rápido das metas. Nós tínhamos como meta a garantia de cem mil vagas do Pronatec, temos 54.101 vagas do Pronatec e a Fundatec vai aqui falar um pouco mais sobre essa questão, tendo em vista a redução de recursos e repasses do Governo Federal em relação ao recurso do Pronatec, nós estamos ainda conseguindo manter um programa com um número mais baixo, mas ainda a possibilidade de atendimento a várias dessas propostas.

Em relação à formalização, que é a meta 6, de aproximadamente 22.500 empreendedores, nós já estamos com quase 72% da meta concluída, com 16.153 microempreendedores formalizados de janeiro de 2013 até este momento. A próxima meta é de segurança alimentar e nutricional. Uma meta que, ao verificar, é de 25% porque temos 400 de referência em segurança alimentar e nutricional. Já implantamos e está em funcionamento o primeiro deles, o Centro de Referência da Vila Maria, mas ainda para 2015, há o Cresan do Butantã, que está em fase de definição para fechamento da data de inauguração desse segundo Cresan; e já em fase de elaboração há projeto para o M'BOI Mirim na zona Leste, para 2016. Portanto, uma meta que temos certeza de que vamos cumprir.

A meta 77 – Criar e efetivar a Agência São Paulo Desenvolvimento também já foi 100% concluída. Efetivamos o Programa VAI TEC, efetivamos a Agência São Paulo de Desenvolvimento nas 32 subprefeituras.

Por último, a meta 81 que, ainda em agosto, estava com 90%, mas já cumprimos a meta de 100% da implantação do Programa VAI TEC – Programa de Inovação de Iniciativas Tecnológicas, e já lançamos a segunda edição para 2016.

Em relação à meta da criação do Parque Tecnológico, já realizamos e concluímos estudos de viabilidade econômica e o projeto arquitetônico. Estamos agora na garantia dos 200 mil m² para a implantação do projeto.

Por fim, do ponto de vista da previsão orçamentária, estamos falando para 2016 da fonte 00, 107 milhões; fonte 02, 47 milhões; e com todas essas cinco grandes áreas de atuação para 2016. A primeira delas, a própria gestão da unidade da administração; a segunda, é a Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional, com 883 feiras; o Pátio do Pari; os Cresans e a agricultura urbana, com implantação de 100 hortas urbanas; a Coordenação do Desenvolvimento Econômico e toda área de estratégia, de fomento das cadeias produtivas locais, inclusão produtiva, incentivo à economia popular solidária, formalização dos MEIs; a Coordenadoria do Trabalho, com serviço de atendimento aos CAPs – Centros de Apoio ao Trabalho; a qualificação social; o POT – Programa Operação-Trabalho; e o Programa Bolsa-Trabalho. E a Agência São Paulo de Desenvolvimento com microcrédito e legislação de apoio à micro e pequenas empresas. Lembrando que aprovamos, este ano, decreto de compras públicas para micro e pequenas empresas, microempreendedor individual e para as cooperativas, e lançamos o VAI TEC, em segunda edição. Está para sair o decreto de empreendimentos da economia solidária.

Com isso formatamos um arcabouço legal de modelo de desenvolvimento para a cidade São Paulo utilizando as compras públicas como fomento, como investimento social para o conjunto de ações que temos realizado na Prefeitura através da Secretaria do Trabalho.

Se possível, queria - meu nobre amigo Vereador Paulo Fiorilo, permita-me que o nosso colega Diogo, da Fundatec, que o nosso Diretor Geral pudesse falar sobre a Fundatec e ficaremos depois à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Combinado. Tem a palavra o Diogo, por até cinco minutos.

O SR. DIOGO TSUKUMO – Acho que não vou usar os cinco minutos. Obrigado, Artur; obrigado Vereadores. Queria que a secretaria da Comissão projetasse a minha apresentação.

Brevemente, antes das questões orçamentárias da Fundação, farei uma rápida

apresentação do que é a Fundação, pois ela não é muito conhecida nesta Casa e na cidade de São Paulo, e achamos necessário explicar o que é a Fundação, como se organiza e se estrutura para falarmos depois do orçamento.

A Fundação Paulistana de Tecnologia e Cultura foi criada em 2004 e passou dez anos, praticamente. O projeto de lei que criou a Fundação previa que, em dois anos, o Executivo encaminharia outro projeto de lei a esta Casa que estruturaria, de fato, a Fundação. Após 2004 passaram dez anos para que o projeto de lei fosse realmente elaborado, e somente na atual Gestão, em 2013, o projeto foi encaminhado a esta Casa, e, em 2014, foi aprovado. No início deste ano, 2015, o projeto foi sancionado pelo Prefeito.

A Fundação tem como grande missão pensar o ensino profissionalizante, técnico, na cidade de São Paulo. Ela trabalha com Educação, com Trabalho e com Cultura. Recentemente, este ano, se não me engano em março, com a reorganização administrativa da Secretaria de Planejamento da cidade, onde a Fundação era vinculada, nesse movimento, a Fundação foi transferida para a Secretaria do Trabalho, e é onde avaliamos que encontrou a sua devida casa.

Trabalhamos centralmente com três áreas de atuação: Cultura, Trabalho e Educação, sempre pensando na qualificação profissional, na geração de postos de trabalho e renda para os munícipes da cidade. A Fundação tem uma estrutura enxuta, compõe uma diretoria e duas coordenadorias. A Diretoria Geral inclui o gabinete e duas coordenadorias, uma de incentivo financeiro e uma de ensino, pesquisa e cultura. Vinculado à Coordenadoria de Ensino, Pesquisa e Cultura há dois equipamentos, e depois vou falar deles. Há também um Conselho Administrativo, composto por 23 membros, que delibera todas as grandes propostas da Fundação. Os dois equipamentos que administramos são: o Centro de Formação Cultural em Cidade Tiradentes e a Escola Técnica de Saúde Pública Makiguti.

O Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes é um grande equipamento, com aproximadamente 30 mil m² de terreno e 8 mil m² de área construída. Ele atende cerca de

cinco mil pessoas da periferia de São Paulo com diversas atividades, como programação cultural, há um cinema, salas de dança, teatro e uma biblioteca de direitos humanos. É complexo, é novo e com uma grande dinâmica de funcionamento. Junto com o projeto de lei que reestruturou a Fundação, esse equipamento foi incorporado à Fundação, que começou a gerir a partir de 2015.

Por fim, temos a Escola Técnica de Saúde Pública Professora Makiguti, uma escola com quatro cursos de ensino técnico na área da Saúde. Ela forma aproximadamente mil alunos por ano, e foi criada no contexto de pensar a qualificação profissional e de serem absorvidos, gerando postos de trabalho e renda pensando na estratégia de desenvolvimento territorial.

A questão orçamentária, orçamento da Fundação se divide em dois grandes pontos. Um ponto compõe a primeira estrutura, a administrativa; e o segundo compõe a administração dessas duas unidades. Falo de um orçamento que tem em torno de 2,5 milhões de reais nas suas unidades; e em torno de 18 milhões de reais em suas unidades de manutenção. Grande parte é despesa corrente, contratos de vigilância, limpeza, manutenção predial e a folha de pagamento dos funcionários. Como o Nabil na fala anterior disse da régua passada pela Secretaria de Finanças para elaborarmos nossa proposta orçamentária, que está tramitando na Casa, era trabalhar sem crescimento orçamentário. Assim não tivemos muita capacidade de pensar em novos programas, novas ações, na construção de novas unidades devido à realidade financeira da Prefeitura, como um todo.

Basicamente era isso que eu tinha a relatar sobre o orçamento da Fundação.

Estamos à disposição para os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Diogo. Informo que estão abertas as inscrições aos que quiserem usar a palavra, por até três minutos.

Secretário, o senhor pode discorrer sobre os programas apontados para 2015, e em 2016 há uma preocupação de que a Secretaria do senhor tenha programas que podem ser ampliados, principalmente quando pensamos na questão do emprego. Talvez, se o senhor

pudesse falar um pouco no que a Secretaria está pensando; e se o orçamento aqui apresentado é suficiente para darmos conta de demanda tão importante para o próximo período.

O SR. ARTUR HENRIQUE – Vereador, a pergunta vem, com certeza, em excelente momento porque temos instrumentos e condições de estabelecer um programa bastante robusto para a cidade de São Paulo, ao longo do ano de 2016, mas não com os valores que estão colocados no orçamento, ou seja, trabalhamos com aquela régua, como já foi falado, do ponto de vista de programas e projetos cumprindo um orçamento para 2016, tomando como base o de 2015, é apenas um crescimento vegetativo.

Temos a possibilidade real de um conjunto bastante grande de intervenções e projetos novos, utilizando os instrumentos já existentes como, por exemplo, o Programa Bolsa-Trabalho, o Programa Operação-Trabalho, ampliá-los de forma bastante consistente para toda a cidade, e evidentemente o limite é orçamentário. Se houver condições de termos mais recursos, essas duas ferramentas junto com a Fundatec, juntando Educação e o Trabalho, podemos trabalhar com programas bem mais robustos para 2016.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Nessa linha, qual seria a perspectiva de recursos para dar conta, o senhor tem como mensurar?

O SR. ARTUR HENRIQUE – Tenho. Para te dar uma ideia, estamos falando do Programa Bolsa-Trabalho ou do Programa Operação-Trabalho, que tem subsídio de se manter seja estudantes na escola, seja trabalhador que está no programa ou no Economia Solidária ou nas cooperativas, seja nos programas de inclusão social pelo trabalho, o valor seria de aproximadamente um salário mínimo. Se somar ao transporte e alimentação, vamos arredondar para algo em torno de mil reais por pessoa, por mês. Se eu tiver 50 mil pessoas, preciso de 50 milhões de reais, preciso de 500, 600 milhões de reais num ano. Se eu for trabalhar com meia-bolsa, posso trabalhar com cem mil pessoas recebendo meia-bolsa. Esses números podem, a lei estabelece limite, estabelece valores, mas há certa flexibilidade, inclusive

olhando para os programas existentes. Nossa intenção, e hoje há programas envolvidos no Economia Solidária, no Bolsa-Trabalho e no Operação-Trabalho, é algo em torno de cinco mil pessoas, que é um número muito pequeno diante do tamanho da cidade de São Paulo e do desafio em relação a essa conjuntura que estamos vivenciando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Secretário, para concluir, a expectativa para o Bolsa-Trabalho se comparado com 2015, houve redução para 2016?

O SR. ARTUR HENRIQUE – Não, na verdade, parte do Bolsa-Trabalho, olhando só para ele, sim; mas há parte que foi utilizada no Programa Operação-Trabalho, que foi justamente para ampliar o programa Economia Solidária. É a retirada de orçamento de uma rubrica para passar para outra. Por exemplo, explicando na prática o que acontece: há pessoas no Bolsa-Cursinho, que estamos realizando junto à Secretaria Municipal de Direitos Humanos ou mesmo programas articulados com outras secretarias, onde se paga o Programa Operação-Trabalho ou se utiliza recursos do Bolsa-Trabalho de 2015 para Programa Operação-Trabalho no ano de 2016. O limite é sempre o orçamentário, infelizmente foi dado parâmetro, nos foi solicitado em relação ao orçamento de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Última questão da minha parte. Para a criação do Parque Tecnológico da Zona Leste havia orçamento em 2015, envolvia recursos da fonte 00, 02, 03. Qual é a expectativa para 2016?

O SR. ARTUR HENRIQUE – Qual é o problema das fontes 02 e 03, principalmente? Estamos falando de um Parque Tecnológico que, ano passado, havia um volume de recursos de outras fontes, fora a fonte 00, justamente da fonte 02 e 03. A fonte 02 é Governo Federal; e a fonte 03 é o Governo do Estado de São Paulo. Qual é o problema? Concluímos o projeto arquitetônico, concluímos o projeto do Parque Tecnológico da Zona Leste e, portanto, cumprimos a primeira etapa de implantação. No caso da fonte 02 ou 03, só consigo acessar recursos Federal e Estadual depois que o Parque Tecnológico estiver inscrito no sistema estadual de parques tecnológicos. Para estar inscrito nesse sistema precisamos

comprovar a existência de 200 mil m² da área próximo da zona Leste ou onde está colocada a proposta de implantação do parque. Estamos nessa fase. Evidente que ali há o Instituto Federal, agora há várias entidades, outros atores que acabam solicitando da Prefeitura da cidade de São Paulo espaço. Estamos na fase de conquistar a segunda fase, que é a inscrição para poder ter acesso aos recursos. Daí a importância de não ter colocado de outras fontes no orçamento para 2016, dado que temos ainda que cumprir essa etapa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Por fim, Pronatec. Qual a expectativa da Prefeitura em relação ao Pronatec diante da situação do Governo Federal?

O SR. ARTUR HENRIQUE – Acho que o Diogo pode me ajudar. Nós apresentamos ao Governo Federal demanda de 25 mil vagas de cursos do Pronatec, das mais variadas áreas, seja FIC, cursos de curta duração ou cursos de menor tempo, ou para os cursos técnicos. Em setembro, agosto, veio à avaliação do Governo Federal, dado que empurrou, ao longo do ano, a liberação de recursos para o Pronatec da ordem de cinco mil e poucas vagas. Dado que as vagas foram liberadas muito próximo do final do ano, os institutos federais e o sistema S, incluindo o Sebrae, Senai e Senac, ficaram com grande dificuldade de implantar os programas, nesse curto espaço de tempo. Não entraram como ofertantes do curso de Pronatec, e nós ainda conseguimos este ano manter algum número de vagas do curso de Pronatec graças à Fundatec, que fez um trabalho junto à Secretaria, junto ao Ministério da Educação e Cultura, de que parte dos cursos seriam ministrados ainda este ano, através da Fundatec, que é ofertante de cursos de Pronatec.

O Diogo poderia falar quais são as vagas para este ano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Por favor, Diogo.

O SR. DIOGO TSUKUMO – A gente está na expectativa, pactuamos com Ministério da Educação, 532 vagas no Pronatec na modalidade FIC; estamos falando de cursos na área da Cultura; cursos na área de Meio Ambiente, para trabalhar com catadores de materiais recicláveis e com jovens da periferia para formação cultural; e também estamos desenvolvendo

uma nova modalidade com o MEC, são cerca de duas mil vagas, é uma modalidade nova que o Pronatec está tentando estruturar, o Pronatec Aprendiz. Isso está ainda em desenho com o Governo Federal, vamos ver se pactuamos e cumprimos assim 2.500 vagas executadas diretamente pela Fundação para lançar ainda este ano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Estão inscritos e vou ver se há mais alguém para falar, se não, encerro as inscrições: Sr. Fábio, Sr. Laerte, Sra. Maria Lúcia e Sra. Camila.

Estão encerradas as inscrições. Três minutos cada um.

Fábio, diferente do Presidente anterior, você sabe que eu prezo o tempo, três minutos.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Pois não, Vereador Paulo Fiorilo. É de se lamentar que o Secretário e sua equipe não tenham respondido várias questões – o Secretário anterior Nabil Bonduki, que é Vereador desta Casa – como a do CEU das Artes e várias outras questões que ficaram sem resposta, lastimavelmente. Vamos ver se até o final desse ciclo orçamentário a gente consegue saber se vai ser implementado, e o quê, na área da cultura.

Saúdo o Secretário Artur Henrique, o Presidente Diretor da Faculdade da Cidade Tiradentes e a da Fundatec.

Quero começar a falar sobre uma questão que é muito importante nesses últimos anos: a segurança alimentar e nutricional. É com absoluta tristeza que a gente observa o Comusan mais uma vez sendo desrespeitado, pois ele não tem orçamento para 2016; o Comusan não consta da peça orçamentária, ou não possui um centavo sequer, como já aconteceu na gestão Marta Suplicy. É lamentável que ver como o Comusan primeiro apareceu na Secretaria de Subprefeitura e depois foi para a sua Secretaria. Ou seja, vão “sambando” com esse Conselho tão importante da Cidade, dedicado à segurança alimentar e nutricional, e nenhum orçamento é dado para os 12 meses de funcionamento desse conselho.

Da mesma forma, na área específica do abastecimento e segurança alimentar e nutricional – estou-me referindo à dotação 11.31 -, em 2015 foi aprovada por esta Casa a

dotação de 23 milhões e 171 mil reais. Chegamos a 31 de outubro, e zero foi o executado nessa dotação. É lamentável que em 10 meses a Cidade não executou projetos de abastecimento e segurança alimentar e nutricional. Eu queria alguém aqui do Comusan para me explicar por que se deixou que isso ocorresse, porque é lastimável que a Secretaria do Trabalho não esteja executando a verba 11.31, uma verba vultosa de 23 milhões. Além disso, para o ano que vem estão previstos somente 10,5 milhões. Então, haverá queda, sim, nos projetos de segurança alimentar e nutricional e de abastecimento.

Também quero comentar sobre o abastecimento em si. É com preocupação que vejo o abastecimento ir para a sua Secretaria. Em várias reuniões falamos sobre varejões, sacolões e mercados municipais em sérias dificuldades, inclusive de manutenção. Então, ir para sua Secretaria nos preocupa. É lamentável que não sejam seguidas as diretrizes dos governos Erundina e Marta Suplicy, democráticos populares, de se valorizar o abastecimento. É lamentável que a gestão Haddad continue a diretriz do Srs. Serra e Kassab, os quais até mesmo cancelaram a Secretaria de Abastecimento em 2005. Parece que o Sr. Haddad continua com esse viés.

Falando um pouco do trabalho, quero perguntar por que sua Secretaria não executou a dotação de incentivo à economia popular e solidária, no valor de 1,8 milhão de reais. Desse valor, não há nada executado de janeiro a outubro, assim como não há nada executado na rubrica formalização de microempreendedores individuais. O orçamento está zerado, não há um centavo sequer empenhado, o que se dirá executado.

O Programa Começar de Novo, outra importante criação da gestão Marta Suplicy, pelo Secretário Márcio Porschmann, foi esquecido pelos senhores. Existe lei em vigor, aprovada por esta Casa, para garantir esse programa, e os senhores desaparecerem com ele, mais uma vez coadunando com o Sr. Serra e o Sr. Kassab, que não gostam das pessoas acima de 40 anos, por isso negam esse programa social que visa a atender a população madura.

Termino comentando a questão do Bolsa Trabalho. É lamentável ter sido executado o valor de 1,4 milhão de reais, comparado a 2014, que foi de 2,1 milhões. Mesmo utilizado na operação trabalho, parece ruim ficar manejando essa questão fora da dotação 80.83.

Também repudio o Parque Tecnológico Zona Leste, para o qual vocês não estão executando nada em 2014 e 2015, e tem somente 7 mil reais para 2016. A população de Itaquera merece respeito e um parque tecnológico entregue conforme vocês prometeram em 2012.

Em relação ao Programa Projovem, solicitamos uma emenda para ressuscitá-lo na Cidade, pois nesta gestão ele desapareceu completamente, sendo que há lei federal garantindo o Projovem.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Sr. Laerte, por 3 minutos.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Chanceler Global da UniCosmos Nações, Sustentabilidade e Cidades e também Presidente da CGSTB – Central Geral Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, que é base da UniCosmos Nações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Está afiliada a qual Central?

O SR. LAERTE BRASIL – A cidade de São Paulo é a maior do Hemisfério Sul e a mais rica da América Latina, com um PIB de 436 bilhões de reais, contribuindo com 38% do PIB paulista e com 13% do PIB nacional. É uma metrópole insustentável. A pesquisa que nós fizemos aponta 1 milhão e 200 mil famílias, correspondendo a 4 milhões e 326 pessoas hoje morando em favelas, áreas de mananciais, cortiços e outros habitações irregulares em São Paulo. É um verdadeiro absurdo para uma cidade tão rica e cosmopolita como São Paulo essa quantidade de pessoas morando em condições desumanas, que corresponde às populações de Brasília, Salvador e Minas Gerais.

Em relação ao tema da audiência pública, a cada 2 minutos 2 trabalhadores em São Paulo perdem emprego por causa da atual crise que se instaurou no País. Participando

das audiências públicas do Plano de Metas do Prefeito Haddad, apresentamos a tese de isenção de impostos para as empresas se instalarem em bairros da zona Leste, zona Sul e demais bairros da Cidade. Essa foi a mais votada pelos cidadãos que participaram daquelas audiências públicas para a construção do Plano de Metas. Além dessa tese, a da construção de 32 parques de desenvolvimento tecnológico, um para cada região.

Nas audiências públicas da Lei de Zoneamento, apresentamos também a tese avançada, que está aprovada na lei, referente às cotas ambientais, para que as micro, pequenas e médias empresas se instalarem em residências, devido à escassez de terra.

V.Exa. apresentou projeto relevante nessa Secretaria. Minha pergunta é: também no centro da Cidade, de 2000 para cá, 14% das empresas comerciais de prestação de serviços saíram do centro e não foram para a periferia; e de 88 para cá, 49% das indústrias foram expulsas da cidade de São Paulo por falta de políticas públicas e de visão equivocada de alguns gestores e políticos, dando-se lugar a construção de torres, transformando a metrópole de São Paulo em uma verdadeira bolha de concreto, que pode explodir a qualquer momento.

Minha pergunta é: qual é a ação de viabilização que V.Sa. está fazendo, junto com sua equipe na Secretaria do Trabalho, para recuperar o parque de empregos da cidade de São Paulo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado, Laerte. Quero informa-lo que em 30 dias, na conta que o senhor fez, 21,6 mil trabalhadores perderão emprego.

Próxima, Sra. Maria Lucia Ramos Bellenzani, do coletivo Manifesto pelo Direito à Cidade.

A SRA. MARIA LÚCIA RAMOS BELLENZANI – Boa tarde, Secretário Artur, Sandra, Diego, Vereador Paulo Fiorilo. Represento aqui o coletivo Manifesto pelo Direito à Cidade, mas já trabalhei nesta Casa com o Vereador Nabil Bonduki, sobretudo na relatoria do Plano Diretor e também na elaboração de alguns projetos de lei.

Quero destacar que no Plano Diretor Estratégico fizemos a recriação da zona rural.

Ela se fundamenta basicamente em duas cadeias produtivas: o turismo, sobretudo o ecoturismo, e a agricultura. Isso foi fruto de um clamor da sociedade para proteção dessas áreas de zona rural, que produzem água, e de um interesse cada vez mais crescente em prol da qualidade dos alimentos, para a agricultura orgânica. Nesse sentido, também trabalhamos e aprovamos o projeto de lei, que virou lei, que determina à Prefeitura a aquisição de alimentos orgânicos para a alimentação escolar e que prevê, inclusive, arranjos locais.

O que me causou estranheza ao olhar o Orçamento, tanto no quadro do PL como na apresentação do Secretário Artur, é que não vi, em nenhum momento, a expressão “extensão rural”, “assistência técnica e extensão rural”. Também não vi as casas de agricultura. Sabemos que há duas, uma em Parelheiros, outra na zona Leste. Elas são fundamentais, sobretudo a de Parelheiros. Eu acompanho o trabalho de lá, acompanhamos as áreas de proteção ambiental. Sabemos o quanto esses agricultores precisam de apoio do Poder Público para conseguir se constituir e sobreviver como agricultores. A pressão sobre aquela área é muito grande.

Eu gostaria de pedir que houvesse mais destaque para as casas da agricultura e para a extensão rural e assistência técnica no Orçamento. Eu acredito que, para uma política pública para que ela saia do papel, não basta ela estar no Plano Diretor e também não basta haver a previsão de arranjos locais na lei da merenda; é preciso que haja orçamento. E acho bom que esse orçamento tenha o nome que as coisas têm. Isso facilita o acompanhamento pela sociedade civil e também é importante para a transparência.

Para terminar, o Plano Diretor prevê para a zona rural um plano de desenvolvimento rural e um Conselho de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável. Isso era para ter sido criado. O Conselho foi criado pelo Plano Diretor só em um artigo, mas ele não existe de verdade. Também não há dotação específica para isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado. Próxima inscrita, Sra. Camila Souza, última inscrita.

A SRA. CAMILA SOUZA – Boa tarde. Saúdo novamente a Mesa, especialmente aos que não estavam presentes. Serei menos técnica. Agradeço a inauguração do primeiro Centro de Desenvolvimento de Direitos Humanos e Economia Solidária, no Cambuci. Eu estava na inauguração. Sou coordenadora de um dos coletivos que trabalharam durante todo este ano com a Unisol, com a economia solidária, aportada pela Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo. Se a economia solidária está zerada no Orçamento, não sei por que, pois trabalhamos muito durante este ano; muito!

Sou também do *hip hip*, da Frente Nacional de Mulheres do Hip Hop, do Fórum de Hip Hop do Butantã, do Fórum de Cultura do Butantã. Quero saber o seguinte: a gente, sempre que ganha um presente, quer um pouquinho mais. Gostaria de saber se podemos começar a pensar já nesses espaços centralizados de economia solidária, levando para a periferia essas incubadoras, que é que estamos precisamos muito. Temos lá a implantação da antiga Chácara do Jóquei, que, como parque municipal, será entregue no ano que vem. Lá há o espaço das baias, que poderia ser aproveitado para culturas criativas e para a economia solidária, para seu desenvolvimento. Então, de repente, seria interessante a Secretaria pensar com carinho e ir conosco lá. Era isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado. Passo a palavra ao Secretário para suas considerações.

O SR. ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS – Se os companheiros e as companheiras me permitem, vou começar pela Camila, que fez essa sugestão, que já acatamos. A ideia, como você mesma disse, é de que o centro público que foi inaugurado na sexta-feira, de Direitos Humanos e Economia Solidária, tem, dentro dele, uma incubadora empreendimentos da economia solidária. Essa incubadora já está trabalhando há mais de 7 meses com a mobilização de quase 700 pessoas, que vêm de 7 setores econômicos diferentes: gastronomia, reciclagem, agricultura urbana e periurbana, economia criativa, costura.

Qual é o próximo passo? Muito já se fez inclusive em outras administrações democráticas e populares, mas só foi dado o primeiro passo, não se deu o próximo, que é justamente a articulação das contas pública como investimento social a fim de fazer com que esse instrumento poderoso que conta com 16 bilhões de reais de compras por parte da Prefeitura de São Paulo, só para citar um exemplo, possa ser utilizado para fomentar o micro e pequeno e a economia solidária.

Portanto, quando se trata de orçamento, uma coisa é o orçamento da economia solidária, que foi congelado. Convido-o, Fábio, não só a estar na incubadora da economia solidária, no Cambuci, mas a passar no Anhangabaú, onde agora há cinco tendas, com recursos do orçamento da economia solidária, atendendo pessoas não só que estão procurando emprego. Infelizmente, a imprensa informa o evento como feira da semana do emprego, trabalho e renda, ou feira do emprego no Anhangabaú, porque já é um costume da cidade chamar o evento de feira. No entanto, o mundo do trabalho não é só emprego formal, é fundamental.

Há 43 empresas no Vale do Anhangabaú fazendo a intermediação da mão de obra e inclusive as entrevistas com as pessoas que já passam na primeira fase do perfil das 6.937 vagas de emprego formal que estão sendo oferecidas no dia de hoje e durante toda a semana para a população de São Paulo. Às vezes, a pessoa que chega ao Vale do Anhangabaú para participar da feira não quer emprego formal. Tendo acabado de sair do emprego e recebido o dinheiro do FGTS – nem sempre do seguro desemprego, dada as restrições na mudança da legislação – e quer abrir seu próprio negócio, quer ser um microempreendedor individual.

Apesar de não estar no orçamento de novo, Fábio, este ano, de janeiro a setembro, nós batemos o recorde de formalização de MEI. O problema é que, às vezes, não está no orçamento porque é um recurso que ou foi congelado ou é de fonte diferente da 00. O que faz a Secretaria ao olhar para aquilo que é a prioridade? Tira de outra rubrica e passa para aquela. Então, não vai aparecer na rubrica “economia solidária” ou todo papel que nós fizemos ao

longo desse ano, a raspa de tacho das sobras que, ao final do ano, temos que dizer o que foi com esse valor na execução orçamentária.

Eu diria que nesta semana, no Vale do Anhangabaú, haverá a possibilidade de a pessoa abrir o próprio negócio, de ter acesso a crédito através do Caixa Crescer, da Caixa Econômica Federal, e do Movera, do Banco do Brasil. Poder-se-á ter regulamentação e assessoria técnica, jurídica e contábil por parte da Sescon, o Sindicato dos Contabilistas, ou do próprio Sebrae e de outras parcerias e instituições que estão oferecendo à população, durante toda a semana, oficinas, seminários sobre como preparar um currículo, como ingressar no mercado de trabalho e como abrir sua própria empresa. Mas, às vezes, a pessoa não conseguiu ou não quer emprego formal nem quer ser dono do seu próprio negócio como microempreendedor, mas se juntar a outro microempreendedor ou produtor da agricultura familiar para montar uma cooperativa que será fornecedora de produtos e serviços da Prefeitura de São Paulo.

Para isso, há uma tenda só da economia solidária com todos esses setores. Dentro dessa tenda, há a segurança alimentar e nutricional.

A Mari Lúcia tem toda a razão, mas o problema é quando fazemos o resumo da apresentação, como no ano passado quando estive aqui fazendo uma apresentação de três horas mais ou menos. Fiz detalhamento e tal, mas os Vereadores, com toda a razão, me avisaram que eu precisava terminar a reunião porque haveria uma próxima depois.

Este ano, evidentemente, estamos fazendo uma apresentação mais resumida. Para nós, não é que o Plano Diretor somente anunciou aquela região como rural. Nós estamos falando da região de Parelheiros como a que possibilita, na borda da cidade de São Paulo, fortalecer a agricultura familiar para impedir a expansão desordenada da Cidade ou expansão urbana desordenada para uma região da Cidade que para nós tem que ser preservada, mas não preservada como intocada, até porque ali moram pessoas e precisam ter fomento para formalizar os agricultores familiares e a Casa da Agricultura.

Então, há um conjunto de iniciativas sendo feito e eu queria chamar a atenção, principalmente do Fábio, que falou muito da questão da segurança alimentar, para o seguinte: porque moro nesta cidade, acompanhei as várias gestões que passaram pela Prefeitura de São Paulo que enxergavam abastecimento como abastecimento. Só isso. Quando chegamos à Secretaria, e fico muito à vontade, porque este é um debate aberto inclusive dentro do Comusan, fazia muito tempo que esse Conselho não saia tão fortalecido como saiu desta gestão do Prefeito Fernando Haddad ao fazer a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional no primeiro Cesan da Vila Maria, com a presença do Ministro, de vários Secretários e com a participação de mais de mil atores sociais da segurança alimentar e nutricional. Isso porque nós não pensamos abastecimento apenas como abastecimento, mas como uma política municipal de segurança alimentar e nutricional, que tem que envolver 15 mercados e 17 sacolões. Há mais de 15 anos não eram feitos investimentos em reforma de mercados e sacolões da Cidade. Este ano, já foram gastos 4,5 milhões do orçamento com a reforma de alguns mercados e sacolões e inclusive revendo o papel de alguns mercados e sacolões.

Onde ainda não conseguimos fazer é na parte da rubrica que foi pega como exemplo. Na rubrica do orçamento 1131, uma grande parte é fonte 02 por conta do Mercado Municipal. Quando ela estava a Marta Suplicy estava como Ministra, conversamos com ela sobre a construção um projeto de reforma e revitalização do Mercado Municipal, que precisa passar por aprovação do Patrimônio Histórico. Esse projeto está no Governo Federal e já no ano passado nós tínhamos em torno 21 milhões na fonte 02, que é um projeto justamente que envolve o Ministério do Turismo, o Ministério da Cultura e outros órgãos federais para fazer intervenções nesses mercados.

A cidade de São Paulo, no entanto, não é só o Mercado Municipal, mas ele é fundamental, é um atrativo importantíssimo.

É muito interessante que possamos usar este espaço, Vereador José Police Neto,

para poder falar sobre isso, porque fazia cinco anos que estava sendo debatido o Circuito de Compras na cidade de São Paulo. Nós conseguimos fazer o edital do Circuito de Compras, tirar o edital do Circuito de Compras de certa letargia em que se encontrava no sentido de não fomentar o comércio e o desenvolvimento da principal área do comércio do centro de São Paulo. Estou falando do comércio da Rua Vinte e Cinco de Março, do Pari e do Brás, para o qual acabamos de fazer a licitação em que um consórcio apresentou um valor de 150% além da outorga mínima de 20 milhões que estava estipulado, de 55 milhões, e estamos para assinar o contrato ou o convênio no próximo período.

Isso é fomento ao desenvolvimento é fomento a uma área central importante da Cidade. Qual o nó? A Prefeitura, por si só, não gera emprego, mas sua política pública tem que ser incentivadora de geração de emprego. Daí essa parceria tão importante de educação e trabalho para que nós possamos, nas duas frentes, fazer com que tenhamos emprego formal. Ou seja, fortalecer a geração de emprego e renda, mas também fomentar a economia solidária e também as cooperativas, que são fundamentais para a cidade de São Paulo.

Vi no elevador desta Casa um cartaz pregões de micro e pequenas empresas e EPP - Empresas de Pequeno Porte que estão sendo realizados. Nós temos que fomentar o microempreendedor, a cooperativa, a economia solidária e a agricultura familiar.

Se antes nunca havia tido na cidade de São Paulo um local fixo para fazer distribuições de alimentos da agricultura familiar, há agora na Central de Abastecimento da agricultura familiar, dos nossos produtores em Parelheiros. Nós estamos com 11 feiras de agricultura familiar e de agricultura orgânica, oito delas já funcionando.

Isso significa que nós estamos tentando construir a política pública não olhando apenas para o abastecimento, que também é muito importante, mas olhando para esse conjunto de iniciativas que é a política de segurança alimentar e nutricional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Agradeço ao Secretário Artur Henrique e

pergunto ao Vereador José Police Neto se S.Exa. tem alguma questão.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Não, não tenho nenhuma questão, mas quero tentar recuperar uma única questão que me chamou muito a atenção. V.Exa. falou que há 17 anos não fora realizada nenhuma reforma ou adequação de equipamentos de abastecimento em São Paulo, mas, nos últimos dez anos, período que estou nesta Casa, em diversos momentos eu visitei alguns equipamentos, tanto na Lapa como em São Miguel, que passavam por reformas ou adequações. Então, é muito importante que nós olhemos a questão histórica de uma maneira muito política e objetiva, mas não com o demérito daqueles que lá estiveram. Lembro também que a grande reforma do Mercado Municipal aconteceu neste mesmo período.

Todas as vezes que nós tentamos trazer para o ambiente presente um excesso de realizações para o nosso curso, sempre ele será recheado de mais intervenções por uma questão natural, pois nós esperamos sempre que a escolha que a sociedade faz aos hipotéticos governos que se sucedem seja melhor. Portanto, ninguém esperaria que este governo fizesse menos que os anteriores.

Só para nós estabelecermos esse rito, que é sumário, de sempre o sucessor realizar mais do que o antecedente e isso não torna menor o antecessor, apenas evidencia o acerto da sociedade ao escolher.

O SR. ARTUR HENRIQUE – Não, sem dúvida. Só para esclarecer, Vereador José Police Neto, que uma das perguntas era sobre o fato de nós não termos utilizado recursos do orçamento nas reformas de mercados e sacolões. Acho que citei sete e V.Exa. entendeu 17, mas, de qualquer maneira, a resposta foi mais no sentido de que, mesmo estando com recursos congelados do orçamento, nós utilizamos recursos para realizar reformas em equipamentos que há muito tempo não passavam por uma reforma.

Mas V.Exa. tem razão: nós estamos aqui para fazer sempre cada vez melhor.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado.

Quero agradecer o Secretário Artur Henrique, a Secretária e o Diretor da Fundação.

Informo que a próxima audiência pública com a Secretaria de Coordenação das Subprefeituras está marcada para quarta-feira, às 8h. Em seguida, reunião com os subprefeitos.

Sr. Fábio, traga o orçamento específico das subprefeituras.

Ao Sr.Laerte, lembro que ele terá que refazer seus cálculos por conta da feira que está acontecendo.

Nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrada esta reunião.

Estão encerrados os nossos trabalhos.
